Universidade de Brasília – UnB
Faculdade UnB de Planaltina – FUP
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural - PPGMADER

JOANA JUBÉ RIBEIRO QUEIROZ

Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCAs) no Cerrado e a comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém: uma aproximação

PLANALTINA – DF

2024

JOANA JUBÉ RIBEIRO QUEIROZ

Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCA) no Cerrado e a comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém: uma aproximação

Dissertação apresentada ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Faculdade UnB de Planaltina, da Universidade de Brasília (PPGMADER/FUP/UnB) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Rural Sustentável e Sociobiodiversidade

Orientadora: Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira

PLANALTINA – DF

2024

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCA) no Cerrado e a comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém: uma aproximação

JOANA JUBÉ RIBEIRO QUEIROZ

Aprovada em: 15/03/2024

BANCA AVALIADORA:

Dra. **Mônica Celeida Rabelo Nogueira**

Universidade de Brasília

Dr. **Saulo Pequeno Nogueira Florêncio**

Centro Universitário do Distrito Federal (UniCeub)

Dra. **Regina Coelly Fernandes Saraiva**

Universidade de Brasília

Dra. **Janaina Deane de Abreu Sá Diniz**

Universidade de Brasília

FICHA CATALOGRÁFICA

Queiroz, Joana Jubé Ribeiro

Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCA) no Cerrado e a comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém: uma aproximação / Joana Jubé Ribeiro Queiroz. Brasília, 2024.

109f.

Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP), Distrito Federal.

Orientadora: Mônica Celeida Rabelo Nogueira

Banca examinadora: Saulo Pequeno Nogueira Florêncio, Regina Coelly Fernandes Saraiva, Janaina Deane de Abreu Sá Diniz.

Bibliografia.

1. Territórios tradicionais. 2. Cerrado. 3. Quilombo. I. Queiroz, Joana Jubé Ribeiro. II. Nogueira, Mônica Celeida Rabelo. III. Título.

Boca de povo, povo! Gritando o novo, novo! Direitos humanos não se pede de joelhos, exige-se de pé.

(Dom Tomás Balduíno)

Esse outro nós possível desconcerta a centralidade do humano, afinal todas as existências não podem ser a partir do enunciado do antropocentrismo que tudo marca, denomina, categoriza e dispõe – inclusive os outros, parecidos, que são considerados quase humanos também.

(Ailton Krenak)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Angélica e Geraldo, ouro de minha mina. As minhas avós Lacy e Benedita, que criaram grandes famílias acreditando na educação como caminho para uma vida melhor e para um futuro mais justo para os brasileiros.

À Dra. Mônica Nogueira, que em sua humanidade exerce a decolonialidade no meio acadêmico, abrindo mão da ganância produtivista, me acolhendo e me apoiando incansavelmente na difícil jornada desse curso. O seu apoio foi vital, literalmente!

À querida amiga Denise Griesinger, um farol em meio à escuridão do período.

Ao Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), que forneceu preciosas informações para agregar nesta pesquisa.

À Associação Quilombola Vargem Grande do Muquém, pela confiança.

A todos os que foram mortos lutando por mudanças no perigoso campo que une meio ambiente e justiça social no Brasil. A todos que não se cansam de lutar.

RESUMO

Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCAs) são lugares onde vivem grupos cujo modo de vida desempenha papel na conservação ambiental. A noção foi elaborada e difundida no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A presente pesquisa buscou compreender como se desenvolveu a noção de TICCA no plano internacional e como tem se dado a sua difusão na área nuclear do Cerrado brasileiro, no período de 2020 a 2023. É um estudo exploratório e multissituado, focalizando tanto a estratégia de difusão dessa categoria adotada por organizações que compõe o consórcio de implementação dos TICCAs no Brasil, como o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), quanto a experiência de uma comunidade no processo de autorreconhecimento de seu território, a comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém, em Niquelândia, Goiás. O estudo identificou como principais benefícios dos TICCAs no Cerrado: reconhecer um amplo conjunto de povos e comunidade tradicionais e locais como importantes agentes da conservação – inclusive aquelas comunidades sem previsão legal de direitos territoriais específicos -, e mobilizar as comunidades a se organizarem em processos de automapeamento pelo direito do acesso aos bens naturais, manutenção de seus modos de vida e permanência no território.

Palavras-chave: Territórios tradicionais; comunidades quilombolas; Cerrado; sustentabilidade.

ABSTRACT

Territories and Areas Conserved by Indigenous Peoples and Local Traditional Communities (TICCAs) are places where groups whose way of life plays a role in environmental conservation reside. The concept was developed and disseminated within the scope of the Convention on Biological Diversity (CBD) and the United Nations Development Programme (UNDP). This research aimed to understand how the TICCA concept developed at the international level anda how its diffusion has been occurring in the core area of the Brazilian Cerrado from 2020 to 2023. It is an exploratory and multisite study, focusing on both the diffusion strategy of this category adopted by organizations that make up the consortium implementing TICCAs in Brazil, such as the Institute Society, Population and Nature (ISPN), and the experience of a community in the process of self-recognition of its territory, the Quilombola community of Vargem Grande do Muquém in Niquelândia, Goiás. The study identified the main benefits of TICCAs in the Cerrado as recognizing a broad range of traditional and local peoples and communities as important agents of conservation – including those communities without legal provisions for specific territorial rights – and mobilizing communities to organize themselves in self-mapping process for the right to access natural resources, maintain their ways of life, and remain in their territories.

Keywords: Traditional territories; quilombola communities; Cerrado; sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Diagrama representativo do percurso metodológico da pesquisa 17
Figura 2. Significados de TICCA enquanto instrumento multi-nível de luta por reconhecimento. 23
Figura 3. Evolução do uso e cobertura do solo no Cerrado para o período 1985 - 2022 54
Figura 4. Árvore temática - contexto vivenciado e ações promovidas pelas comunidades apoiadas pelo PPP-ECOS nos editais 28º e 30º 58
Figura 5. Gráfico de análise de similitude para as ameaças sofridas pelos territórios. .. 64
Figura 6. Gráfico de análise de similitude para o estado de conservação dos territórios 65
Figura 7. Estado de Goiás, distribuição das áreas antrópicas e naturais, ano 2021 e série histórica. 67
Figura 8. Mapa de localização do povoado do Muquém. 69
Figura 9. Painéis da Sala dos Milagres do Santuário Diocesano Nossa Senhora D'Abadia do Muquém, Niquelândia - GO. 71
Figura 10. Segunda igreja na memória oral da comunidade. 75
Figura 11. Terceira igreja. 75
Figura 12. Quarta igreja, Santuário atual. 76
Figura 13. Destaque para a área onde estão elementos históricos para os quais se considera nessa pesquisa o reconhecimento do Sítio Histórico do Muquém. 80
Figura 14. Fragmentação do território: regiões do Acaba Vida, Tinhanha, Passa Sete, Cascabulho, Vila e Santuário, onde está o Sítio Histórico. 83
Figura 15. Nascente do Rio Bagagem. 84
Figura 16. Gráfico de análise de similitude realizado pelo Software Iramuteq a partir da reunião de preenchimento do questionário de submissão de dados do Muquém para o seu reconhecimento como TICCA junto à UNEP/WCMC. 86
Figura 17. Gráfico de análise de similitude realizado pelo Software Iramuteq a partir da reunião de elaboração do mapa de esboço do Muquém. 87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Principais instâncias de proteção territorial previstas, por segmento de territórios de povos e comunidades tradicionais no Brasil 33
Quadro 2. Algumas iniciativas do Estado brasileiro relacionados aos TICCAs 33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

Percurso até o tema de pesquisa 12

O percurso metodológico 15

CAPÍTULO 1 21

1. TICCA como uma nova categoria de reconhecimento territorial 21

1.1. Debate crítico e de(s)colonial de território 26

1.2. Conflitos socioterritoriais 29

1.3. TICCAs no Brasil 32

CAPÍTULO 2 45

2. Os TICCA no Cerrado 45

2.1. Panorama de uso e conservação do Cerrado: um bioma em disputa 48

2.2. Um retrato de TICCA no Cerrado a partir do Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-Ecos) 55

CAPÍTULO 3 66

3. A comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém 66

3.1. Contexto regional 67

3.2. O território de Vargem Grande do Muquém e seu contato: será um TICCA? 70

CONSIDERAÇÕES FINAIS 90

REFERÊNCIAS 93

APÊNDICE I - Informações projetos 28º e 30º PPP-ECOS. 101

APÊNDICE II – Síntese de informações sobre contexto territorial dos beneficiários no 28º e 30º PPP-ECOS 104

APÊNDICE III - Mapa de localização das organizações contempladas nos 28º e 30º PPP-ECOS. 110

APÊNDICE IV - Termos de Consentimento de Livre, Prévio e Informado e listas de presença das reuniões com a Associação Quilombola Vargem Grande do Muquém. . 111

INTRODUÇÃO

Percurso até o tema de pesquisa

Quando estive vinculada ao Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia (IGPA), de 2009 a 2011, foi-se clareando para mim o cenário onde a degradação ambiental de mega escala inevitavelmente se revela atrelada a injustiças sociais nas grandes iniciativas de desenvolvimento no país. Partir do estudo das ciências biológicas e ecossistêmicas para compreensão de aspectos sociais, econômicos e políticos da degradação ambiental foi como me movimentar na busca por sobrevivência, mas acabar por afundar mais no buraco.

No IGPA estive primeiro como bolsista de iniciação científica em uma pesquisa sobre Cultura Alimentar dos Tapuios do Carretão, Goiás, e depois trabalhando no levantamento do patrimônio histórico e cultural para o licenciamento ambiental da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol)[1]. Percorrer o trecho determinado à implantação da Ferrovia me absorveu intensamente. Visitei outros mundos que re-existem nos interiores do Brasil. Comunidades e povos que estão lutando para viver e permanecer em seus territórios. Tomei contato com casos como o do deslocamento forçoso, por duas ou três vezes do povo indígena Pankararu que hoje vive na Agrovila 19, no município de Serra do Ramalho, Bahia.

Afetados por diferentes projetos que carregam em si a marca da exploração, povos do campo, das águas e da floresta vêm sendo expostos aos efeitos em larga escala, de um modelo de desenvolvimento que tem dificuldade de se reinventar. Como estagiária na Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do município de Goiânia, Goiás, experienciei os levantamentos para implementação da Agenda 21, o que trazia ânimo e perspectivas para a ampliação da participação da sociedade/comunidades locais no ordenamento territorial e ambiental, em uma esfera pública ampliada, em um processo que parecia consolidar a Educação Ambiental.

[1] A Ferrovia de Integração Oeste-Leste tem a conclusão de todas as suas obras prevista para 2027, como parte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao todo, os três trechos da Fiol somam 1.527 quilômetros de extensão, interligando o futuro porto de Ilhéus, Bahia, à cidade de Figueirópolis, Tocantins, onde se une à Ferrovia Norte-Sul, formando um corredor para escoamento de minério e grãos. (Lula anuncia Ferrovia Oeste-Leste. G1 Bahia. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/07/03/presidente-lula-participa-de-cerimonia-para-inicio-de-obras-da-primeira-etapa-da-ferrovia-oeste-leste-na-bahia.ghtml. Acesso em: 3 de mar. 2024.

Mas a engrenagem ainda não desacelerou e nem deixou incluir o bastante para realmente ouvir a sociedade mais vulnerável do campo, das águas, do Cerrado e da floresta em relação aos ecossistemas em que vivem e para evitar inúmeros problemas ambientais, que se agravam em cadeia pela emergência climática. O Brasil avançou muito na formação de espaços de diálogo, planejamento e elaboração de políticas públicas, cartilhas, materiais educativos e estudos de governo em temas socioambientais. Porém, a atualidade ainda é de investidas contra as conquistas democráticas.

Na esfera global, os encontros temáticos se tornaram muitos, periódicos, reunindo líderes de vários países em espaços de discursos e negociações. No entanto, a velocidade da engrenagem em consumir bens comuns, ao mesmo tempo gerando um enorme volume de riquezas concentradas teve também um aumento constante e vivemos uma acirrada luta por espaço, por terra, por água e por território. A disputa entre diferentes atores sociais que necessitam do campo para exercer suas atividades de sustento e geração de renda/riquezas perdura desvalorizando e por vezes até ridicularizando o "outro", que não é moderno, rico, "culto", propagando a ilusão de que todos poderão consumir e acumular dentro de um mesmo modelo homogeneizador e hegemônico.

Em 2021, no mestrado do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), surgiu então a oportunidade de desenvolver uma pesquisa participante sobre o processo de autorregistro do Território e Área Conservada por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCA), que estava se iniciando junto à Associação Quilombola Vargem Grande do Muquém (AQVM), em Niquelândia, Goiás[2]. Em 2023, o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), foi o primeiro caso de autodeclaração TICCA no Brasil[3]. Esse reconhecimento dado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a territórios preservados que lutam contra ameaças externas, passa a ser então objeto deste estudo, já que a discussão do termo no contexto do Cerrado parecia incipiente.

[2] O contato com a comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém com a proposta de autorregistro TICCA se deu por meio da parceria entre o Instituto Educacional Tiradentes (que promove ações educativas e socioambientais em Niquelândia), o *Critical Ecosystems Protection Fund* (CEPF, cujos trabalhos no Brasil se encerraram em 2021) e o Centro de Inovação e Gestão da Agricultura Familiar (CEGAFI/UnB), que vem coordenando ações de pesquisa e extensão no território da AQVM.

[3] Território Kalunga (GO) é primeiro do país reconhecido em programa ambiental da ONU. Brasil de Fato. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/02/03/territorio-kalunga-go-e-o-primeiro-do-pais-reconhecido-em-programa-ambiental-da-onu. Acesso em: 2 de mar. 2024. A noção de TICCA será apresentada e discutida adiante.

A comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém não era conhecida nem por mim, nem pela coordenação técnica do Cegafi/UnB. As pesquisas bibliográficas sobre a localidade também não apresentaram nenhum estudo específico sobre a comunidade. No entanto, havia referências diversas sobre a segunda maior romaria católica do estado de Goiás, a Romaria do Muquém. A localidade é citada também no romance "O Ermitão do Muquém", escrito por Bernardo Guimarães, em 1858. Sem mais informações, saí da primeira visita de campo com um turbilhão de dúvidas, mas já comprometida com o processo de autorreconhecimento do território da comunidade de Vargem Grande do Muquém.

Na segunda visita de campo, as pessoas mais engajadas nos debates eram poucas em relação ao número total de associados da AQVM. Fui percebendo que as conversas e encaminhamentos teriam o seu ritmo próprio, e que no tempo destinado à pesquisa de mestrado não seria possível realizar um estudo sobre o processo de autorregistro TICCA por inteiro.

Em paralelo, para sanar as dúvidas sobre o registro TICCA e, assim, apoiar a comunidade de Vargem Grande do Muquém em seu processo de autorregistro, realizei entrevistas semiestruturadas com membros de duas organizações de referência para a difusão de TICCAs no Brasil: Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan), ponto focal do Consórcio TICCA no país, e o Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), coordenador da primeira publicação sobre TICCA no Brasil[4]. Com o passar do tempo, concluí então que convinha compreender como essa categoria territorial vem sendo implementada no Cerrado e em que medida o caso específico da comunidade do Muquém contribui para indicar potencialidades e desafios a essa implementação. Assim, reposicionei os objetivos da pesquisa[5].

O ISPN coordena o Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-Ecos) desde 1994, um programa de apoio a iniciativas que combinam conservação ambiental e desenvolvimento local no Cerrado. Tendo aderido recentemente à noção de TICCA, o ISPN lançou dois editais destinados a apoiar povos indígenas e comunidades locais e

[4] MARETTI e SIMÕES, 2020.

[5] Essa pesquisa teve o apoio de: CEGAFI/UnB e Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF) com bolsas de estudos; Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) com recursos para as atividades de campo; Instituto Sociedade População e Natureza/Global Iniciative Support (ICCA-GSI) com recursos para a reunião de devolutiva de resultados na Comunidade Quilombola de Vargem Grande do Muquém.

tradicionais na gestão de seus territórios: os editais 28º e 30º do PPP-Ecos. Analisar a carteira de 18 projetos apoiados por meio desses dois editais me permitiria, portanto, obter um retrato de potenciais TICCAs no Cerrado e investigar, preliminarmente, a difusão e implementação dessa noção no bioma.

Passou então a ser objetivo desta pesquisa investigar – em caráter exploratório - como tem se dado a difusão da noção de TICCA na área nuclear do Cerrado brasileiro e as potencialidades e desafios dessa categoria territorial, a partir do caso específico da comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém, em Niquelândia - GO. Para tanto, procurei neste estudo cumprir os seguintes objetivos específicos:

a) Caracterizar a noção de TICCAs, desde o modo como diferentes atores aderem e difundem esse conceito/mecanismo no Brasil;
b) Caracterizar o contexto de difusão da noção de TICCAs no bioma Cerrado;
c) Descrever o processo de aproximação da comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém da noção de TICCA, analisando potencialidades e limites da categoria nesse contexto.

Importante lembrar que a pesquisa é exploratória no sentido de conhecer, analisar e interpretar uma situação contemporânea e sobre a qual não há muito acúmulo bibliográfico específico no país - nem sobre os TICCAs, nem sobre a comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém. Trata-se também de um estudo de abordagem compreensiva, ou seja, um exercício de interpretativo da ação social, realizado de forma empática, e procurando apreender os sentidos atribuídos pelos atores sociais às suas ações e interações.

O percurso metodológico

O modo de fazer a pesquisa foi se desenhando na medida em que ela era realizada, o que caracteriza a pesquisa exploratória, segundo Hissa (2013). Seu fundamento teórico e metodológico está na Teoria Crítica (BOHMAN, 2005), por alguns fatores: o debate teórico que leva à concepção de território como um território de vida tem suas raízes nas escolas da Teoria Crítica e a efetivação de direitos territoriais para garantia de permanência de um grupo em seu local de pertencimento só virá se houver emancipação.

Portanto, esse estudo procura se alinhar a uma corrente contestadora e não-hegemônica de conhecimentos.

Ainda que a escrita seja externa à vivência e convivência nos territórios, a busca foi por fornecer perspectivas que se aproximam daquelas que as pessoas têm sobre suas questões (AGROSINO, 2009; THOMAS, 2021), que chamarei aqui de aproximação etnográfica. Como a aproximação etnográfica se deu também por meio da observação em diferentes locais onde o conceito/mecanismo TICCA está circulando, ela foi multissituada, registrando, descrevendo e analisando diferentes situações, atores e espaços (CESARINO, 2014).

A primeira etapa da pesquisa foi a revisão bibliográfica para facilitar ajustes teórico, conceitual e metodológico (GERRING, 2012). A busca foi realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, utilizando as palavras-chave: "territories and areas conserved by indigenous peoples and local communities", "indigenous and community conserved áreas", "territórios e áreas conservadas por povos indígenas e comunidades tradicionais locais", "TICCA*", "ICCA*", "território de vida", "governança", "governance" bem como possíveis combinações geradas por caracteres boleanos6. Os resultados apontaram diferentes nomenclaturas[7] e temas[8] associados ao conceito na esfera internacionalista.

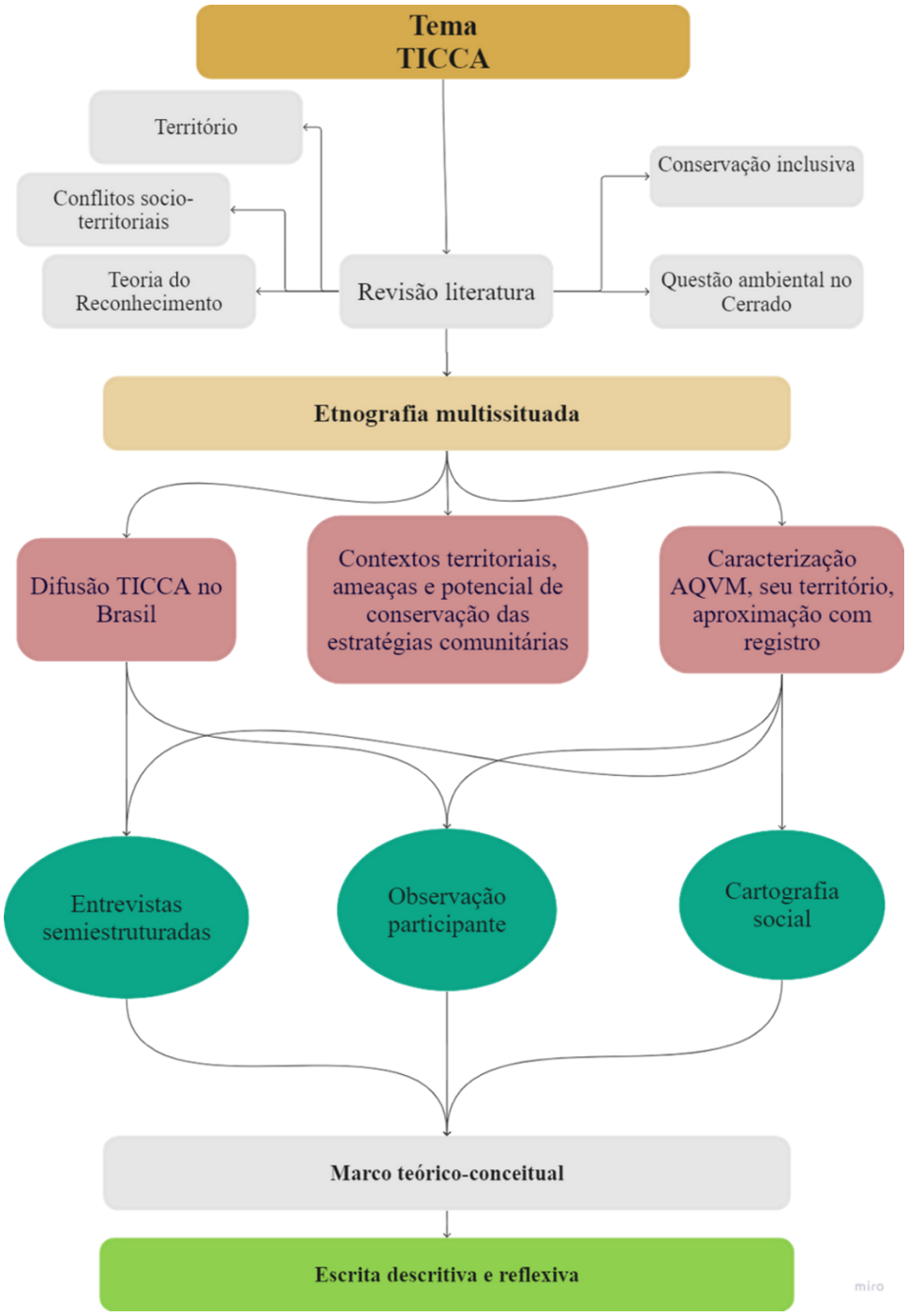
Essa aproximação bibliográfica incluiu ainda a busca por estudos anteriores *na* ou *sobre* a comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém, o município de Niquelândia, e o contexto socioambiental do Cerrado. A Figura 1 traz o diagrama representativo do percurso metodológico, cuja explicação continua a seguir.

[6] Os seguintes critérios de exclusão/filtros foram aplicados nas buscas: a) excluídos outros tipos de publicação que não artigos; b) selecionados somente os estudos publicados em periódicos revisados por pares; c) em inglês, espanhol ou português; d) dos últimos 5 anos; e) excluídos tópicos relacionados à saúde, ciência e tecnologia, biomedicina, análise e outros que não se relacionam com a pesquisa; f) exclusão de artigos cujos títulos ou resumo não demonstrasse congruência com o tema da pesquisa.

[7] São exemplos: C*ommunity-based Marine Protected Areas (MPA*), *Integrated Conservation Approaches (ICAs), Indigenous Protected and Conserved Areas (IPCAs*), *Indigenous Peoples and Local Communities (IPLCs), Community-Oriented Protected Areas.*

[8] São temas associados: Convenção da Diversidade Biológica (CDB), Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conservação da biodiversidade, segurança na posse da terra, conhecimentos tradicionais e conservação, metas de Aichi.

Figura 1. Diagrama representativo do percurso metodológico da pesquisa



Elaborado pela autora.

Diferentes locais e situações constituíram a pesquisa de campo, seguindo os circuitos em que a noção/mecanismo circula. Cada uma dessas situações de campo exigiu diferentes métodos e técnicas para registro de informações. Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com profissionais das organizações Mupan e ISPN. A observação, gravação, transcrição e/ou a produção de notas foram as formas adotadas nos eventos:

a) 4º Encontro TICCA Brasil, 15 e 16 de fevereiro de 2023, on-line;
b) 19ª Assembleia Geral do Consórcio ICCA, 29 de março, 26 de abril, 31 de maio e 28 de junho de 2023, on-line;
c) Mesa redonda Reconhecimento de Territórios Tradicionais, realizada em 16 de setembro de 2023, no X Encontro dos Povos do Cerrado, Brasília - DF.

No Muquém, a observação participante se deu em três reuniões (sendo a última para fins de devolutiva da pesquisa) e em uma oficina com membros da Associação Quilombola Vargem Grande do Muquém (AQVM). A primeira visita, em março de 2022, teve como objetivo discutir conceitos e processos associados a TICCA.

Na segunda visita - em julho de 2022 - foi firmado o Consentimento Livre Prévio e Informado (CLPI) e preenchido o formulário de submissão de dados TICCA UNEP/WCMC. O preenchimento do formulário ensejou uma primeira caracterização socioambiental do território e o levantamento de informações sobre a recente certificação da AQVM pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Também nessa visita, os representantes da AQVM deliberaram por realizar o desenho do seu território de vida, uma vez que estavam com dúvida a respeito da delimitação de seu território, devido ao contexto de fragmentação e vendas de áreas do Muquém, fato que ultimamente vem se acentuando. Então, a visita seguinte foi realizada com o objetivo de desenhar o território de vida da comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém, por meio de uma oficina.

Em outubro de 2022, foi realizada a oficina para a produção do desenho coletivo do território de vida da comunidade, sob a facilitação da Dra. Mônica Nogueira. O método de representação cartográfica adotado foi o mapa de esboço (COSTA et al., 2016), o que permitiu maior liberdade no automapeamento com a comunidade. O automapeamento envolve exercícios coletivos de cunho científico-filosófico (BARGAS & CARDOSO, 2015), podendo produzir conhecimento sistemático da realidade socioambiental mediante tratamento analítico dos usos do território (SANTOS, 2005).

A cartografia social – método mais abrangente, que envolve outras etapas além do automapeamento/mapa de esboço – é ainda um exercício autodeclaratório do território, enquanto categoria de prática dentro de uma perspectiva relacional, ou seja, aquela que enxerga o "próprio e inteiro mundo" do colonizado/subalternizado no "deserto" conquistado pelo colonizador/explorador (HAESBAERT, 2021). Assim, é um processo

que favorece que as comunidades se coloquem no mapa e afirmem sua própria existência e território, rompendo com o apagamento. O mapa de esboço provoca radical translocação do que é centro ou periferia da informação (ALMEIDA, 1993).

O resultado da oficina para a produção do mapa de esboço da comunidade do Muquém gerou resultados que apoiaram, mais tarde, a continuidade das ações no território e o ingresso da comunidade no Tô no Mapa[9], aplicativo desenvolvido por organizações da sociedade civil, para a afirmação e automapeamento de territórios tradicionais por suas comunidades. Esse desdobramento será retomado adiante, no último capítulo da dissertação.

As duas primeiras reuniões e a oficina realizadas no Muquém foram transcritas, categorizadas e analisadas. A identificação de categorias favoreceu o ordenamento e interpretação do material, sem perder informação ou acentuar viés. Para dar suporte à interpretação desses dados primários levantados na pesquisa, foi utilizado o Software IRAMUTEQ, que realiza análises lexográficas (contagens, classificações e ordenamentos de palavras) de textos de mesma natureza (no caso dessa pesquisa reuniões e oficina) e idioma. O processo de preparação para análise dos textos se dá pela elaboração de um *corpus* textual, onde se realiza a definição das variáveis de acordo com os objetivos da pesquisa e posterior codificação dessas variáveis para que o *corpus* possa ser analisado pelo Software.

Os projetos selecionados nos editais 28º e 30º do PPP-Ecos foram considerados uma amostra representativa das organizações e territórios com características de TICCA no Cerrado. Afinal, as 18 organizações de base comunitária contempladas nos editais responderam e foram selecionadas nas chamadas públicas de apoio a territórios que possuem as características estruturantes de TICCA. Ademais, a experiência acumulada pelo ISPN ao longo de 30 anos apoiando organizações de povos do Cerrado conferiu às chamadas capilaridade na área do bioma. As respostas contidas nos dois editais foram sistematizadas e analisadas de forma a gerar um retrato dos TICCA no Cerrado, seus contextos territoriais, esforços de gestão e contribuições para a conservação.

[9] Mais informações em: https://tonomapa.org.br/.

Em dezembro de 2023, realizei, por fim, a terceira visita à AQVM, para devolutiva e validação dos resultados desta pesquisa. Na ocasião, também pude discutir com membros da associação sobre o ingresso dos dados do território no Tô no Mapa.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: após essa breve introdução, que contextualiza e narra como se definiu a pesquisa, seus objetivos e percurso metodológico, há três capítulos e as considerações finais. O Capítulo 1 é dedicado à apresentação e discussão do conceito TICCA, desde as suas origens e interfaces com o debate teórico sobre territórios tradicionais. O Capítulo 2 focaliza o bioma Cerrado e os dois editais de seleção de projetos comunitários lançados pelo ISPN, como parte da estratégia de difusão da noção de TICCA no país. O Capítulo 3 apresenta a comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém, seu território e o contato com a noção de TICCA

.

CAPÍTULO 1

1. TICCA como uma nova categoria de reconhecimento territorial

Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCAs) são lugares onde vivem grupos cujo modo de vida desempenha papel na conservação da diversidade biológica e seus múltiplos valores associados. O conceito faz parte de um paradigma que ampliou o repertório e as possibilidades de trabalho da ciência/gestão da conservação.

No campo da ciência da conservação, a ideia de "reservar" uma unidade de área para proteção dos ecossistemas nativos foi constituída na Europa, no século XII, quando áreas de notável beleza cênica passaram a ser definidas e regulamentadas para fins de caça, lazer e exploração científica (ARCHER, 2022; BENSUNSAN, 2006). Esse modelo suscitou a criação de inúmeras áreas protegidas ao redor do globo, como redutos da biodiversidade, como natureza intocada (*wilderness*), um local a se visitar, onde a presença humana é vista como predatória.

As áreas protegidas, contudo, têm sido também um fator de expulsões e deslocamento de populações, em processos marcados pelo racismo, colonialidade e diferença entre classes - o que suscitou chamá-lo de modelo exclusivo de conservação. Ao mesmo tempo em que as ciências sociais exercitavam a crítica a esse modelo, o conceito de desenvolvimento sustentável emergiu, apontando ser impossível desvincular sociedade, economia e meio ambiente. Estudos passaram então a evidenciar o impacto positivo que algumas populações exercem na conservação da diversidade biológica.

Assim, foi que se deu o surgimento de abordagens de conservação inclusiva, de base comunitária, democrática, baseada em direitos. Em comum, essas abordagens constituem um modelo de conservação que reconhece a permanência de determinados grupos sociais em seus locais de vida como aliada na manutenção dos ecossistemas diversos e seus múltiplos valores (BERKES, 2007; CARNEIRO DA CUNHA et al, 2022; ARCHER, 2022; IORDACHESCU, 2022).

É nesse campo que o conceito *Indigenous and Community Conserved Areas* (ICCA) foi sendo moldado, criado, principalmente dentro dos encontros científicos sobre áreas protegidas produzidos pela *International Union for Conservation of Nature* (IUCN). A partir da quinta edição do Congresso Mundial de Parques, em 2003, ele passa a ser

difundido no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (WITTER & SATTERFIELD, 2018).

Mas é importante ressaltar também a participação de movimentos sociais formados por TICCAs na articulação política que defende a relação social/cultural/ambiental na América Latina., como exemplificam Porto-Gonçalves e Quental (2012). Nesse sentido, aparentemente o conceito desempenhou majoritariamente um papel de luta por reconhecimento dentro do campo da ciência da conservação, por meio da construção de uma identidade entre povos e comunidades desses territórios.

Traçada uma compreensão sobre TICCA enquanto conceito, passo à descrição de TICCA enquanto metodologia de autorreconhecimento que busca visibilizar povos e comunidades tradicionais perante o Estado e a sociedade (OLIVEIRA, 2021). Em 2008, é estabelecido o Registro ICCA[10], um instrumento de submissão e cadastro de informações sobre territórios/comunidades que pode ser feito por associações juridicamente estabelecidas em qualquer parte do globo que se reconheçam em três características estruturantes: pertencimento, governança e conservação da natureza (BORRINI-FEYERABEND & CAMPESE, 2017; MARETTI & SIMÕES, 2020; UNEP-WCMC, 2020). Ou seja, comunidades em que memória, modos de vida e práticas estão atrelados ao local onde vivem, que exercem decisões coletivas na forma de ocupação do espaço e em que essas decisões e práticas contribuem para a conservação da diversidade biológica.

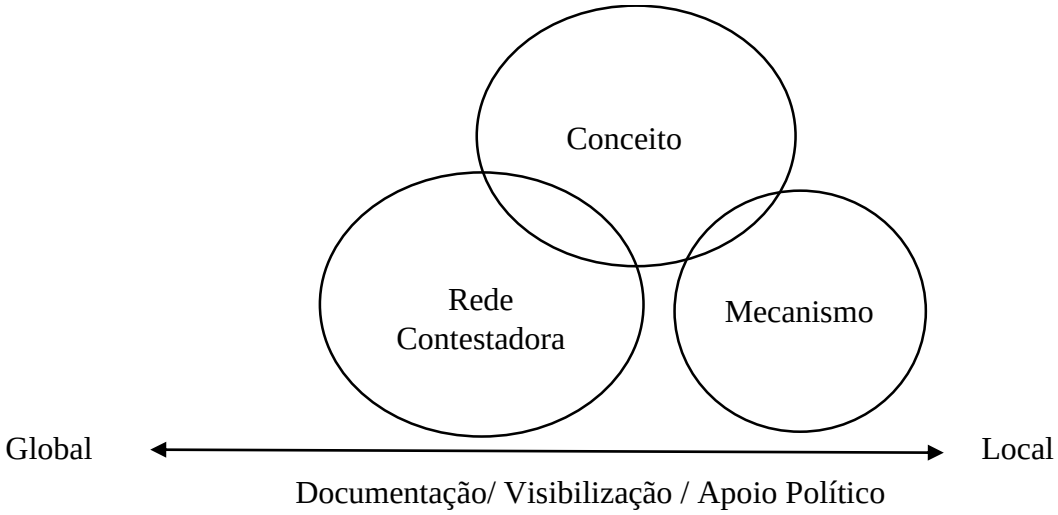
O registro é também um instrumento de documentação de comunidades que preservam, utilizado pelo Centro de Monitoramento de Conservação Global (WCMC) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que recebe, aceita e disponibiliza as informações, mediante autorização e/ou restrições dos registros. O WCMC considera a visibilidade um apoio que pode ser tanto positivo às lutas territoriais quanto oferecer riscos a elas (UNEP-WCMC, 2020). O Centro disponibiliza um manual de submissão para as associações comunitárias interessadas em realizar o registro. Até o momento da

[10] Mais informações disponíveis em: https://www.iccaregistry.org/. São parceiros da iniciativa: *UN Environment Programme – World Conservation Monitoring Centre (UNEP-WCMC), UN Development Programme* (PNUD), *ICCA Consortium, International Union for Conservation of Nature – World Comission on Protected Areas (IUCN-WCPA),* Ministério Federal Alemão do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMUV), *Global Environmet Facility (GEF)* e *The GEF Small Grant Programmes (SGP).*

elaboração deste estudo, havia maior concentração de registros desses territórios nas Filipinas, Colômbia, Benin e China[11] (ICCAREGISTRY, 2023).

Além de conceito e metodologia, TICCA pode ser visto também como uma Rede Contestadora (ver Figura 2), consolidada com a criação da associação Consórcio ICCA, que foi formada na Suíça em 2010, após a Conferência das Partes (COP 10) da Convenção da Diversidade Biológica (CDB). O Consórcio ICCA é constituído por organizações representativas de povos indígenas e comunidades locais e organizações não governamentais que vinham trabalhando no apoio e fortalecimento dessas comunidades (ICCA CONSORTIUM, 2023). O Consórcio tem por objetivo ser uma rede de promoção de reconhecimento identitário e territorial, com o propósito de gerar engajamento que afete global e positivamente processos decisórios relativos aos territórios de vida. Para membros do Consórcio, a visibilidade pode beneficiar o reconhecimento externo, mas o processo de reconhecimento interno pode promover a apreciação dos múltiplos valores de um TICCA. Também a melhoria da auto apreciação do conhecimento tradicional e da comunidade pode desencadear novas dinâmicas participativas e beneficiar a governança local (BORRINI-FEYERABEND & CAMPESE, 2017).

Figura 2. Significados de TICCA enquanto instrumento multi-nível de luta por reconhecimento.



Fonte: Elaborado pela autora.

[11] De acordo com dados do Consórcio ICCA há TICCAs reconhecidos em: Austrália (2), Benin (12), Brasil (2), Cambodia (1), China (7), Colômbia (15), Ecuador (5), Fiji (2), Finlândia (3), Guiné-Bissau (1), Kenya (3), Madagascar (1), México (4), Marrocos (2), Nigéria (1), Peru (1), Filipinas (16), Senegal (1), África do Sul (1), Espanha (5), Gâmbia (1) e Reino Unido (1). Mais informações em: https://www.iccaregistry.org/

Dessa forma, o reconhecimento interno como TICCA é tido como uma ferramenta de empoderamento e articulação das comunidades em relação às oportunidades e ameaças externas, aumentando as capacidades de sobrevivência desses territórios e seus sistemas de governança (BORRINI-FEYERABEND & CAMPESE, 2017; MARETTI & SIMÕES, 2020).

Em dezembro de 2022, o Consórcio somava membros de 87 países. Sua estrutura organizacional é formada pelo secretariado (presidência, conselho, coordenador geral e coordenador executivo) e membros associados (sendo 474 membros honorários - indivíduos especialistas com experiência e habilidade junto a essas comunidades e 217 membros - organizações e federações indígenas ou de base comunitárias, e organizações da sociedade civil que trabalham nos territórios).

Sua atuação se dá em parceria com *The Global ICCA Suport Initiative – ICCA GSI*, uma iniciativa do PNUD dentro do *Global Environment Facility* (GEF) implementada por meio do *Small Grants Programme* (SGP), financiada pelo Ministério Federal Alemão do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMUV). Um dos principais instrumentos de governança do Consórcio são as assembleias anuais, por isso foi importante o acompanhamento da 19ª Assembleia Geral que permitiu traçar uma breve compreensão de como o consórcio está organizado, suas principais metas e desafios de atuação.

Como já foi fito, o Consórcio se posiciona como uma instância de visibilização de esforços que essas comunidades locais têm empreendido para a proteção de seus territórios e meios de vida e busca se organizar de forma a apoiar as comunidades locais a serem mais resilientes. Sua atuação acontece por meio de redes, que se ramificam em delegações. A Rede Latinoamericana está organizada em três delegações - Andes Sul (ou Cone Sul), Centro América e Países Amazônicos. Dentre os países Amazônicos encontram-se os países mais bem estruturados em relação à Rede Latinoamericana: Bolívia, Peru e Equador.

Segundo Lilian Pereira, "O Consórcio é uma rede de atuação direta, de denúncia, de utilização de alguns canais internacionais para proteção desses territórios, como uma rede de amparo" (comunicação pessoa no 4º Encontro TICCA Brasil, 2023).

O Consórcio tem atuado em quatro linhas de trabalho:

a) Documentação e registro das memórias, práticas e formas de organização social que conservam a diversidade biológica;
b) Defesa e luta pelo controle de recursos, onde foi destacado o apoio político para enfrentamento às intensas pressões das atividades de mineração na América Latina;
c) Apoio no resgate de conhecimentos e formas organizativas;
d) Comunicação.

A regionalização é a estratégia atualmente adotada visando aumentar a formação e o alcance de redes de apoio; promover a identificação de lideranças locais e sua representatividade; promover uma maior orientação política na representação do movimento; trazer mais equilíbrio entre organizações de base e outros tipos de organizações para dentro do Consórcio; ademais proporcionando compreensão mais assertiva das necessidades e formas de apoio aos territórios.

É importante destacar que existe uma preocupação por parte de membros em relação à representatividade do movimento, que busca trazer os TICCAs para estarem à frente dos processos. Essa preocupação se dá não somente em relação a representatividade dos TICCAs enquanto número de membros dentro do Consórcio, mas também em relação à participação dos que já são membros nas assembleias e nos diálogos. Esse desafio foi tema de avaliação recente, tendo sido identificada como um dos fatores de contingenciamento o internacionalismo da iniciativa. Até o momento, a adesão de membros ao Consórcio precisa ser feita na Suíça, país onde ele está estabelecido, estando assim distante física, linguística e culturalmente dos territórios e comunidades. Ainda que a comunicação interna na Assembleia se dê por traduções em diferentes idiomas, ainda é um vetor de limite à participação de organizações de base comunitária.

O financiamento aos TICCAs foi um desafio pautado em ocasiões dentro da 19ª Assembleia Geral do Consórcio ICCA. As comunicações a seguir são de membros do secretariado na 19ª Assembleia Geral do Consórcio, sobre o financiamento para os TICCAs:

> Sim, podemos arrumar dinheiro (...) o dinheiro pode ajudar, mas também pode ser uma causa de morte. Pensei muito sobre isso nos últimos anos ... se a comunidade está com vulnerabilidades internas e externas, primeiro precisamos trabalhar o manifesto[12], é um momento difícil.

[12] Para acesso ao manifesto consultar: https://www.iccaconsortium.org/manifesto-for-territories-of-life/.

Precisamos analisar com mais profundidade a questão do financiamento dos territórios de vida, apesar de termos financiamento privado para conservação.

O acompanhamento da Assembleia foi muito importante para confirmar percepções suscitadas pelo levantamento bibliográfico. O TICCA enquanto uma categoria de reconhecimento territorial global tem potencial de promover maior resiliência às pressões externas, desde que aconteçam articulações regionalizadas, a firmação de parcerias e que os financiamentos sejam para o apoio à manutenção das práticas e modos de vida que conservam.

Há um sólido entendimento dentro do secretariado do Consórcio de que são as formas de organização social próprias de cada comunidade os pilares da conservação encontrada hoje. Contudo, as ameaças e pressões contínuas que sofrem as comunidades têm degradado, limitado e restringido os espaços/territórios, mas também vêm restringindo os sistemas tradicionais de governança e a continuidade das práticas comunitárias. Portanto, se os mecanismos de financiamento/intervenções não estiverem respeitando ou fomentando as formas próprias de organização de povos e comunidades tradicionais, e no limite, suas ontologias, a estratégia pode ser fragilizada.

Nesse sentido, buscando pedras para a pavimentação de um caminho de reconhecimento, nas próximas sessões deste capítulo segue um breve apanhado teórico sobre conceitos relacionados aos TICCAs. Tratarei do que é um território tradicional/de uma comunidade local, o que são os conflitos socioambientais, e como eles se relacionam com a teoria da luta por reconhecimento.

1.1. Debate crítico e de(s)colonial de território

A revisão bibliográfica realizada sobre o conceito ICCA fez perceptível que o vocábulo território (TICCA) foi adicionado mais recentemente ao termo. Dessa maneira, evidencia a ampliação da própria compreensão de território, que já esteve atrelado somente a limites oficiais definidos por um Estado-Nação ou pelo poder vigente em determinada região. A noção dilatada ou engrandecida do que é um território permitiu consolidar a noção de território indígena ou tradicional.

Sinteticamente, essa concepção se fundamenta no direito à autodeterminação dos povos e nos entendimentos acerca da dependência entre estruturas de poder e ocupação/apropriação do espaço, que permitiram reconhecer que se configuram - nos interstícios do território nacional - territórios locais dos quais dependem grupos com

identidade própria e modos de vida tradicionais para sua reprodução física, material e cultural.

Essa ampliação aconteceu teoricamente e dentro/ou a partir dos movimentos sociais, assim como a discussão sobre conservação ambiental democrática ou inclusiva. De acordo com Nobre (2003), pontua-se aqui alguns atributos fundamentais que foram sendo estabelecidos no decorrer do tempo para a Teoria Social Crítica: busca de compreensão do funcionamento da sociedade, orientação para emancipação de dominações causadas pela organização social vigente e construção de identidades em uma luta por reconhecimento. Esses atributos foram norteadores dessa ampliação conceitual de território:

Quando Raffestin (1993) diz que todo território é resultado de ação, de trabalho projetado no espaço, conduzido por um ator em qualquer nível, o autor não restringe determinados atores sociais de terem estabelecido fronteiras para o exercício das atividades inerentes à sua reprodução material e cultural ao longo da história. O pensamento de Raffestin exemplifica o deslocamento tipicamente crítico, como quem questiona o "congelamento natural que vem em forma de destino" imposto pelo mercado e pela burocracia na sua acepção de território (NOBRE, 1999).

Ao tratar território como "espaço vivido", Milton Santos (2005) ressalta que frequentemente as fronteiras são definidas por relações de poder, denunciando o falso estado de ordem. Para o geógrafo, o território é resultado de um tipo de ação específica, que implica em relações, conexões, associações e vínculos definidores das fronteiras ali estabelecidas tanto quanto da compreensão e apreensão do espaço.

Também no que tange a definição dos usos e fronteiras dos espaços, conceitos e teorias decoloniais vêm sendo formuladas e aplicadas na crítica e resistência à colonialidade – ou seja, o exercício imperativo de narrativas, práticas de ocupação do espaço e contratos sociais que estruturaram a era moderna e continuam a pautar as relações sociais e econômicas do sistema mundo.

As abordagens decoloniais incluem o questionamento à forma de ocupação das terras aráveis do mundo, onde norte e sul global estão separados por valores ou pilares ideológicos de raça, escala e dualidade (WOLFORD, 2021).

Haesbaert (2021) pontua que antes de ser uma abordagem acadêmica, a de(s)colonialidade é uma demanda de vida de certos grupos/pessoas que buscam o direito de permanecer e decidir, lutam por ações concretas e abertura de novos horizontes para a construção de novos mundos, enfrentando bloqueios externos às formas muito próprias de ler/vivenciar o território desde dentro.

Pode-se dizer que determinado grupo que demonstra uma forma comum de ler/vivenciar o território possui um senso de pertencimento àquele território. Somente de forma própria pode-se falar em pertencimento a um local, sendo que o senso de pertencimento está atrelado ao localismo, um senso de dentro para fora provocado por aspectos geracionais, em oposição ao sentido generalista e de fora para dentro do globalismo (NIAS, 2021). Os aspectos geracionais de conhecimentos e práticas em relação ao território tradicional têm uma lógica de sabedoria - no sentido do conhecimento da realidade adquirido através da experiência, da vida cotidiana (TOLEDO, 2015). Os bloqueios externos à permanência e exercício autônomo de sua forma própria de viver ocasiona experiências e sentimentos de desrespeito "que podem tornar-se os motivos morais de uma luta por reconhecimento", de uma resistência coletiva (HONNETH, 2003, p. 259).

Haesbaert (2020) conta justamente como a noção de território de vida nasce da resistência decolonial e feminista das mulheres da América Latina e do Caribe. Segundo ele, o conceito é uma contribuição diferencial dessa luta coletiva – que tem como força motriz a luta das mulheres indígenas - aos estudos do território. Nessa perspectiva fala-se de um corpo-território (principalmente no contexto indígena, mas passível de extrapolação), na medida em que o ambiente não é somente uma fonte de recursos, mas a sustentação em si de modos de vida específicos e contra hegemônicos (HAESBAERT, 2020).

Um movimento social depende da "existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos" (HONNETH, 2003, p. 258). O que se percebe aqui é que os debates críticos sobre território, que levaram ao entendimento do que são os territórios de vida, promoveram a formulação de uma gramática social da luta por reconhecimento territorial dentro e com os movimentos sociais. Os próximos capítulos desta dissertação foram norteados por essa abordagem territorial crítica, aplicada à compreensão da difusão da noção de TICCA no Cerrado.

1.2. Conflitos socioterritoriais

Sejam os territórios de vida reconhecidos ou não como TICCAs, em diferentes medidas sua realidade é de enfrentamento a ameaças e pressões contra os direitos sociais e permanência no local de vida. Szablowsky (2019) faz um apanhado de como o Estado e o setor empresarial têm atuado em parceria nos territórios de extração[13] promovendo inovações na 'alocação e arranjos de autoridades e direitos" (p. 724) por meio de "processos de exclusão e marginalização que canalizados equivalem a retirar a influência territorial daqueles que vivem na paisagem" (p. 275).

O cenário dos conflitos se acirra conforme as terras aráveis e os bens comuns - bases de toda produção que é consumida no globo - se tornam mais escassos. As disputas por espaço entre diferentes modelos de desenvolvimento se acirram conforme cresce a dimensão de alcance das fronteiras neoextrativistas[14], ao mesmo tempo em que tarda em promovermos mudanças reais nos modelos predatórios de produção e comércio internacional a partir do consumo dos bens da natureza. Nesse contexto, Svampa (2019) afirma que compreender o neoextrativismo é enxergar as múltiplas crises da América Latina.

Notadamente, os povos e comunidades que podem se reconhecer como TICCAs terão objetivos e escalas de uso dos bens comuns incompatíveis com os de grandes empresas e conglomerados capitalistas. Ao mesmo tempo, os resultados das interferências são abrangentes, afetando o conjunto da sociedade, ainda que em diferentes proporções, e as

[13] Territórios de extração são locais assumidos como 'vazios', onde o avanço das fronteiras das *commodities* ocorre mediante conflitos de interesses e valores sob grande assimetria de poder em relação às populações locais. Entre as riquezas extraídas desses territórios estão inclusos o humano, o trabalho, as pessoas e a população nativa (WOLFORD, 2021).

[14] Svampa (2019) discorre sobre o conceito, formulado a partir do conceito de extrativismo, referente à extração/arranque de matéria-prima nos moldes metrópole-colônia, onde o imperialismo europeu se beneficiava de altos lucros. Assim, segundo a autora o neoextrativismo é a super retirada de matéria-prima (minério, grãos, frutas, água etc.), em escala de gigantismo, com intensa ocupação dos territórios, lucros altíssimos e maior envolvimento do Estado (com subsídios, por exemplo) baseado na narrativa da ilusão desenvolvimentista – onde a extração de *commodities* nada ou pouquíssimo processadas promete o alcance do desenvolvimento. Ainda de acordo com a autora, o neoextrativismo torna visível: a) a necessidade cada vez maior de matéria-prima e energia, aumento da espoliação, do esbulho, acentuada ruptura metabólica entre homem e natureza, entre capital e trabalho; b) a crise da modernidade, uma crise socioecológica questionadora das dinâmicas de desenvolvimento, cujos efeitos têm escala global e suscitam novos paradigmas e alternativas que enxerguem a interdependência homem/natureza; c) a crise econômica global, onde neoliberalismo, desigualdades, e o sistema financeiro com suas políticas de ajustes econômicos e a inserção ou não dos serviços ecossistêmicos nesse âmbito estão em pauta; d) a questão geopolítica relacionada às periferias globais e à reprimarização da economia dos países exportadores e) crise da democracia, com aumento da violência estatal e manipulação da participação popular e abafamento dos conflitos socioambientais.

soluções passam pela interdependência entre os grupos de interesse. As disputas por acesso e controle sobre os bens naturais tecem os problemas socioambientais, caracterizados por desmatamento, perda de biodiversidade, contaminação das águas, insegurança hídrica, insegurança alimentar e vulnerabilidade climática (MALERBA, 2023).

Os conflitos sócio territoriais de povos, comunidades tradicionais e locais abarcam diversas formas de desrespeito à diversidade ontológica - diversidade de mundos e de conhecimentos -, que segundo Escobar (2015) pode constituir uma proposta diante da crise social e ecológica ao mesmo tempo em que devolve a autonomia para os povos. Portanto, as violências a serem superadas exigem um reconhecimento de outros mundos, de um pluriverso, de pluriterritorialidades (ESCOBAR, 2015), em oposição à percepção institucional e de mercado de que esses mundos são barreiras ao empreendimento, à exportação, à economia.

Os conflitos agrários e ambientais estão intimamente relacionados. Modelos agrícolas e de ocupação territorial de altos investimentos implicam inúmeras violências que deixam marcas no *corpo-território*, um *corpo coletivo* formado pela amálgama entre lugar e características comunitárias de vida. (HAESBAERT, 2020).

Os conflitos pelo controle das condições metabólicas de reprodução da vida, sobretudo por terra (solo e subsolo/minério) e água mantêm a relação metrópole-colônia, inferiorizando países, pessoas e reproduzindo seus referenciais (PORTO-GONÇALVES, 2021). As relações antagônicas metrópole/colônia, centro/periferia, desenvolvido/atrasado, Norte/Sul global no sistema mundo colocam a América Latina como lugar geográfico de "terras disponíveis" para a produção de *commodities* (PORTO-GONÇALVES e QUENTAL, 2012).

Mas essa determinação externa - a "maldição dos recursos naturais" - é vivida muitas vezes como desrespeito a mundos nitidamente antagônicos à classe empreendedora, exportadora e ligada ao mercado. Assim, não se pode deixar de falar das desigualdades históricas de regulação e distribuição de poderes, de acesso à riqueza social e aos bens naturais (MALERBA, 2023).

A aceitação ou a negação de "outros" pode ser compreendida por meio da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, analisada por Dunker (2023), para traçar como afetos

individuais se tornam sentimentos coletivos, que vão influenciar inclusive a interpretação do que é justiça ou injustiça na esfera do direito.

> O que seria uma vida boa, uma vida eticamente realizada nos próprios termos de cada sujeito/grupo, de cada forma/sujeito....O reconhecimento não pode estar dissociado da história, da lembrança, da memória, da capacidade de integrar os atos de reconhecimento em uma série, ou seja, ninguém é reconhecido ou não reconhecido de uma vez e do nada, existe uma gramática social contínua que produz não só atos de reconhecimento, fatos de reconhecimento, mas regras de reconhecimento. Quem pode ser reconhecido, por quem, ou seja, o processo de reconhecimento passa pela memória, pelo desejo, pela lei, portanto por um certo entendimento do que é o simbólico, e é nesse processo que vamos ter o autoreconhecimento, a autorealização nas relações consigo mesmo e com o outro. (DUNKER, 2023, comunicação audiovisual).

Na perspectiva de Honneth, o não reconhecimento seria uma patologia social da qual faz parte a alienação, onde os termos dados por uma forma de vida são bloqueados ou alterados por força externa (DUNKER, 2023). Somente essa patologia justifica processos sociais que envolvem também processos psíquicos responsáveis pela "objetalização" - tratar e tomar o outro como objeto (DUNKER, 2023).

A ineficiência em se combater essa patologia dentro das estruturas de ordenamento territorial, concessão e permissão de uso dos bens comuns, gestão de terras e a não responsabilização pelas violências e cerceamentos culmina na

> injustiça agrária-ambiental ... relacionada à negação de um conjunto de direitos (a educação, saúde, moradia, informação, participação...), tornando esses sujeitos mais vulneráveis à expulsão e à determinação desigual de riscos ambientais" (MALERBA, 2023, p. 23).

O modo característico de vida de cada grupo e como isso define o território é determinado por critérios de territorialidade, esses por sua vez vão sendo forjados em uma complexidade de relações e determinam a forma com que cada grupo faz a gestão, usa, ocupa controla e se identifica com seu ambiente (LITTLE, 2004). Essa gestão/governança territorial é pautada em critérios de territorialidade tão diversos e polissêmicos como as culturas, as representações, interpretações, saberes ecológicos e manejos da natureza (TOLEDO, 2015).

As pessoas e os grupos se organizam em espaços/ambientes e ao se organizarem, exercem uma governança que organiza também as paisagens, nelas afirmando sua identidade. Nessa arraigada estrutura patológica de não reconhecimento de identidades e territórios de identidade, uso e conservação não hegemônicos, não há como promover situações ambiental, social e economicamente justas sem a existência de conflito (ASSAD et al.,

2009). Romper essa estrutura exige atritos, portanto a solução passa também pelo conflito, no sentido de questionamento e enfrentamento.

Acselrad (2004) explica como a divergência entre mundos atua nas diferentes propostas de enfrentamento à questão ambiental. Ao enxergar as relações humanas estabelecidas entre diferentes atores em virtude de acesso, uso e controle dos bens naturais finitos, evidencia-se a questão ambiental como intrinsecamente conflitiva, identitária e político social.

A ausência de reforma agrária/regularização dos territórios indígenas e tradicionais fazem parte desse histórico de conflito no Brasil, inviabilizando continuamente formas tradicionais de uso e manejo da terra e impossibilitando a permanência e reprodução dos grupos (MALERBA, 2023, p. 31). Segundo a teoria de escalada dos conflitos de GLASL (1982), à medida em que um conflito não é resolvido, ele se intensifica gerando mais prejuízos e desgastes pelos resultados não alcançados - o que caracteriza uma espiral da situação de conflito.

Essa intensificação da degradação de bens comuns e formas de organização social diversas tem escalado, na medida em que falhamos enquanto Sociedade/Estado/Comércio em aceitar limites. Com o passar dos anos e das discussões socioambientais torna-se mais evidente que não há possibilidade de soluções simples e que os efeitos locais têm apresentado uma realidade que os modelos preditivos globais e gerais falham em apresentar (OSTROM, 2007).

1.3. TICCAs no Brasil

Os TICCA brasileiros, ao serem implementados, se inserem em uma complexa e rica realidade que envolve uma diversidade de povos e comunidades tradicionais, suas organizações de base comunitária e movimentos sociais. Um campo ainda carente de estudos frente à grandeza e diversidade do Brasil, país onde são conhecidas cerca de 305 etnias indígenas e pelo menos 28 denominações de comunidades tradicionais, conforme os assentos garantidos no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (MMA, 2023). Dentre esses povos e comunidades, a grande maioria produz conservando ecossistemas, gerando conectividade entre áreas, conservando a biodiversidade e promovendo desenvolvimento local.

Para conhecimento da situação legal/jurídica onde se encontram os TICCAs no Brasil, Maretti e Simões (2020) apontam para a fragilidade das comunidades protegidas por decreto (Quadro 1). Para se ter uma rápida noção do quão vulneráveis territorialmente estão essas comunidades tradicionais reconhecidas por decreto, ilustra-se o cenário dos quilombolas, grupo esse que tem direitos territoriais previstos na Constituição Federal de 88.

Os dados do primeiro censo quilombola do Brasil, Censo 2022, revelou uma situação em que somente 4,3% entre 1,32 milhão de pessoas quilombolas vive em territórios titulados. A estimativa da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) é que existam entre 5 e 6 mil comunidades quilombolas no Brasil, das quais 2.997 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), mas somente 151 vivem em territórios titulados (MMA, 2023).

Não obstante, há no Brasil dispositivos legais afins aos TICCAs no Brasil (Quadro 2), fruto da conquista de lutas históricas de movimentos sociais em parceria com a Igreja Católica, grupos de pesquisadores, organizações não governamentais e outras instituições. É importante deixar claro que o Quadro 2 não tem a intenção de esgotar todos os dispositivos existentes, mas sim ilustrá-los.

Quadro 1. Principais instâncias de proteção territorial previstas, por segmento de territórios de povos e comunidades tradicionais no Brasil

Segmento territorial	Instância de proteção territorial
Indígenas	Constituição Federal de 88, Art. 231
Quilombolas	Constituição Federal de 88, Art. 68
Comunidades Tradicionais	Decreto 6.040/2007
Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Florestas Nacionais (FLONAS), Áreas de Proteção Ambiental (APA)	Lei Nº 9.985/2000
Assentamentos associados à reforma agrária	Lei Nº 8.629/1993 e Decreto 9.311/2018

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 2. Algumas iniciativas do Estado brasileiro relacionados aos TICCAs

Iniciativas	Informações
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Decreto nº 6.040, 07 de fevereiro de 2007

Iniciativas	Informações
Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais	Decreto nº 8.750, 09 de maio de 2016
Reservas extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável	Categorias hoje dentro das Unidades de Conservação de Uso Sustentável (SNUC)
Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais	Lei nº 11.326, 24 de julho de 2006. Decreto nº 9.064, 31 de maio de 2017
Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	Decreto nº 7.747, 5 de junho de 2012
Convenção 169 da OIT	Decreto nº 5.051/2004
Programa de Conservação e Uso Sustentável do bioma Cerrado	Decreto nº 5.577, 8 de novembro de 2005
Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG)	Portaria Interministerial nº 230, 14 de novembro de 2017
Programa Nacional de conectividade de Paisagens (CONECTA)	Portaria nº 75, 26 de março de 2018
Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde)	Entre 2011 e 2016 atendeu 47.681 pessoas, foi suspenso em 2017 e está sendo retomado em 2023
Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)	Subsidia a comercialização de 17 produtos extrativistas (açaí, andiroba, babaçu, baru, borracha extrativa, buriti, cacau extrativo, castanha-do-brasil, carnaúba, juçara, macaúba, mangaba, murumuru, pequi, piaçava, pinhão e umbu), até 2018 havia sido acessada principalmente nos biomas Amazônia e Cerrado
ICMS Ecológico	Pode ser aplicado a UC e Terras Indígenas, porém o repasse é feito aos estados e municípios
Estratégia e Plano de Ações Nacionais para a Biodiversidade (EPANB 2016-2020)	Principal instrumento para implementar os compromissos nacionais junto à CDB, alinhado às metas globais de Aichi e gerido pela Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO)
Selo de Identificação de Produtos da Agricultura Familiar (SIPAF)	Identifica produtos oriundos desse setor visando o fortalecimento da identidade social, há o SIPAF Sociobiodiversidade
Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (PLANAFE)	Decreto nº 9.334, 5 de abril de 2018
Programa Nacional para Alimentação Escolar (PNAE)	Lei nº 11.947, 16 de junho de 2009
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da CONAB Selo Indígenas do Brasil	Lei nº 10.696, 02 de julho de 2003, promove o acesso à alimentação incentivando a agricultura familiar. Identificação de origem, ligado ao Selo da Agricultura Familiar.

Iniciativas	Informações
Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade (ProBio II)	Os recursos são destinados a ministérios e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.
Cursos autoinstrucionais online e materiais formativos (ANA, SFB, MMA, EMBRAPA)	Em diferentes temas socioambientais, de técnicas produtivas e de gestão.
Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)	Portaria Interministerial nº 1, 3 de maio de 2016
Plano Nacional de Promoção das cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB)	Portaria Interministerial MDA e MDS e MMA nº 239, de 21 de julho de 2009
Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade	Portaria nº 121, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 18 de junho de 2019.

Fonte informações: MMA (2023). Elaborado pela autora.

O que argumento aqui é que os territórios indígenas e de seringueiros/extrativistas brasileiros participaram da construção e difusão - nacional e globalmente - da própria gramática social que parte de uma semântica coletiva de reconhecimento (HONNETH, 2003; DUNKER, 2023). As lutas por direitos humanos, ambientais/ecológicos e territoriais envolvem esses grupos que veem banidas ou ameaçadas suas práticas que conservam serviços ecossistêmicos, diversidade biológica e espécies de elevada importância ecológica.

Como marcador temporal dessa interação do Brasil com o mundo na construção de conceitos e estratégias pelo reconhecimento e direitos fundiários e socioambientais, destaca-se o período anterior à II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92 ou Cúpula da Terra), quando os Povos da Floresta e representações parceiras protagonizavam no Brasil a resistência à destruição de modos e locais de vida, atuando para a incidência e elaboração da Constituição Cidadã (Constituição Federal de 1988) ao mesmo tempo em que dialogavam nos campos da cooperação internacional.

Retornar à Constituição Cidadã permite situar a questão da proteção e defesa dos territórios entre povos indígenas, tradicionais e campesinos no Brasil. A questão legal avançou nos últimos 50 anos, no entanto, majoritariamente essas comunidades vivem em condição de não efetivação, falta de regulamentação e dificuldade de acesso às políticas estabelecidas, com questões não superadas/solucionadas nos diferentes níveis: federal,

estadual e municipal. Ainda, a legislação fundiária e socioambiental existente se encontra intensamente ameaçada ou em retrocesso (ARAÚJO e SAUER, 2022).

Em 1987, Ailton Krenak discursou representando a União das Nações Indígenas (UNI) - com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Coordenação Nacional dos Geólogos -, consolidando a noção de povos indígenas, contestando a matança e a política de integração à sociedade dominante, instaurada pelo Estatuto do Índio, de 1973 (CARVALHO & RICARTE, 2019).

> Uma série de terminologias acompanham os discursos que se produzem em torno dele. Luta. Política. Direito. Resistência. Todos esses termos, embora não pareçam à primeira vista, tem, em sua gênese, o sangue de milhares de agentes históricos. Ticunas, Caiapós, Xavante, Guaranis, Timbira, Terena – grupos nativos – se misturam, não homogeneamente, mas no invólucro de uma procura por reconhecimento enquanto grupos não homogêneos (CARVALHO & RICARTE, 2019, p. 229).

Como "coordenador da campanha dos índios" (ANC, 1988, p. 572), líder da União das Nações Indígenas, participante da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, então instalada dentro da Comissão da Ordem Social - na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), Ailton Krenak propôs a Emenda Popular nº 40:

> "para defesa de nossa proposta numa manifestação de cultura com o significado de indignação e que pode expressar também luto - pelas insistentes agressões que o povo indígena tem indiretamente sofrido pela falsa polêmica que se estabeleceu em torno dos direitos fundamentais do povo indígena e que, embora não estejam sendo colocados diretamente contra o povo indígena, visam atingir gravemente os direitos fundamentais de nosso povo" (ANC, 1988, p. 573).

Carvalho & Ricarte (2019) evidenciam que na dinâmica de elaboração e difusão de conceitos, espaços são abertos nas discussões políticas para defesa de direitos. O Art. 231 da Constituição Federal de 1988 absorveu a Emenda Popular 40, reconhecendo direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam os povos indígenas e sobre a "organização social, costumes, línguas, crenças e tradições", vedando a remoção de povos indígenas de suas terras e reconhecendo sua autonomia em relação à "riqueza do solo dos rios e dos lagos", ademais a "preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

> Paulo Machado Guimarães, representante do Conselho Indigenista Missionário, defendeu: "(...) que seja reconhecido na Constituição o caráter pluriétnico e plurinacional do Brasil como forma de dar meios de sobrevivência a povos em via de extinção, principalmente pela ação de

> fazendeiros, mineradoras e serrarias" (JORNAL DA CONSTITUINTE, 1987, p. 7 *apud* CARVALHO e RICARTE, 2019).

"Se não formos capazes de reconhecer o direito à terra, não reconheceremos o direito à vida" (ANC, 1988, p. 573). A luta indígena inspirou outros grupos não originários, mas que nasceram da diversidade sociocultural do Brasil, e dependem de seus espaços/terra para manutenção de seus modos de vida (noção de corpo-território, de segurança e soberania alimentar e nutricional).

No mesmo ano de 1988, Chico Mendes foi assassinado em Xapuri, Acre, em decorrência de sua luta pelos Povos da Floresta. No mesmo ano, Chico Mendes havia realizado uma palestra promovida pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), onde cita diretamente o apoio de Porto-Gonçalves e da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB-SP). Em sua fala, o líder seringueiro evidencia a criação do Comitê de Solidariedade aos Povos da Floresta - indígenas e seringueiros em reação à ameaça que se iniciou na década de 1970:

> "Até a década de 70, para resumir um pouco a história, apesar de viver como escravo e ser humilhado de várias formas, a gente tinha uma garantia que a floresta, a natureza, aquele relacionamento nosso não se acabava, o nosso costume com a floresta, pois não havia nenhuma ameaça até aquele momento (...) um grande problema também que existia e que esqueci de citar inicialmente foi que durante este século o seringueiro nunca teve direito a uma escola (...) Em 1970, com o apoio dos incentivos fiscais da SUDAM , os fazendeiros do sul chegaram na Amazônia, no Acre (...) de 70 até 75, os fazendeiros compraram com o apoio dos incentivos fiscais da SUDAM, na região do vale do Acre, seis milhões de hectares de terra (...) Nestas terras, moravam aproximadamente dez mil famílias de seringueiros que ali estavam há trinta, quarenta, cinquenta anos (...) tiveram seus barracos incendiados, seus animais foram mortos pelos jagunços, algumas mulheres que estavam grávidas, morreram queimadas nos barracos (...) quarenta por cento, decidiram tentar a vida na cidade de Rio Branco (...) a cidade de Rio Branco se transforma numa cidade inchada, a periferia composta de seringueiros expulsos que chegaram sem nenhuma condição para arrumar trabalho na cidade" (MENDES, 2015, p. 4 e 5).

A fala de Chico Mendes é tão atual, que a vejo como um modelo, dos mais violentos é verdade, mas que em diferentes proporções contêm os elementos da realidade de conflitos socioambientais que vivem os territórios tradicionais. Mendes (2015) faz uma caracterização histórica dos seringueiros, sob o contínuo cerceamento legal de direitos básicos e violências autorizadas, e como uma identidade se criou entre pessoas em grande parte nordestinas que foram levadas pelo Estado brasileiro para trabalhar na extração da borracha na Amazônia, a partir de 1877. O trabalho envolveu a matança de inúmeros indígenas para desocupar as terras de seus senhores e os seringueiros foram os principais

trabalhadores da luta armada contra a Bolívia, que rendeu a anexação do Acre ao Brasil em 1903. Pela necessidade de sobreviver na mata, aprenderam com os indígenas:

> 'seus costumes, as suas tradições, os seus relacionamentos com a natureza, com a selva, aprendemos a conviver com os mistérios da mala, aprendemos também a usar os alimentos como eles usam, a caça, o serviço da pesca, enfim a maioria dos costumes indígenas também foram usados pelos seringueiros' (MENDES, 2015).

Chico Mendes foi vereador, teve contato próximo com professores de importantes institutos e departamentos universitários, desenvolveu junto com organizações da sociedade civil (chamadas ONGs) e especialistas o modelo de Reservas Extrativistas (RESEX) e projetou a luta dos seringueiros por meio do documentário "Eu Quero Viver", de Adrian Cowell (1987), que mostra a luta de proteção da floresta e dos direitos dos trabalhadores. Esse documentário projetou Chico a dois prêmios e entrevistas internacionais[15], tornando conhecida internacionalmente a luta dos seringueiros e pela criação das Reservas Extrativistas.

Os conflitos entre os interesses privados e sociais da terra reúnem todos os segmentos de que tratamos na mesma tela projetiva de problemas estruturais no ordenamento fundiário do país. Em essência, "a criação das Reservas Extrativistas representou a materialização da redistribuição de um território (a floresta) segundo as necessidades de uma coletividade e demandada por ela*"* (BAUMAN, 2003 *apud* CUNHA e LOUREIRO, 2009).

A luta dos Povos da Floresta esteve assim em simbiose com os conceitos trabalhados ao longo dos anos na interface populações e conservação. Mais recentemente o conceito Território de Vida foi consolidado dentro do "Acampamento Luta pela Vida: nossa história não começa em 1988", a maior mobilização indígena da história do Brasil, que aconteceu em Brasília, agosto de 2021, onde estiveram reunidos mais de 6.000 indígenas

[15] "Entre 1987 e 1988, ganhou o Global 500, prêmio da ONU, na Inglaterra, e a Medalha de Meio Ambiente da Better World Society, nos Estados Unidos. Nessas viagens ele deu entrevistas para diversos jornais como The New York Times e The Guardian. Jornalistas e pesquisadores internacionais visitaram os seringais e difundiram as ideias pelo planeta, o que não era feito pela mídia nacional". Legado de Chico Mendes. Justiça Eco. Disponível em: https://justicaeco.com.br/legado-chico-mendes-o-lider-seringueiro-que-deu-vida-pela-luta-contra-a-devastacao-ambiental/. Acesso em 4 de mar. De 2024.

e 176 povos contra o Marco Temporal (PL490/07)[16]. O momento ficou conhecido como "Primavera Indígena: mobilização permanente pela vida e pela democracia*"*[17].

Esses eventos informam sobre uma convergência entre os fundamentos teóricos da noção de TICCA e proposições teórico-práticas de lideranças e movimentos sociais no país. Quanto à difusão do registro (que se dá também aliada à difusão do conceito), foi possível traçar um rastro mais preciso, pois sua chegada é incipiente no Brasil.

O registro TICCA começou a ser difundido no Brasil por meio de membros do Consórcio ICCA. Os três membros brasileiros listados no sítio eletrônico do Consórcio são: a) a Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam), atuante no bioma Amazônia; b) o Instituto Terena de Educação Intercultural, de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, atuante na transição entre o Cerrado e o Pantanal; c) Mulheres em Ação no Pantanal (Mupan). Como membro e ponto focal do Consórcio ICCA no Brasil, a Mupan tem realizado um esforço de gestão para difusão do conceito e do registro no país e o primeiro passo foi reunir instituições e organizações de base comunitária para um processo reflexivo de como trabalhar essa agenda no Brasil.

Com esse objetivo, em 2018 foi formado o Núcleo Nacional para implementação de TICCAs no país, composto por: Mupan, Rede Cerrado, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e a Coordenação para Países Amazônicos do Consórcio ICCA. Em seguida, aconteceu o I Encontro TICCA Brasil em Corumbá, Mato Grosso, quando foi formada a Rede TICCA Brasil, composta por lideranças e organizações de base comunitárias e organizações de classe, entre elas a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). A formação dessa rede de reconhecimento possibilitou que as organizações debruçassem sobre suas percepções sobre a aplicação dessa camada teórico-prática na complexa realidade brasileira.

O registro TICCA então tem seu aporte no bioma Cerrado, com a marcante presença de atores institucionais que trabalham com o foco no bioma fazendo parte da Rede. A partir

[16] O PL 490/2007 foi aprovado e gerou a Lei Nº 14.701, sancionada em 20/10/2023 com 34 dispositivos vetados, vetos esses derrubados pelo Congresso Nacional alguns meses depois. A lei abre espaço para atividades econômicas no interior das T.I., estabelece o Marco Temporal para demarcação, busca regulamentar a autorização do Congresso Nacional ao aproveitamento mineral e hídrico e permissões de entrada em T.I. e outros. A lei "*regulamenta o art. 231 da Constituição Federal e altera outras leis para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas*".

[17] Informações obtidas pela autora no Acampamento Terra Livre, mas que foram amplamente divulgadas nos canais de notícias virtuais de veículos que acompanham a pauta dos segmentos de povos e comunidades tradicionais no Brasil.

desse primeiro encontro da Rede TICCA Brasil, teve início o processo de registro do SHPCK. A Mupan acompanhou todas as trinta assembleias realizadas no processo de registro junto à Associação Quilombo Kalunga e parceiros (*Critical Ecosystem Partnership Fund* – CEPF e Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB).

De acordo com a Mupan, o processo de registro é normalmente lento, passa por uma autoapreciação e autorreconhecimento internos, muitas vezes pode exigir também a construção de acordos coletivos que até então não tinham sido vislumbrados. Ainda na visão da instituição focal do Consórcio ICCA no Brasil, nessa etapa reside um dos principais potenciais do registro, o diálogo interno sobre potencialidades e fraquezas, sobre desenvolvimento territorial, objetivos e visões de futuro, formação e ampliação de parcerias.

Levando em consideração a conjuntura do Brasil em 2018, rapidamente se pode relacionar alguns vetores do cenário de conflitos socioambientais à forte adesão ao registro no bioma. Em 2018, tem início no Brasil um governo que entra liderando e elegendo parlamentares alinhados com uma pauta conservadora no campo dos costumes, liberal na orientação política e econômica, que defende o direito da propriedade privada acima de tudo e se agrega a uma bancada ruralista, evangélica, desfavorável aos direitos humanos, à diversidade e autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais, por exemplo, em detrimento de seus outros interesses.

As políticas fundiárias e socioambientais, incluindo as voltadas a povos e comunidades tradicionais (PCTs) enfrentaram um desmonte logo nos primeiros meses de 2019[18], em que se destacam o contingenciamento da participação e controle cidadão, a facilitação do desmatamento, grilagem e promoção da patologia social do não reconhecimento. A aprovação da Lei 14.701/2023 indica a impossibilidade de qualquer avanço jurídico com

[18] A história desse período do Brasil e das investidas contra os direitos humanos, sociais e ambientais foram registradas por periódicos de amplo reconhecimento internacional, a ver Levis et al (2020), Rajão et al. (2022), Araújo e Sauer (2022). Para exemplificar, o Decreto 9.759, de 2019, que extinguiu diversos Conselhos, Comitês e Comissões colegiados da administração pública que visam criar, executar e monitorar as ações de órgãos públicos e estatais, entre eles a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena; a Comissão Nacional de Florestas (Conaflor), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf); Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio); Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT); Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros (Cadara); Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI); Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH); Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo). Presidente Jair Bolsonaro extingue vários conselhos federais. CNR. Disponível em: https://cnr.org.br/home/presidente-jair-bolsonaro-extingue-varios-conselhos-federais/. Acesso em 3 de mar. De 2024.

o Congresso Nacional nessa composição que permanece até o final de 2026, no que tange ao ordenamento territorial e fundiário em favor dos territórios tradicionais no Brasil.

Dessa forma, comunidades locais e tradicionais do bioma Cerrado por certo se viram atraídas pelo registro como uma ferramenta de possível socorro. Do começo dessa pesquisa (2021 - ano em que o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga é o primeiro TICCA brasileiro reconhecido) até o seu final (fevereiro de 2024), o número de TICCAs brasileiros registrados passou de 1 para 4, todos eles no bioma Cerrado[19].

Passando ao 4º Encontro TICCA Brasil, ele foi um campo de pesquisa para apreender considerações de atores mobilizados na difusão da categoria no país, dentre eles representantes de povos e comunidades tradicionais. Foi um momento importante para compreender como vem sendo elaborada a agenda estratégica TICCA - uma iniciativa do Consórcio ICCA e da Rede TICCA Brasil - e quais foram as diretrizes recomendadas pelos participantes. No encontro estiveram presentes atores que estão atuando no poder público, em instituições que apoiam e assessoram comunidades que em essência/categorias são TICCA, ainda que não tenham realizado o registro.

Os membros de comunidades relataram experiências de governança e conservação aliada ao pertencimento já em curso em seus territórios. O vice-presidente da Associação dos Brigadistas da Nação Indígena Kadiwéu (ABINK) apresentou o trabalho realizado desde 2015, em que seis aldeias da Terra Indígena trabalham juntas e têm ampliado seu trabalho para a proteção dos recursos hídricos, restauração florestal e proteção das nascentes.

Na fala do representante do Conselho Terena, a discussão sobre TICCA pôde abrir dentro das comunidades outras discussões, como a do pagamento por serviços ambientais, ou serviços ecossistêmicos - o que foi verificado também nas discussões com a Associação Quilombola Vargem Grande do Muquém. Ainda nas primeiras reuniões, foi um dos primeiros questionamentos feitos: se o registro auxiliaria a receberem algum pagamento pela conservação. Fica então, evidente na fala da liderança, que há a percepção de que TICCA pode abrir portas para receber recursos financeiros pela área conservada, o que

[19] Até o final desta pesquisa, os TICCA brasileiros entre os 310 TICCAs registrados na plataforma são: a) Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), mais de 24 comunidades quilombolas no Nordeste de Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros; b) Território do Rio Urucuia, Grande Sertão, que envolve 50 comunidades em 10 municípios de Minhas Gerais; c) TICCA Água Doce, da comunidade Veredeira Água Doce, em Bonito de Minas, Minas Gerais; d) TICCA Panelas, da comunidade quilombola de Panelas, também em Bonito de Minas, MG.

representa um risco associado à noção TICCA já que o mercado do clima relacionado aos povos e comunidades tradicionais ainda não está devidamente regulamentado no Brasil. Dessa maneira, há riscos de que essas comunidades sejam aliciadas a entrar no mercado do clima em uma condição subalterna.

> Sempre falamos: nossa resistência na terra é a nossa participação, a nossa presença, de onde tiramos nossos alimentos de sustentabilidade, trabalhamos na terra sem que seja para prejudicar o meio ambiente. Nós enquanto povos indígenas já fazemos esse trabalho voluntário de preservação ao meio ambiente, de reflorestamento, de recuperação de nascente e de área degradada" (Valcélio Terena, comunicação pessoal, 4º Encontro TICCA Brasil, 2023).

Um indígena que vive na Terra Indígena Raposa Serra do Sol contou seus esforços de gestão em torno do etnoturismo, com o plano de visitação turística aprovado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

> o primeiro desafio era encontrar parceiros, parceiros sérios para ajudar a implementar projetos para a nossa região (...) Nossos olhares sempre para o sustentável, o que poderia fazer parte das nossas atividades dentro da nossa comunidade foi o turismo, pelo potencial turístico que nós temos, pelas paisagens, pela vivência, pela cultura. O etnoturismo é uma atividade em que o visitante faz a imersão na cultura do indígena, vai provar da comida do indígena, vai provar da nossa comida tradicional, das nossas bebidas tradicionais, isso fez com que nós pensássemos no trabalho voltado para que as pessoas conheçam ainda mais de perto a nossa cultura, as nossas histórias e a nossa cosmovisão (...) Hoje dentro da comunidade estamos implementando um outro projeto que é a indicação geográfica das panelas de barro" (Enoque Raposo, comunicação pessoal, 4º Encontro TICCA Brasil, 2023).

O Programa Bem Viver é realizado por meio de Cooperação Internacional na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, seu coordenador relatou como estratégias a formação do Conselho Indígena da TI, que inclui todas as aldeias e a gestão coletiva para a criação de gado com pastagem nativa, em áreas de savana aberta. Ademais, a adoção de um modelo de repartição de benefícios entre todos da TI pelo uso da área que é comum.

O representante conta que quando o projeto começou, com o apoio da Igreja Católica, há 40 anos atrás, havia somente 52 cabeças de gado na TI. Hoje o rebanho coletivo está em cerca de 60.000 cabeças.

> Vem sendo um modelo de gestão profissionalizada sobretudo na área financeira, mas também em outras áreas, como a de representação política (...) é o gado que dá vitalidade e força para todos os movimentos que o pessoal faz, por exemplo ir a Brasília(...), não existe problema de insegurança alimentar, temos fonte de proteína garantida e obviamente todos têm suas roças (...) é importante pensar sobre repartição de benefícios dentro da comunidade, e acordar, construir uma coesão a respeito da forma como o benefício será repartido. O dinheiro pode ser uma benção, mas pode ser uma maldição também, se não combinado anteriormente sua gestão (...) independentemente de a ação proposta ser da cultura, construir uma vida coletiva, comunal tem

> como base esses acordos" (Reinaldo Lourival, comunicação pessoal, 4º Encontro TICCA Brasil, 2023).

A Rede Cerrado compartilhou sua experiência com a criação do aplicativo Tô no Mapa, que foi desenvolvido em parceria com ISPN e o Instituto Cerrados para que as comunidades possam realizar sua autodemarcação, havendo a possibilidade desse cadastro entrar também na Plataforma de Territórios Tradicionais do Ministério Público Federal.

O ISPN pontou que a Agenda Estratégica TICCA tem mais potencial de trazer benefícios efetivos para as comunidades e para o alcance das metas de conservação da diversidade biológica se as ações e discussões do Consórcio e da Rede TICCA Brasil estiverem voltadas à incidência política, articulando as propostas da agenda com as políticas públicas existentes no Brasil para o tema. O Brasil possui vasta experiência e um arcabouço legal tido como um dos mais avançados do globo, além do que, é no território nacional que a proteção precisa ser efetivada. Por isso, consideram o **registro TICCA enquanto uma camada de proteção territorial**.

Ainda, uma pesquisadora membro do Consórcio considerou que TICCA poderia promover a criação ou fortalecimento da conservação em mosaicos e Reservas da Biosfera, instrumentos previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e na Política Nacional de Áreas Protegidas.

Os atores representantes do poder público levaram para o encontro o que consideram importante ressaltar para o Consórcio em relação ao trabalho da agenda TICCA no Brasil:

> Que não percamos de vista toda a construção histórica que o Brasil tem em relação aos instrumentos de reconhecimento a começar da Constituição de 88 quando regulamentada a questão dos territórios dos povos indígenas, a questão dos territórios quilombolas e para as demais comunidades infelizmente ainda fica 'os outros'. Mas, 'os outros' ganham uma notoriedade revolucionária para o mundo no estabelecimento de UC com pessoas, que são as nossas UC que começam com a ideia dos projetos de assentamento (...) Hoje no Brasil, através do CNPCT há o reconhecimento sobre inscrição de 28 segmentos, mas o próprio CNPCT vem afirmando que é imensurável o número de identidades e populações que vivem dessa forma de vivência, de proteção territorial (...) temos no Brasil a construção do que nós chamamos conceitualmente de reforma agrária ecológica (Edel Moraes, comunicação pessoal, Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, 4º Encontro TICCA Brasil, 2023).

> Temos discutido o tema TICCA, eu acompanho há alguns anos (...) diante dos últimos 6 anos de total impossibilidade de criação de UC (...) estabelecendo a estratégia de pegar um pouco do modelo de regularização fundiária de UC e levar para fora das UC, através da concessão de direito real de uso coletivo. Conquistamos um dispositivo na Lei de terras Estadual, em que o texto diz mais ou menos o seguinte: o estado do Amazonas pode fazer a concessão de

> direito real de uso na modalidade coletiva para povos e comunidades tradicionais que estejam ocupando imóveis de domínio do estado por prazo indeterminado (...) no decreto sobre territórios de uso comum tem um dispositivo fruto dessas discussões que diz o seguinte: para efeitos de cooperação internacional, os territórios de uso comum podem ser considerados territórios e áreas conservadas por povos indígenas e comunidades tradicionais e locais – TICCA - ou OMEC. No decreto, tomamos todo cuidado com essa observação colocada de TICCA ser só uma camada de proteção, que não pretende substituir a demanda por demarcação (...) e não pretende substituir a criação de UC (...) Criamos essa camada de proteção e se as comunidades estiverem reivindicando outro instrumento como UC ou território indígena seria outra etapa, mas a questão fundiária já estabelece uma proteção imediata (Daniel Viegas, comunicação pessoal, Procurador de Meio Ambiente do estado do Amazonas, 4º Encontro TICCA Brasil, 2023).

Assim, TICCA no Brasil se integra a um amplo arcabouço teórico-prático e normativo já estabelecido no país e relativo a territórios tradicionais e suas interfaces com a conservação ambiental. Tendo em conta sua origem e abrangência internacional, TICCA pode ser um instrumento de reforço no campo, auxiliando povos e comunidades tradicionais em luta pelo reconhecimento de suas identidades, de seus direitos territoriais/permanência e do papel que desempenham na conservação.

CAPÍTULO 2

2. Os TICCA no Cerrado

No Cerrado, os territórios que podem ser reconhecidos como TICCAs aglutinam rica diversidade de identidades *cerratenses*[20]: Quilombolas, Agricultores familiares, Indígenas, Extrativistas, Geraizeiros, Fundo e Fecho de Pasto, Ribeirinhos, Pescadores artesanais, Veredeiros, Quebradeiras de Coco-Babaçu, Benzedeiros, Vazanteiros, Comunidades tradicionais, Ciganos, Retireiros e Povos de Terreiros (TÔ NO MAPA, 2023). Em comum, essas populações resistem em alguma medida à grilagem, desmatamento, queimadas, contaminação do solo, da água, restrições à água e de acesso a recursos essenciais para seus modos de vida (RIGOTTO et al, 2022).

Localmente, as características de cada grupo vêm sendo moldadas por sua trajetória de luta e resistência, pelas pressões a que reagem, pelos contatos que tiveram e mantêm (MARETTI e SIMÕES, 2020). O conceito de povos e comunidades tradicionais surge de necessidades fundiárias e ambientalistas, como uma estratégia de resistência em defesa de territórios que se encontram em conflito com a expansão de fronteiras e onde a defesa do território é então um elemento unificador de grupos que se movimentam em processos de territorialização (LITTLE, 2004).

Os conhecimentos dos povos indígenas foram em muito apreendido pelos povos mestiços e negros e os arranjos produtivos atuais são variados no mesmo segmento, pois sua conformação depende de especificidades locais como história, tradição, mercado local, distribuição das espécies e conhecimento sobre as mesmas, condições ambientais e disponibilidade de áreas (NOGUEIRA E FLEISCHER, 2005).

A luta é árdua para essas pessoas, pois nas negociações e decisões políticas em geral, vêm sendo renegadas e subalternizadas em diferentes medidas, em estruturas sociais de aspectos coloniais semelhantes ao longo da história, em que:

> sesmeiros, bandeirantes, missões religiosas e latifundiários, a partir da metade do século XX, é o próprio Estado brasileiro que, sob a influência de grandes atores econômicos mundializados e norteados pela ideologia do desenvolvimento, acelera e acirra o processo de expropriação dos territórios construídos pelos povos do Cerrado (RIGOTTO et al, 2022, p. 14).

[20] O termo é um neologismo criado pelo historiador Paulo Bertran em referência aos habitantes históricos do Cerrado e dá nome a um livro de poesia do autor.

O cenário conflituoso inclui uma estrutura/cultura bastante enraizada de "cerceamentos legais", produzidos por Estado em parceria com corporações através de iniciativas de governança e gestão, incluindo elaboração de políticas, leis e regulamentações (SBALOWSKY, 2019). Quando as corporações estão com o interesse, ações e articulações políticas voltados para os recursos naturais que são corpo-território de coletivos identitários, aí se tem um "território de extração". Nesses territórios, a extração é de recursos, junto com a extração de poder político, econômico, social e cultural (SBALOWSKY, 2019).

Povos do Cerrado são encurralados ou expulsos por atores com interesses divergentes em relação a condições metabólicas de reprodução da vida - sobretudo terra (solo e subsolo) e água-, em processos aliados ao desmatamento, expropriação, contaminação e redução das águas, (PORTO-GONÇALVES, 2021).

Estado e setor empresarial e/ou financeiro quando com a compreensão inteiramente voltada para o regime da propriedade privada, produzem cerceamentos que desconsideram os regimes de propriedade comum dos povos e comunidades tradicionais e locais. Um exemplo que gerou bastante controvérsia e agora gera bastante conflitos e prejuízos aos territórios comunitários no Cerrado é o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como mecanismo autodeclaratório de regularização fundiária.

Instituído pela Lei 12.651/2012, por meio do CAR as Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reservas Legais (RL) são autodeclaradas com o argumento de facilitar e modernizar o processo. No entanto, as Reservas Legais autodeclaradas se tornaram uma enorme insegurança jurídica para populações vulneráveis, pois a esmagadora maioria dos territórios comunitários não têm seu processo de regularização concluído, iniciado ou sequer previsto, então não estão nas bases de dados oficiais das autarquias. Dessa forma, seus territórios de pertencimento são considerados vazios e abertos à expansão das fronteiras.

Já há alguns anos tem estado em discussão também a modernização do licenciamento ambiental, tornando-o um processo autodeclaratório, o que deve dar margem para uma nova ofensiva contra os territórios tradicionais que não estão no mapa[21]. É um outro

[21] Lançado em 11 de agosto de 2023, o novo Programa de Aceleração do Crescimento vai investir 1,7 trilhão em todos os estados do Brasil. A maior porção dos investimentos previstos é do setor privado. O setor privado prevê investir cerca de 70% a mais do que a média prevista para Orçamento Geral da União (OGU), empresas estatais e financiamentos. Novo PAC vai investir 1,7 trilhão. Brasil. Disponível em:

exemplo de aparelhamento do Estado por corporações, que cerca a proteção territorial dos TICCAs. Bispo (2015) diz que os EIA/RIMAs vêm sendo realizados "com o propósito deliberado de nos excluir dos processos de discussão e de tomada das decisões, quando não buscam nos iludir com falsas promessas de melhorias de vida" (p. 72). Na prática, os estudos e relatórios precisam de mais participação social.

As sobreposições com Unidades de Conservação de Proteção Integral também são um desafio em termos de gestão e governança territorial dos TICCAs, mas bastante mais simples de buscar formas de reparação pelas expulsões já causadas. Como demonstrarei na sessão 2.2, por meio da análise dos projetos selecionados pelo PPP-Ecos, a criação de UC de uso sustentável tem sido uma forma de lidar com essas sobreposições.

Essas populações enfrentam uma condição histórica e predominante de concentração de terras, tecnologias e riquezas nas mãos de poucos e em seu desfavor. Essa condição se intensifica na mesma medida em que os mecanismos ativos financeiros e de governança se tornam cada vez mais intangíveis (PORTO-GONÇALVES, 2019).

A resistência mobilizada pelas comunidades funda-se então em um profundo senso de pertencimento e vivência em um determinado lugar. Quão mais fácil seria para elas se pudessem simplesmente mudar, recomeçar uma vida ou um empreendimento em qualquer outra parte do mundo? Mas o que se vê em inúmeros exemplos é que, quando deslocadas forçosamente, o impacto é negativo em todas as esferas.

Para citar um exemplo: Belo Monte. Eliane Brum (2021) se dedicou a documentar os efeitos dos deslocamentos forçados das comunidades nesse contexto: pobreza, favelas ou periferias infladas, suicídios, desemprego, uma enorme desordem social. A cidade de Santarém, no Pará, a cidade para a qual os ribeirinhos do rio Xingu foram deslocados, passou a estar entre as que tem os maiores índices de violência no Brasil. Chico Mendes (2015) também documentou em sua fala o mesmo processo de formação de periferias e violências quando as 10 mil famílias extrativistas foram deslocadas para Rio Branco na década de 1970.

"O(s) regime(s) de propriedade que existem (...) são parte da estrutura econômica de uma sociedade, pois constituem a condição legal que rege o acesso aos recursos e aos meios de produção" (LITTLE, 2004). Muitas crises estão sendo geradas e agravadas, apesar de

https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2023/08/novo-pac-vai-investir-r-1-7-trilhao-em-todos-os-estados-do-brasil, Acesso em: 09 de set. 2023

tanta discussão, pesquisas produzidas, eventos internacionais, principalmente porque a estrutura econômica do máximo lucro persiste.

2.1. Panorama de uso e conservação do Cerrado: um bioma em disputa

De acordo com a revisão feita por Walter et al. (2008), as savanas são definidas por fatores ambientais – clima com presença de períodos secos, solos com baixa disponibilidade de nutrientes e pequena profundidade, uma certa adaptação da vegetação à ocorrência de fogo –, sendo normalmente identificadas por atributos florísticos, ecológicos, fisionômicos e climáticos. Os diferentes tipos de savanas cobrem originalmente 1/3 ou "cerca de 20 % da superfície terrestre, estando a África coberta por 65 % de savanas, a Austrália por 60 %, a América do Sul por 45 % e o Sudeste Asiático e a Índia por 10%" (p. 30).

No Brasil, os mais elevados e antigos pediplanos são dominados por savanas, que foram classificadas em cinco categorias climático-geográficas:

> Brasil Sul (southern Brasil), região de Campos Limpos; Floresta Atlântica (Atlantic Forest region), onde ocorrem campos de altitude e/ou rupestres; Brasil Central (central Brasil), no domínio do Cerrado e Pantanal; Brasil Nordeste (north-eastern Brazil), no domínio da Caatinga; e Amazônia (the Amazon region), onde ocorrem as "savanas amazônicas" (EITEN, 1982 APUD WALTER et al, 2008, p. 29).

O Cerrado é segundo maior bioma do Brasil. Sua área nuclear abrange cerca de 24% do território nacional, aproximadamente 204 milhões de hectares (LIMA E SILVA, 2008) no Distrito Federal e estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, sul do Mato Grosso, oeste da Bahia, sul do Maranhão, oeste do Piauí e porções do estado de São Paulo (MMA, 2023). É um bioma de contato (MAZZETTO, 2009), ocupando faixas de transições com quatro entre os cinco biomas brasileiros: Floresta Amazônica, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Mata de Araucária. Considerando as áreas de transição, o Cerrado pode chegar a 36% do território nacional (PORTO-GOLÇALVES, 2019).

> Três das regiões mais complexas do ponto de vista ecológico do país têm relação com os Cerrados, a saber: as duas maiores áreas continentais alagadas do planeta – (1) o Pantanal Mato-grossense e (2) as Várzeas do Araguaia – têm a savana (cerrado) como formação ecossistêmica dominante, bem como a (3) Zona dos Cocais (com seus Babaçuais, Carnaubais e Buritizais), no Maranhão e Piauí (PORTO-GONÇALVES, 2019, p. 18).

A savana mais biodiversa do mundo é composta por um mosaico de fitofisionomias florestais, savânicas e campestres (RIBEIRO & WALTER, 2008) que existem como

resultado de adaptação evolutiva das espécies da flora às diversas condições de solo, topografia, clima (SILVA et al, 2008) e suas variações temporal (tempo geológico e tempo ecológico) e espacial (variações locais) (RIBEIRO & WALTER, 2008).

As formações florestais (mata ciliar, mata de galeria, mata seca e cerradão) estão associadas aos cursos d'água e seus interflúvios, apresentando similaridades florísticas com as florestas dos biomas com os quais faz contato – principalmente Mata Atlântica e Amazônia; nas formações savânicas (cerrado sentido restrito, parque cerrado, palmeiral e vereda) os indivíduos arbóreos que se estabelecem possuem raízes profundas capazes de alcançar o também profundo lençol freático e há presença de extrato arbustivo e herbáceo; as formações campestres ocorrem em solos rasos, onde há predomínio herbáceo e gramíneo (RIBEIRO & WALTER, 2008).

O bioma vem sofrendo com o aumento da atividade agropecuária e produtora de celulose, na proporção em que as leis de proteção na Amazônia são mais restritivas e aumenta a pressão internacional para medidas de fiscalização e contra redução do desmatamento. No Brasil, a proteção da vegetação nativa - base primária de sustentação dos ecossistemas e da diversidade biológica e consequentemente dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade - é principalmente pautada por dois principais instrumentos: a) Lei 12.651/2012, que trata da proteção da vegetação nativa nas áreas particulares e b) Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), onde unidades de conservação são definidas como:

> espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

A Lei 12.651/2012 institui que 80% das propriedades no bioma Amazônia devem estar salvaguardadas por Reserva Legal, enquanto no bioma Cerrado a proporção estabelecida é de 20%. Segundo Pompeu et al (2024) a distribuição de terras no Cerrado está em 66% sob o regime de áreas rurais privadas; menos de 30% são áreas urbanas, redes de infraestrutura, terras devolutas ou privadas não registradas; 6% áreas públicas, dos quais 86% correspondem a UC de proteção integral e terras indígenas homologadas e 14% terras públicas de uso militar, assentamentos rurais, territórios quilombolas e outros usos públicos.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2024) revelam que entre 2022 e 2023 a taxa de desmatamento caiu quase pela metade na Amazônia[22]. Essa tendência é inversa para o Cerrado, que entre 2019 e 2023 dobrou sua taxa de desmatamento de 6,3 mil para 11 mil quilômetros quadrados anuais, tendo destaque os estados do Maranhão, Tocantins e Bahia (INPE, 2024).

Infelizmente o que segue é um panorama alarmante. Ao todo, o bioma já perdeu mais de 52% de sua vegetação nativa, do qual 50,1% foram convertidos em uso agropecuário - principal vetor de degradação ecológica no bioma - sendo 38% pastagem, 27% mosaico de usos, 5% lavouras temporárias e somente 0,16% lavouras perenes (MAPBIOMAS, 2023). Para o período entre 1985 e 2022, o Cerrado foi o bioma que proporcionalmente mais perdeu área de vegetação nativa no Brasil - cerca de 32 milhões de hectares, sendo quase 5 milhões de hectares de formações florestais (17%), 24 milhões de hectares de formações savânicas (31%), 2,4 milhões de formações campestres (25%) e 570 mil hectares de campos alagados e áreas pantanosas (9%) (MAPBIOMAS, 2023).

Para efeitos de conservação da diversidade biológica, é importante considerar os impactos da situação de fragmentação avançada nas áreas nativas restantes, o que desestrutura e extingue espécies e comunidades ecológicas. O estudo de POMPEU et al (2024) revela que o tamanho dos fragmentos diminuiu em até 33% na região norte do bioma, sendo que como um todo, houve a diminuição dos fragmentos e aumento da distância entre eles.

Com destaque no setor de agricultura e pecuária mundial, os municípios do Cerrado são responsáveis por 54% da produção agrícola e 44% do rebanho bovino do país. Entre os anos de 1985 e 2022, o incremento à agricultura foi de 22 milhões de hectares e à pecuária 16 milhões (MAPBIOMAS, 2023).

O alto índice de perda de vegetação aliada à demanda hídrica para irrigação - que aumenta com a demanda por grãos, celulose e minérios - e os efeitos globais da emergência climática já colocam em xeque as condições de operação de alguns sistemas hídricos, como é o caso do Rio Grande e Paranaíba (ANA, 2024). Qualquer prospecção dos efeitos de escassez hídrica no Cerrado não se limitará às fronteiras do bioma. O Cerrado tem papel fundamental na distribuição dos recursos hídricos no Brasil e no continente sul-

[22] Com maior queda nos estados do Pará, Amazonas, Acre e Rondônia e onde o único estado onde houve aumento da taxa foi o Mato Grosso (INPE, 2024).

americano, sendo o local de origem das grandes bacias hidrográficas (LIMA E SILVA, 2008).

> Os principais rios que recebem contribuições de áreas de Cerrado são: a) na Bacia Amazônia: os rios Xingu, Madeira e Trombetas; b) na Bacia do Tocantins: os rios Araguaia e Tocantins; c) na Bacia Atlântico Norte/Nordeste: os rios Paranaíba e Itapecuru; d) na Bacia do São Francisco: os rios São Francisco, Pará, Paraopeba, das Velhas, Jequitaí, Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente e Grande; e) na Bacia Atlântico Leste: os rios Pardo e Jequitinhonha; f) na Bacia Paraná/Paraguai: os rios Paranaíba, Grande, Sucuriú, Verde, Pardo, Cuiabá, São Lourenço, Taquari, Aquidauana (LIMA e SILVA, 2008, p. 93).

O bioma é chamado de berço das águas devido às inúmeras regiões de nascentes - uma frágil riqueza diante da exploração intensiva desses recursos. Por serem afloramentos de lençóis superficiais, as nascentes no Cerrado apresentam alta sensibilidade à retirada da vegetação, pois são as raízes profundas da vegetação que promovem a percolação adequada para o abastecimento das reservas hídricas subterrâneas. Ademais, regiões de nascentes têm menor capacidade de suporte e diluição de poluentes em relação a rios de grande vazão (LIMA e SILVA, 2008). A retirada excessiva de vegetação, ameaça a recarga de água dos maiores e mais profundos aquíferos de água doce do continente:

> Para além da riqueza biológica do Cerrado, a vegetação nativa do bioma também exerce papel central na manutenção do regime hídrico dentro e para além do seu território. O Cerrado está situado sobre os maiores e mais profundos aquíferos de água doce do continente: Guarani, Urucuia e Bambuí. Esses aquíferos foram formados por águas percoladas em solos antigos e muito lixiviados, filtradas ininterruptamente ao longo de milhões de anos, constituindo uma reserva finita" (BRASIL, 2023, p. 13).

A ameaça ao sistema hídrico do Cerrado - e a todas as bacias para as quais ele exerce grande contribuição - é causada por três vetores antrópicos interdependentes: irrigação, desmatamento, mudanças climáticas (LIMA & SILVA, 2008; WALTER et al, 2008; ROUGEMONT, 2020; RIGOTTO et al, 2022, SALMONA et al, 2023). Esses vetores funcionam juntos no modelo de desenvolvimento agrícola adotado para o Cerrado desde a década de 1960, onde a baixa fertilidade do solo é suprida pela irrigação e aplicação de fertilizantes, o que demanda uma enorme quantidade de água. "*A demanda hídrica anual de uma área de 100 hectares irrigados é similar à de uma cidade com cerca de 10 mil habitantes*" (LIMA E SILVA, 2008, p. 94).

Aparentemente, seguimos a receita de um futuro de escassez, principalmente para os sistemas de vida locais, baseados na produção de pequena escala, mas também para os sistemas de produção que atendem ao mercado global. O cenário parece ser de uma tragédia anunciada para a agricultura, produção de energia elétrica, biodiversidade e

suprimento de água durante a estação seca – o que certamente aumenta os conflitos por água na esfera local (LIMA E SILVA, 2008; SALMONA et al, 2023).

O estudo de Salmona et al. (2023) revela que as mudanças no uso da terra aliadas a mudanças do clima provocam a redução da vazão dos cursos d'água na região do bioma.

> Na última década, o Brasil experimentou a maior expansão da área irrigada da história, da ordem de 200 mil hectares ao ano. Os pivôs centrais são responsáveis por metade dessa expansão (...) em 2022, superou os 30 mil pivôs... o Cerrado responde por 70,4% (1,35Mha) em função da expansão da agricultura para áreas de maior déficit hídrico (ANA, 2023).

Entre os trinta maiores municípios irrigantes, sete se destacam pela área de pivôs (em hectares), sendo eles Paracatu, Unaí (MG), Cristalina (GO), São Desidério, Barreiras, Jaborandi e Mucugê (BA) (ANA, 2023). Juntos, os polos São Marco (GO) e Oeste da Bahia (BA) superam 70% da área ocupada por pivôs no bioma (ANA, 2023). Ao assumir a continuidade da taxa de desmatamento atual, até 2050 o decréscimo pode atingir 40% de redução na disponibilidade hídrica, atingindo cerca de 90% dos cursos d'água (SALMONA et al, 2023).

É importante lembrar que os sistemas locais não possuem os recursos financeiros para se adaptarem a essas mudanças ou para abandonar a área degradada e seguir para outros locais do globo onde possam existir terras disponíveis e assim continuarem a exercer suas atividades. Por isso, a garantia de acesso dos PCTs aos seus territórios vem sendo estabelecida como uma questão de ordem social, ecológica, ambiental e climática.

A conversão de Cerrado em áreas de pastagem ou monocultivos, em larga escala, tem impactos climáticos e hídricos e aumenta a propensão a incêndios florestais. O Cerrado está em um momento decisivo, as temperaturas médias na nossa região já aumentaram mais do que a média global e vão continuar aumentando mais do que a média global; como um todo. A região se tornou mais quente e mais seca; estoques de Carbono das partes aéreas e radiculares são dizimados ano a ano (BUSTAMANTE, 2023). Campos, savanas e florestas, cada fitofisionomia vai demandar ações muito particulares de manejo da terra para a conservação dos serviços ambientais, dentro de um modelo de desenvolvimento regenerativo, que alie o crescimento da produção ao desmatamento zero e à restauração (BUSTAMANTE, 2023).

Como uma ferramenta da cesta de possíveis soluções a serem aplicadas, diversos atores, incluindo o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas têm sugerido:

> a conciliação dessas agendas ao aumento da produção precisa se dar dentro de um Pacto Nacional pelo Cerrado, pautado em ações de aumento da produtividade utilizando os quase 20 milhões de hectares de pastagem severamente degradadas nos estados que compõem o bioma; ações de comando e controle; desenvolvimento sustentável; ordenamento territorial; marcos regulatórios para os mecanismos econômicos" (SILVA, 2023, comunicação audiovisual).

Na última década a pecuária apresenta queda leve, porém constante, no incremento de novas áreas (Figura 3), o que deve prevalecer com a atual pressão internacional por carne de baixo carbono e a Meta Global Desmatamento Zero até 2030.

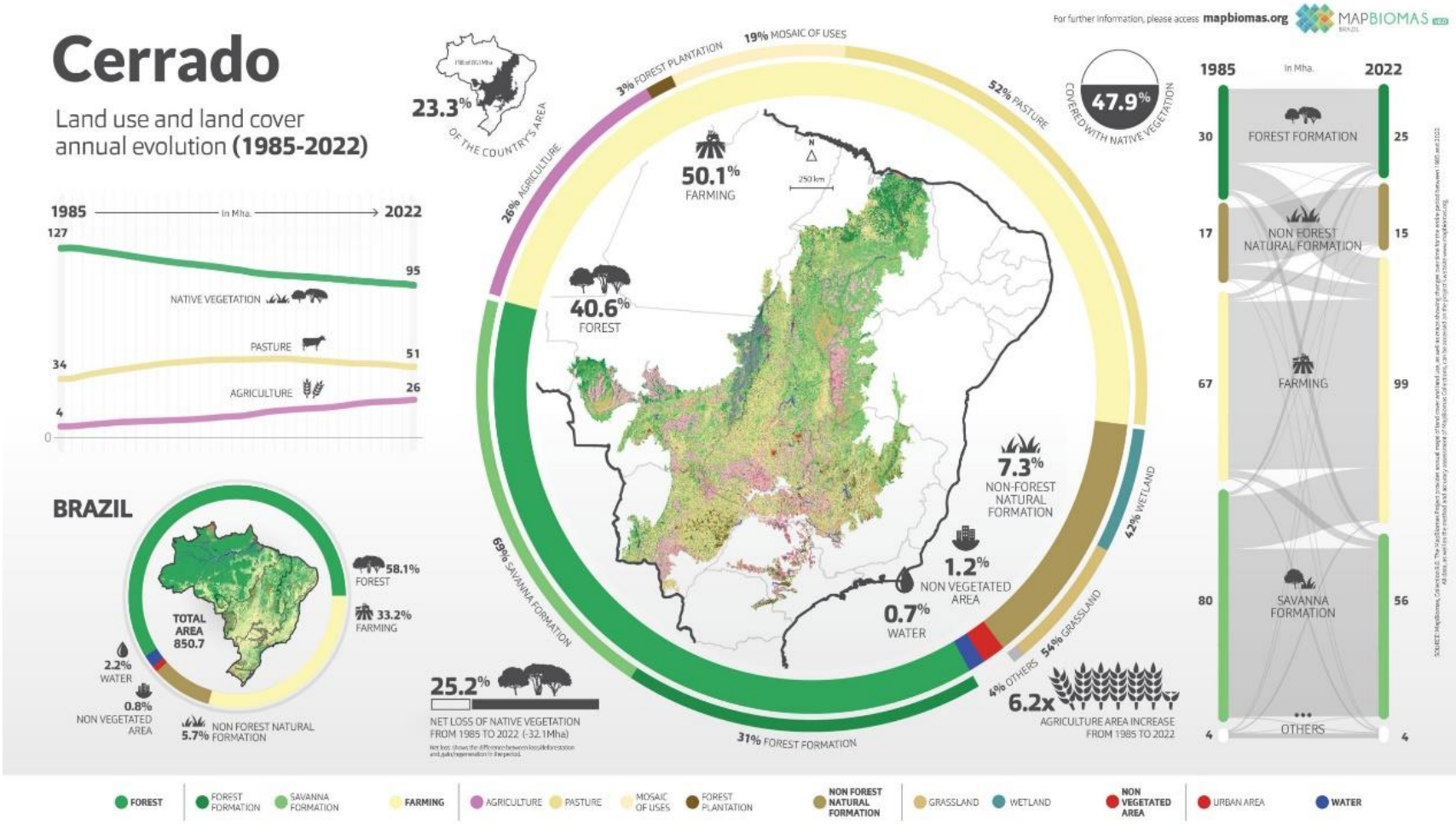
O Brasil se comprometeu com metas e acordos internacionais[23], a reduzir a **taxa de desmatamento no Cerrado em 40%** (MMA, 2023). Porém, a realidade está muito distante. Para o primeiro semestre de 2023, a taxa de alertas de desmatamento - segundo a Coordenação-geral de Observação da Terra (Deter), do Inpe - elevou 26% em comparação ao ano anterior[24]. No ano de 2023, foram 482.381 hectares de supressão vegetal autorizada no Sistema Nacional de Controle de Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) e 491.045 hectares com alerta de desmatamento (Deter/Inpe). Entre o total de alertas, 10 municípios somam 31%, dos quais 6 municípios estão no Oeste da Bahia (São Desidério, Jaborandi, Cocos, Barreiras, Correntina e Santa Rita de Cássia) e 4 em outros estados do Matopiba[25] (Balsas, MA; Baixa Grande do Ribeiro, PI; Sebastião Leal, PI e Mirador, MA) (MMA[1], 2023).

[23] O Decreto 9.578, de 22 de novembro de 2018, consolida a Política Nacional sobre Mudança do Clima (de que trata a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009). Como estratégia para a redução das emissões de CO2eq, no primeiro parágrafo do Artigo 19 prevê redução de 40% dos índices anuais de desmatamento no Cerrado em relação à média verificada entre os anos de 1999 e 2008. Essa média contribuiu para que a meta anual para 2020 fosse de 9,42 mil km² (PPCerrado, 2014).

[24] Desmatamento na Amazônia cai. MMA. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/desmatamento-na-amazonia-cai-42-5-nos-sete-primeiros-meses-de-2023. Acesso em: 3 de mar. 2024.

[25] A região conhecida por Matopiba faz referência ao conjunto de estados com maior expansão da fronteira agrícola no Cerrado: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Figura 3. Evolução do uso e cobertura do solo no Cerrado para o período 1985 - 2022



Fonte: Projeto MapBiomas, Coleção 8.

2.2. Um retrato de TICCA no Cerrado a partir do Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-Ecos)

Argumentei que o reconhecimento efetivado dos povos e comunidades tradicionais e locais abrangidos pelo conceito TICCA é um instrumento de ordem social, ecológica, ambiental e climática. Nesse campo que busca conciliar qualidade ambiental, social e econômica, estão os programas de apoio a projetos comunitários, como o Programa de Pequenos Projetos (PPP), do *Global Fund Environmental* (GEF), uma das formas de promoção de iniciativas alinhadas com essa finalidade.

No Brasil, a Igreja Católica teve um importante papel na implementação de fundos de apoio a projetos comunitários, especialmente entre as décadas 1970 e 1990. Embaixadas e ONGs internacionais também estabeleceram fundos de apoio no Brasil (NOGUEIRA, 2005). Em linhas gerais, um pequeno projeto tem curto prazo de execução, vínculo com outros projetos anteriores ou paralelos, com os quais podem compartilhar equipamentos, instalações e pessoal, e são resultado de processos de auto-organização das comunidades para o enfrentamento de desafios diversos, da educação ambiental à produção de trabalho e renda (NOGUEIRA, 2005).

O *Small Grants Programme* (SGP/UNDP)[26] se volta para países em desenvolvimento, sob a inspiração do slogan da Rio-92: "pense globalmente, aja localmente" e seu foco está na conservação de ecossistemas e atenuação da pobreza (NOGUEIRA, 2005). Estabelecido no mesmo ano em que ocorreu a Eco-92, o SGP provê suporte financeiro e técnico a projetos que conservam e restauram o meio ambiente, e ao mesmo tempo aumentam o bem-estar das comunidades e fortalecem seus modos de vida. São aprovados projetos de base comunitária em mais de 120 países com alta biodiversidade, também para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, degradação da terra, para o manejo florestal sustentável, dentre outros (SGP/UNDP, 2023).

O SGP Brasil foi o primeiro programa multilateral de apoio a pequenos projetos que focalizou iniciativas no Cerrado. A versão brasileira do programa é conhecida como Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-Ecos) e teve início em 1994. A sua coordenação cabe ao ISPN, de maneira que o instituto vem apoiando, desde então, o fortalecimento de organizações comunitárias que buscam a consolidação de territórios

[26] Disponível em: https://sgp.undp.org/. Acesso em 10/10/2023

produtivos e conservados. Os projetos locais partem do fortalecimento do sentido de pertencimento e da valorização e aprimoramento das relações e práticas locais. Nesse sentido, são antagônicos aos grandes projetos predatórios e voltados à economia externa de desenvolvimento, para o qual o mundo é terra de ninguém, as terras são ativos financeiros, ou mesmo estão pressionados pelo sistema financeiro a expandir e avançam com o senso de que pessoas e grupos precisam ser deslocados.

Os projetos ecossociais servem de modelos conciliadores de uma qualidade de desenvolvimento democrático e sustentável, que prioriza saberes tradicionais, subjetividades, localismos e com marcante participação feminina. Nogueira (2005) ressalta o localismo como força de resistência forjada dentro das tensões e contradições no avanço de modelo monocultor sobre a realidade de povos e comunidades tradicionais, habitantes históricos do Cerrado (NOGUEIRA, 2005).

Assim, toda a experiência do PPP-Ecos é bastante convergente com a ideia mais recente de TICCA e inúmeros recortes de pesquisa poderiam ser feitos. Para este estudo, focalizei as informações do 28º e 30º PPP-Ecos, que foram financiados especificamente pelo ICCA-GSI, em sua primeira fase de trabalho (2014-2022) como estratégia de difusão do mecanismo TICCA no Brasil (SGP/UNDP, 2023). Essa fase de trabalho do ICCA-GSI objetivou melhorar o reconhecimento e a efetividade da conservação de biodiversidade, dos modos de vida que conservam e a redução dos efeitos das mudanças climáticas em TICCAS de 26 países (SGP/UNDP, 2023).

> Os projetos foram implementados por organizações de base comunitária e de assessoria (ONGs e Sindicatos) entre os anos de 2020 e 2023 (...) buscaram soluções diversas para o fortalecimento da governança comunitária nos territórios TICCA e a recuperação dos impactos gerados pela pandemia de COVID 19 (FIGUEIREDO et al., 2023, p. 5).

Em nível global, as iniciativas deveriam contribuir para a agenda 2020 (agora pós-2020) da CDB, impactando principalmente as metas de Aichi[27] 11 (aumento da cobertura de áreas protegidas), 14 (proteção de serviços ecossistêmicos essenciais) e 18 (proteção do conhecimento tradicional sobre a biodiversidade) (ICCA CONSORTIUM, 2023).

Quando as contribuições da natureza para a vida humana são conservadas, elas têm como efeitos as macro respostas que precisamos para enfrentar as múltiplas e multiescalares

[27] O conjunto das 20 Metas de Aichi fazem parte do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, elaborado em 2010, na COP 10 da CDB, em Nagoia, Japão. Entre essas metas assumidas pelas partes signatárias, é abordado o papel fundamental dos ICCAs na restauração e manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

crises socioambientais que afetam negativamente a segurança alimentar, hídrica, energética, saúde e modos de vida sustentáveis (IPBES, 2018).

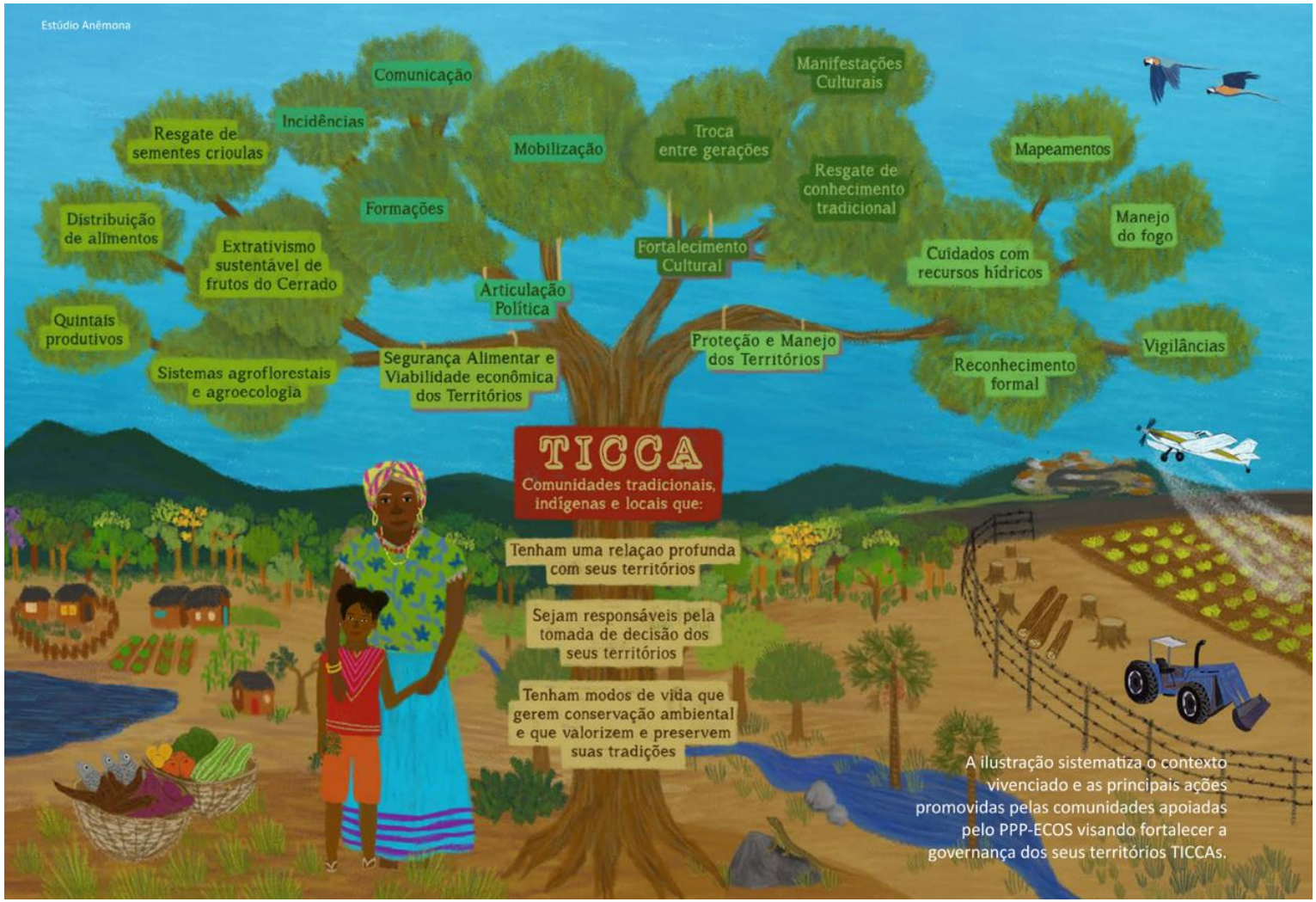
Figueiredo et al. (2023) sintetizaram alguns resultados e caracterizaram as principais estratégias comunitárias beneficiadas entre os 18 projetos apoiados nos dois editais. As ações desenvolvidas nos projetos atuaram diretamente em quatro principais vertentes: segurança alimentar e viabilidade econômica dos territórios, articulação política, fortalecimento cultural e proteção e manejo, lançando mão de uma cesta de práticas de desenvolvimento que está de acordo com os interesses locais (Figura 4).

As práticas descritas por Figueiredo et al. (2023) demonstram a riqueza da atuação dos povos e comunidades tradicionais em seus processos de resistência territorial. Junto com as práticas, estão entrelaçadas relações, afetos, história, memórias, objetivos compartilhados, um senso de querer ficar e trabalhar para o aprimoramento das condições de vida local.

> (...) Os projetos contribuíram para o aprimoramento do manejo de 322 mil hectares de Cerrado, sendo 9 ha em processo de recuperação, 116.269 ha com Manejo Integrado do Fogo, 205.254 ha com extrativismo de produtos do Cerrado (...) Como principais resultados: 601 hectares com práticas agroecológicas, 23 sistemas de reuso de águas cinzas instalados em regiões do semiárido e 3 agroindústrias comunitárias foram fortalecidas pelos projetos para produção de pequi e babaçu (...) 2.091 famílias foram beneficiadas, 119 comunidades fortalecidas e 98 processos de formação foram promovidos para 1.023 pessoas (FIGUEIREDO et al., 2023, p. 9, 11, 18).

A partir da leitura e sistematização das informações dos projetos submetidos nesses dois editais (Apêndice I e Apêndice II e Apêndice III), foi possível identificar os esforços de organização e governança, os conflitos socioambientais em que estão implicadas essas comunidades, bem como seus contextos territoriais.

Figura 4. Árvore temática - contexto vivenciado e ações promovidas pelas comunidades apoiadas pelo PPP-ECOS nos editais 28º e 30º



Fonte: FIGUEIREDO et al, 2023, p. 7

Em 14 dos 18 projetos, os beneficiários nunca haviam recebido antes o apoio direto do PPP-Ecos, o que confere maior difusão do conceito TICCA junto a povos e comunidades tradicionais no Cerrado. Mas, principalmente, o edital ampliou o número de organizações de base comunitária fortalecidas no bioma. As organizações tiveram a opção de adotarem como estratégia a discussão sobre o registro TICCA ou não, e oito delas se propuseram a fazê-lo, mas somente uma assumindo o registro como estratégia ou objetivo principal. Em todos os casos que se propuseram a discutir o registro/conceito, essa foi uma estratégia transversal, que faria parte de dinâmicas que já vinham acontecendo dentro do território. A adesão mediana ao registro dos territórios como TICCA pode indicar que a noção ainda é pouco compreendida pelas comunidades, a despeito dos esforços empreendidos por organizações como o ISPN e integrantes do Consórcio ICCA.

Nesse aspecto, pode-se considerar que o ISPN tenha adotado como critério de seleção que as propostas de discussão estivessem relacionadas a iniciativas já em andamento e que poderiam então ser potencializadas, visibilizadas ou fortalecidas pelo conceito/registro TICCA. Entre as propostas selecionadas, chama a atenção exemplos do que reconheço como um arranjo misto de segmentos – a título de análise e nas tabelas que compões os apêndices desta dissertação. As propostas cujos beneficiários são de diferentes segmentos identitários - por exemplo, quilombolas, geraizeiras, vacarianas, agroextrativistas - em um só projeto, são as chamadas mistas.

O que conecta ou une diferentes comunidades em uma só proposta é a busca por proteção aos bens comuns utilizados, sendo que em alguns casos há já uma proposta de Reserva de Desenvolvimento Sustentável em andamento, bem como processos judiciais coletivos entre diferentes grupos identitátios para garantia de permanência e uso desses territórios, como estratégia de resistência à ampliação da fronteira neoextrativista (conforme a discussão que travei no capítulo anterior). Nesse sentido, TICCA quem sabe pode fomentar a efetivação da criação de novas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), ampliando a proteção das veredas, grotas e nascentes, áreas com pastagens nativas utilizadas para fundo e fecho de pasto, espécies vegetais nativas, cavidades subterrâneas, espécies ameaçadas – algumas das riquezas ambientais declaradas pelos comunitários.

Por meio dos projetos, segmentos diversos/misto mostram-se articulados no manejo comunitário de espécies de relevante interesse e importância socioecológica, como é o caso do capim-dourado e do buriti.

As propostas selecionadas também são um bom exemplo de como as organizações de base comunitária vêm trabalhando em parceria com organizações parceiras de assessoria para que seus territórios sejam reconhecidos. Também há propostas que investem na conectividade ecológica entre territórios tradicionais (e, portanto, de uso sustentável) e áreas de proteção integral. A proteção desses territórios, aliada a políticas e estratégias de repasse de recursos voltados à conservação promove tanto a melhoria da qualidade de vida de famílias quanto a conectividade entre áreas. Dessa forma, o benefício da conservação extrapola o território protegido em si, alcançando o mosaico de áreas de vegetação nativa protegida que esteja próximo ou diretamente conectado aos territórios.

Entre os projetos, também chama a atenção grupos que estão em processo de consolidação ou reconhecimento interno (no Brasil) de suas identidades, o que vem sendo forjado dentro do contexto de resistência à expropriação de seus territórios de vida. É o caso das comunidades (1) de Fundo e Fecho de Pasto, que utilizam áreas de Cerrado para criação do gado a solta e que têm nessa prática a principal fonte de proteína animal e geração de renda, portanto, de subsistência de seu grupo; (2) dos Vacarianos, comunidades situadas nos arredores do Rio Vacaria que lutam contra o deslocamento compulsório de seu território; e (3) de Retireiros do Araguaia e Vazanteiros, que utilizam áreas periodicamente alagáveis para o exercício de suas práticas, seja pastoreio com capim nativo ou plantio de roças.

E como era de se esperar, os projetos denunciam a enorme desigualdade social que existe no campo brasileiro, por exemplo há projeto cujo objetivo principal foi a utilização do recurso para instalação de cercas na área utilizada como fundo e fecho de pasto. Em diferentes projetos essas áreas de criação de gado ‘a solta’ são percebidas como cinturões verdes em áreas já bastante degradadas pela fronteira neoextrativista.

Ao buscar investigar a autonomia relativa dos povos e comunidades tradicionais na execução dos projetos, verifiquei que entre as 18 organizações beneficiárias, 11 foram as próprias proponentes e executoras do projeto, todas elas com um histórico de capacitações ou dispondo de algum tipo de assessoria para execução do projeto. Outras sete beneficiárias tiveram parceiros como proponentes e executores, em lugar das organizações de base comunitária. Desses sete parceiros, cinco nunca haviam recebido apoio do PPP-Ecos antes, embora fossem organizações experientes no apoio aos territórios em questão. Estão entre esses parceiros:

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Organização da sociedade civil gestora de fundo rotativo para economia solidária de ampla capilaridade e atuação com mais de 30 grupos ativos em 46 comunidades e 16 municípios (a Associação Vencer Juntos em Economia Solidária);
- Organização sem fins lucrativos que desde 1989 acompanha tecnicamente comunidades rurais (o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas);
- Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Conferência Nacional dos Bispos criado em 1975 com o objetivo de ser um suporte à organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais;
- Organização não governamental fundada em 2008 para trabalhar na gestão da Bacia Hidrográfica do Rio São Bartolomeu- DF que apoia a produção e comercialização de agricultores familiares de comunidades rurais (Rede Bartô);
- Centro do Direitos Humanos Dom Pedro Casaldáglia;
- Fundação que atua desde 1986 na conservação do Cerrado (Fundação Pró-Natureza).

De acordo com o que foi declarado nos documentos apresentados em resposta às chamadas, entre as 119 comunidades beneficiadas pelos projetos, somente uma declarou ter o território totalmente regularizado: a Aldeia Brejão, Povo Terena, Terra Indígena Nioaque, Mato Grosso do Sul. Ainda assim, ela enfrenta problemas diversos, como assoreamento dos recursos hídricos, queimadas e dificuldades de produção, devido à proximidade com lavouras que utilizam agrotóxicos e fertilizantes, enfrentam escassez hídrica, além de terem relatado insegurança alimentar. Essas situações reforçam o quanto é imprescindível que a regularização fundiária/proteção territorial venha junto com políticas integradas e efetivas de educação e assistência técnica para os povos indígenas e comunidades tradicionais e locais.

A Figura 5 e Figura 6 abaixo, oferecem um panorama visual para análise das ameaças sofridas nos territórios TICCAs no Cerrado e de seu estado de conservação. Para compreensão e análise das figuras, deve ser considerado que o tamanho das palavras está relacionado à frequência com que elas aparecem no texto e a presença e largura dos ramos indicam como as palavras se conectam umas às outras no conteúdo analisado (essa é a análise lexográfica produzida pelo Software). As cores não têm um significado específicos, elas reforçam a visualização dos grupos de palavras que aparecem mais próximas umas às outras no conteúdo analisado.

As figuras foram produzidas pelo Software Iramuteq a partir do corpus textual elaborado com o conteúdo das situações descritas nas propostas de cada projeto. Para elaboração do corpus textual, foi realizado o procedimento de síntese/categorização das respostas contidas para as perguntas sobre ameaças sofridas e estado de conservação que compunham os editais, também foram retirados trechos que tratavam dessas duas questões, mas que estivessem dentro de outras perguntas. A síntese/categorização foi feita para que assim diferentes terminologias utilizadas para mesma situação ou contexto pudessem ser entendidas como iguais/semelhantes pelo Software.

A Figura 5 corrobora as análises anteriores feitas por revisão bibliográfica para os principais problemas do bioma. Ele afirma a centralidade do desmatamento e da questão hídrica enquanto ameaças aos territórios e modos de vida dos povos *cerratenses*. Nota-se na Figura 5 que atreladas ao desmatamento, à grilagem e às queimadas, estão a restrição de acesso e uso da água, a grilagem de áreas próximas aos rios, a escassez hídrica em geral e também das nascentes, e a dificuldade de acesso e apoio do poder público para lidar com essas questões.

A discrepância na percepção entre diferentes grupos de atores em relação à disponibilidade hídrica no Cerrado é então denunciada, já que o grupo empresarial (agricultores e outros setores) aproveita a fartura das reservas hídricas subterrâneas do bioma, tendo capacidade financeira para tal. Um exemplo dessa discrepância na distribuição de poder e acesso aos recursos hídricos é o projeto de mineroduto Vale do Rio Pardo, Bloco 8, da empresa Sul-Americana de Metais, que recebeu a outorga para captação de 974 litros por segundo/6.200m³ por segundo de água do Rio Jequitinhonha. Ao mesmo tempo fica evidente que comunidades locais sofrem sem condições de pescar, plantar e fazer outros usos da água, em situações de escassez hídrica dos cursos d'água e nascentes superficiais.

Ao descrever o seu contexto territorial, as ameaças e estado de conservação dos territórios os projetos apresentam diversos sinais dessa desigualdade e da injustiça socioambiental. Há o caso em que uma mesma comunidade já sofreu com o deslocamento compulsório e agora enfrenta a escassez hídrica, a poluição e os efeitos nocivos à saúde ocasionados pelo rompimento de barragens de rejeitos da atividade de mineração.

A Figura 6 mostra a análise lexográfica do conteúdo sobre o estado de conservação dos territórios. Seus resultados reiteram a **centralidade da questão hídrica,** onde muitas

organizações declararam existir grande número de nascentes e veredas conservadas em seus territórios, em oposição ao cenário que predomina no entorno: desflorestamento e, portanto, sumiço dessas vertentes. A presença de rios, veredas e nascentes foi amplamente ressaltada no universo dos projetos como contrastante à realidade do entorno.

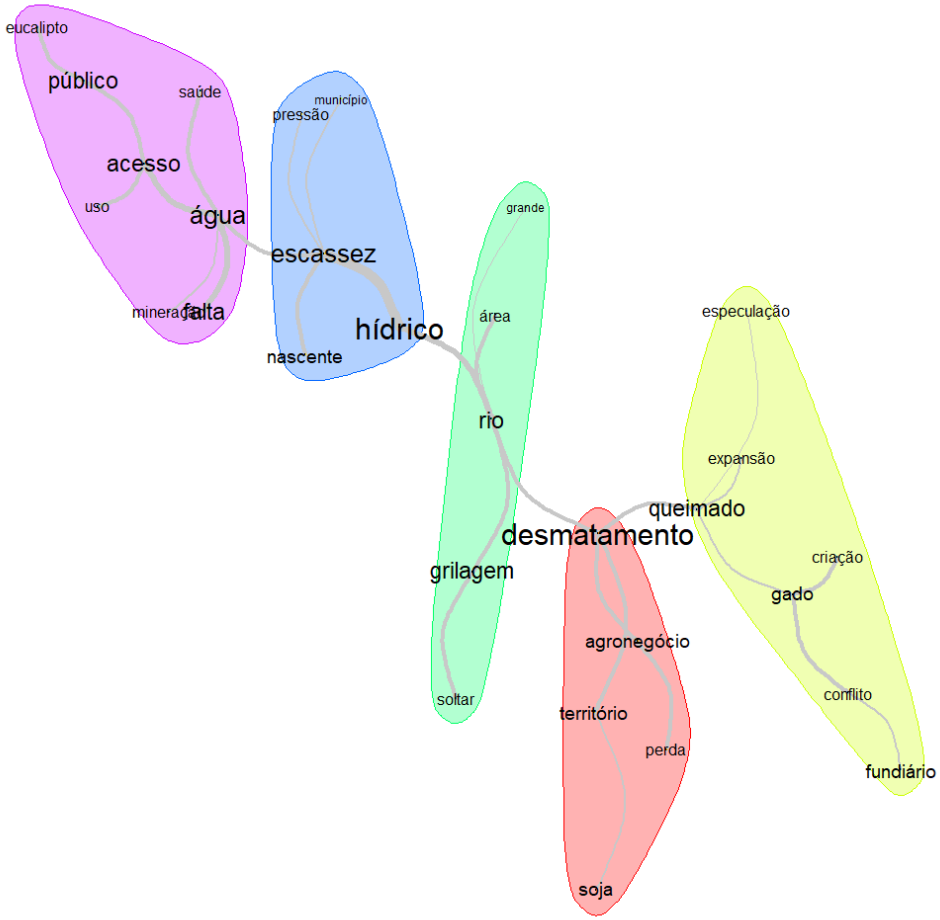
Ou seja, ao mesmo tempo em que os territórios sofrem com os impactos negativos da restrição de acesso a cursos d'água e escassez na sua vazão, eles são percebidos como fontes de conservação e manutenção do sistema hídrico. Isso porque suas práticas de manejo da paisagem e dos recursos não diminuem, seja direta ou indiretamente, a disponibilidade hídrica.

Pode-se considerar que todas as comunidades, para além da identidade própria de cada uma, são também agroextrativistas: "uma modalidade de agricultura familiar onde o sistema de produção conjuga a coleta de recursos da biodiversidade nativa à geração de produtos por meio do cultivo e da criação de animais" (NOGUEIRA E FLEISCHER, 2005, p. 129). Assim, muitos projetos também se dedicam ao fortalecimento dos sistemas produtivos dos povos e comunidades tradicionais, parte importante dos seus meios de vida, relacionados à gestão ambiental e territorial.

Outro ponto que se destaca é a importância que esses grupos têm na manutenção da diversidade biológica de áreas de ecótonos com os biomas Caatinga e Amazônia. De maneira geral, os números expostos por Figueiredo et al. (2023) e os resultados dos conteúdos analisados ilustram e reforçam que os recursos financeiros destinados à conservação são bem aplicados ao promoverem a proteção e gestão desses territórios.

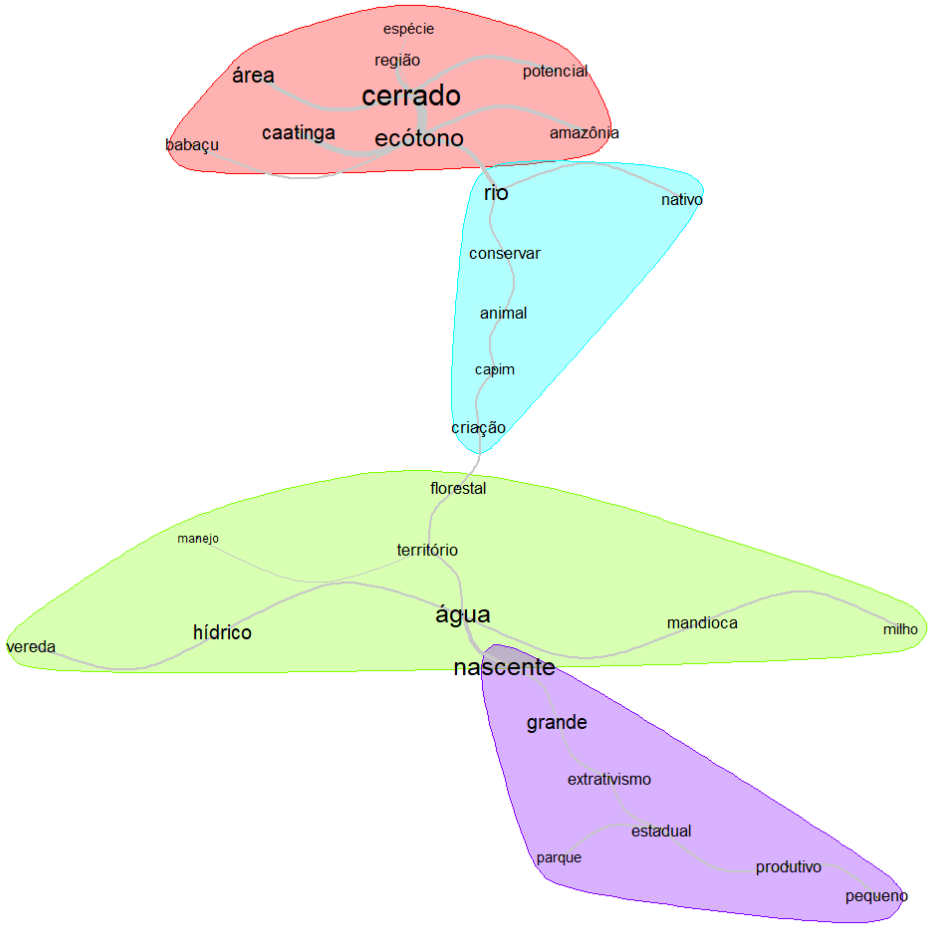
Colocar essas iniciativas em perspectiva, revela o potencial da categoria TICCA para designar um conjunto de territórios, modos de vida e manejo dos bens naturais, que contrastam com o modelo hegemônico de desenvolvimento, sendo assim uma categoria genérica, como outros, mas útil para referir as vinculações entre modos de vida e conservação, entre condutas de territorialidade e sustentabilidade. Com o tempo, a visibilidade gerada pela circulação internacional da categoria pode ser benéfica, haja vista o exemplo de Chico Mendes, que levou a mensagem para fora do país e angariou parcerias para os objetivos de sua categoria, os seringueiros. No entanto, a adesão a categoria por parte de povos e comunidades tradicionais no Cerrado tem se dado de forma parcimoniosa, não obstante os mecanismos de difusão da categoria adotados no país.

Figura 5. Gráfico de análise de similitude para as ameaças sofridas pelos territórios.



Fonte: Análise de similitude realizada pelo Software Iramuteq a partir da sistematização das informações declaradas nos projetos contemplados no 28º e 30º PPP-ECOS (elaborada pela autora).

Figura 6. Gráfico de análise de similitude para o estado de conservação dos territórios



Fonte: Análise de similitude realizada pelo Software Iramuteq a partir da sistematização das informações declaradas nos projetos contemplados no 28º e 30º PPP-ECOS (elaborada pela autora)..

CAPÍTULO 3

3. A comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém

A Constituição Federal de 88 institui as *Terras tradicionalmente ocupadas* por comunidades remanescentes de quilombo como aquelas utilizadas para a "garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural" e cujas medições e demarcações se pautam em critérios de territorialidade (BRASIL, 2003).

> As terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, em parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistênciaa diferentes formas de dominação. (COLEÇÃO TERRA DE QUILOMBOS).

Leite (2008) se refere aos quilombos como "unidades de apoio mútuo" criadas na resistência ao sistema escravista e suas reações. Um dos traços da ancestralidade é justamente a solidariedade que caracteriza a coletividade desses grupos, sendo a coletividade o fator delimitante para o reconhecimento de quem é o sujeito dotado de direito nos termos do Artigo 68 da Constituição Federal (LEITE, 2000). Nesse sentido, Almeida (2004, p.10) diz que o termo tradicional pode ser interpretado para além do aspecto histórico/geracional, mais como "unidade de mobilização" que aglutina interesses de grupos sociais.

Dessa forma, quilombo hoje pode ser visto como uma insurgência, "um mote para se discutir a cidadania negada*"* (LEITE, 2000, p. 349), onde reivindicações comuns acontecem dentro da coletividade na busca por uma existência melhor. Ainda de acordo com Leite (2008, p. 965), mesmo a Constituição Cidadã estabelecendo o direito à terra/território como um direito fundamental, e, portanto, acima do direito privado de propriedade, "a incorporação do quilombo na ordem jurídica não tem sido suficiente para alterar as práticas de expropriação e controle da terra".

Após o meu contato com a Associação Quilombola Vargem Grande do Muquém (AQVM) em 2022, realizei uma pesquisa sobre a produção bibliográfica a respeito da comunidade. Nessas buscas não encontrei nenhum estudo que se referisse à comunidade quilombola do Muquém. Porém, o esforço me permitiu conhecer brevemente o contexto quilombola no estado de Goiás; o histórico de ocupação, uso e estado de conservação da região Norte, fronteira com Nordeste de Goiás; e a festa de Nossa Senhora D'Abadia do

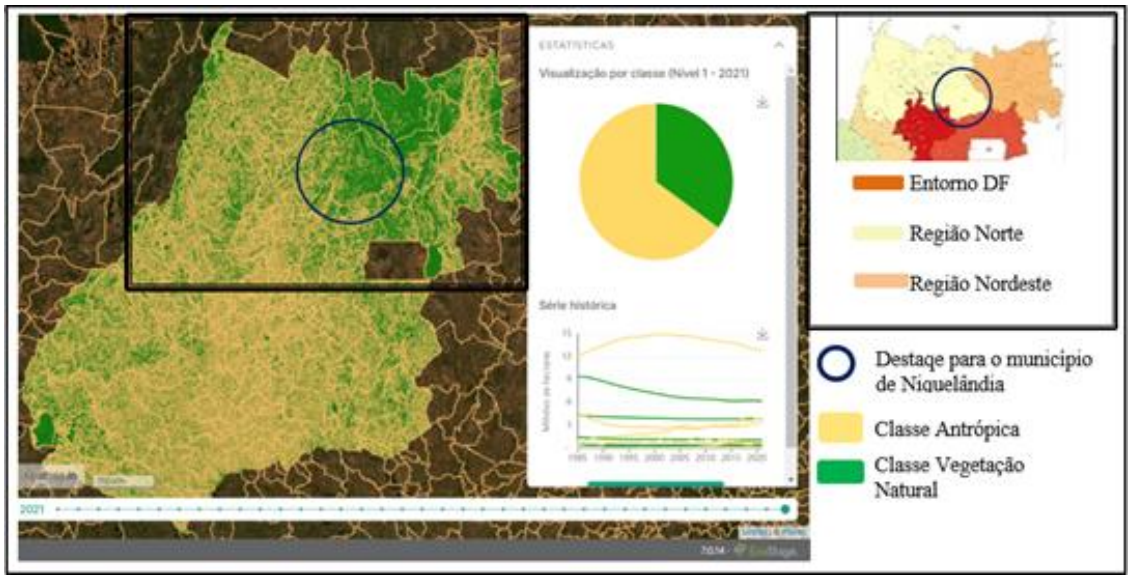
Muquém, segunda maior romaria do estado. Dessa forma, a primeira sessão deste capítulo articula os resultados desse levantamento.

Já com os pés no território, dei início à elaboração do Consentimento Livre Prévio e Informado (CLPI) para fins de registro do TICCA, com apresentação e discussão sobre a iniciativa em si, sua natureza, seus riscos e benefícios, procedimentos e documentações exigidas, possíveis desdobramentos e ganhos da formalização do autorreconhecimento. Ao discutirem e buscarem respostas às questões que surgiam, incluindo as perguntas do questionário de submissão de dados ao Consórcio ICCA (que envolve categorias, conceitos, nominações e critérios próprios), pude produzir em paralelo uma caracterização socioambiental da comunidade e seu território. Esses registros foram sistematizados e sua organização e análise estão na segunda seção deste capítulo, ao lado da interpretação sobre os sentidos atribuídos pela comunidade ao processo.

3.1. Contexto regional

O estado de Goiás tem clima tropical marcado por duas estações: verão úmido e inverno seco, sendo que as chuvas ocorrem entre setembro e abril. Uma densa rede de drenagem formada por rios de médio e grande porte estão nesse estado, que já tem quase 68% de seu território convertido em uso agropecuário (MAPBIOMAS, 2023). Nesse cenário, a Figura 7 evidencia que o município de Niquelândia faz parte do maior remanescente do bioma Cerrado, Goiás, localizado na região Norte/Leste do estado.

Figura 7. Estado de Goiás, distribuição das áreas antrópicas e naturais, ano 2021 e série histórica.

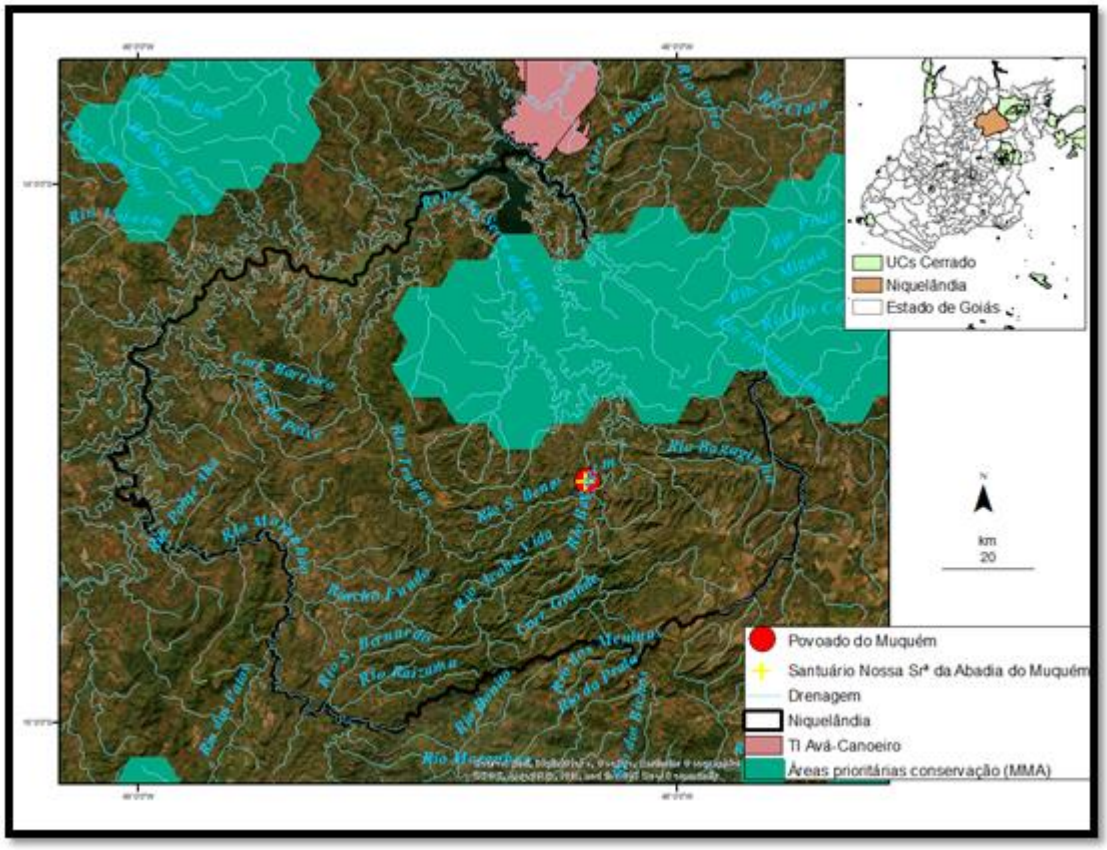


Fonte: Projeto MapBiomas – Coleção 8.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil.

A história conversão intensiva de Cerrado em uso agropecuário industrial tem início na década de 1960, com a Marcha para Oeste acompanhando a modernização da agricultura e expansão da Revolução Verde pelo mundo. Ao analisar a obra de Bernardo Élis e José Godoy Garcia, dois autores goianos do século XX, Borba (2015) relata elementos da questão agrária e da história do campesinato no Norte de Goiás. Nessa conjuntura, destaca as migrações e mudanças em busca de terra, a vida marcada pela pobreza, pela violência, a expansão capitalista, seus conflitos associados, a expropriação de posseiros, caracterizando-os como invasores da propriedade privada e como empecilho à economia. Os modos de vida dos posseiros eram divididos pela sazonalidade entre o período do cultivo e o período da colheita, fundamentado no trabalho familiar, com laços de solidariedade entre famílias (BORBA, 2015).

O povoado do Muquém dista 47 km da sede do município de Niquelância, no acesso pela GO-237. Lá, está localizado o Santuário Nossa Senhora D'Abadia do Muquém (Figura 8), onde se observa que a localidade está circunscrita por áreas prioritárias para a conservação, reforçando a importância de iniciativas para a região.

Figura 8. Mapa de localização do povoado do Muquém.



Fonte: Elaborado pela autora, com dados dos repositórios de SIEG-GO, IBGE e MMA/ICMBio..

O povoado é destino da segunda maior romaria do estado de Goiás. Sua formação data do século XVIII (D'ABADIA, 2014) e remete ao Quilombo do Muquém, onde também havia ocupação e trânsito do povo Avá-Canoeiro (CABRAL, 2018). A ocupação de Niquelândia pelos colonizadores tem início em 1735, quando bandeirantes encontraram ouro de aluvião na região de Traíras, atual distrito de Tupiraçaba (BERTRAN, 1985).

A necessidade de mão-de-obra para o garimpo fez com que milhares de negros escravizados fossem levados para o local (RIBEIRO, 2019). Em 1778, as minas de ouro da capitania de Goyas já estavam esgotadas a menos de um terço e o declínio da mineração provocou o esvaziamento da capitania como um todo (BERTRAN, 1991). Do século XIX até a construção das estradas na década de 1960, a Romaria do Muquém foi o principal motivo de fluxo de pessoas para a região de Niquelândia, com destacada presença de atividade comercial (BERTRAN, 1985).

Em 1904 é encontrada no município a segunda maior reserva de níquel do mundo, daí que em 1943 a cidade - que até então se chamava São José do Tocantins - passa a se

chamar Niquelândia (IBGE, 2022). Em decorrência dessa reserva, grupos mineradores americanos se instalaram na região, principalmente nos dois períodos seguintes em que as *commodities* permaneceram em alta por tempo considerável no mercado mundial: a época de grande fabricação de artefatos de guerra (1ª e 2ª guerras) e, depois, a reurbanização e reindustrialização da Europa pós-guerra (RIBEIRO, 2019).

Hoje, Niquelândia é o município com maior extensão territorial do estado (IBGE, 2022), de onde são extraídos 120 tipos de minérios e a maior produção bruta, beneficiada e comercializada de níquel do país (ANM, 2021). A economia é voltada também ao comércio, pecuária, suinocultura, piscicultura, avicultura, apicultura, o turismo ao Lago de Serra da Mesa, o turismo histórico/religioso e a Cavalgada rumo ao Muquém (PREFEITURA DE NIQUELÂNDIA, 2022). Em ascensão estão o cultivo de soja e do eucalipto (RIBEIRO, 2019).

3.2. O território de Vargem Grande do Muquém e seu contato: será um TICCA?

Até a certificação da comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém, pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em 2018, a comunidade viveu sem qualquer política ou ação de reconhecimento. Nos anos que se seguem à certificação, a AQVM vem buscando estratégias que possam propiciar permanência e qualidade de vida no território. Há um conflito latente com a igreja local (que já esteve manifesto em outras ocasiões) relativo às terras onde hoje está o santuário visitado nas romarias. Segundo o painel que consta na Sala dos Milagres do Salão do Santuário Diocesano Nossa Senhora D'Abadia do Muquém (Figura 9**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) a história da romaria tem início em 1736 quando é "descoberto o Arraial de Muquém", seguida pela intervenção de um capitão do mato que "captura o famoso Quilombo de Muquém e ali constrói a Capela de São Tomé", em 1740.

Figura 9. Painéis da Sala dos Milagres do Santuário Diocesano Nossa Senhora D'Abadia do Muquém, Niquelândia - GO.

Fonte: registro fotográfico produzido pela autora.

Em seu sítio eletrônico, a Diocese de Uruaçu data o início da peregrinação em 1748. Relatos de moradores contam que São Tomé era cultuado pelos escravos que viviam ali e Ribeiro (2019) relembra que pessoas negras escravizadas comumente tomaram por hábito construir "igrejas negras" (RIBEIRO, 2019). Assim, sugere-se que houve um apagamento do quilombo na percepção do local, quando se estabeleceu o santuário sob gestão da Igreja Católica. O trecho de Guimarães (1869, p.97) dá pistas de uma história perdida ou de como foi convertida - "*a localidade não foi escolhida por ninguém, e segundo conta a lenda, foi indicada pelo céu para nela se edificar a capelinha que aí existe...no fundo de um sertão remoto*"[28]. O nome Muquém, ou Moquem, vem do verbo moquear, diz moradora: "os escravos e índios naquela época moqueavam" – uma forma tradicional de assar a carne.

Ainda que exponham em sua fala a autoidentificação como remanescentes das comunidades de quilombos[29], os membros da AQVM pontuam a resistência que houve a respeito do termo quilombola. Tomado por muitos como uma qualidade pejorativa, associada ao não gosto por trabalho, à falta de honestidade e compromisso, entre ser quilombola e ser *bagajeiro*, muitos preferem ainda ser identificados como *bagajeiros*. O nome é referente ao rio mais volumoso dali: o Rio Bagagem, e parece não fazer distinção entre diferentes perfis de classe e raça dos nascidos naquela região. Com o passar de quatro anos e alguns direitos e apoios acessados, aos poucos os moradores da comunidade estão assimilando e construindo olhares positivos sobre o que é ser quilombola. Nesse percurso, alguns têm se atentado ao valor de documentar memórias, práticas, saberes e se movimentarem em busca por melhoria na qualidade de vida e permanência no local.

O garimpo e a romaria foram as principais causas de adensamento local e constituintes da socioeconomia do Muquém. Ambos sendo vetores de migração e de miscigenação, fatores marcantes em muitas famílias membros da AQVM e que conferem característica particular em relação à origem dos moradores. Os caminhos de uma anciã de oitenta e dois anos que vive no Muquém há 50, por exemplo, traduz além de mobilidade, a conectividade do território do Muquém com o Vão do Paranã, GO, região de origem ou

[28] Para a segurança dos membros da comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém, não associo os seus nomes aos depoimentos aqui transcritos.
[29] São consideradas remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2013).

ascendência de algumas famílias estabelecidas no Muquém. No caso da anciã citada há pouco, seu avô lá nasceu, seu pai nasceu em Araguari, MG e se casou em Pirenópolis, GO. Ela nasceu no garimpo Conceição (Niquelândia); mudou-se para o Muquém com seus avós, tios e pais quando tinha um ano de idade; foi embora e; voltou aos 12 anos. Como filha mais velha, saiu para trabalhar e retornava ao Muquém a cada três meses, para levar dinheiro à família. Já adulta, voltou com o marido para o Muquém. "Nós garimpamos aqui muito tempo. Nossa vida era garimpar e vender ouro para comprar despesa".

A convivência com os indígenas está presente na memória de uma jovem avó, que relembra a época em que seus avôs/bisavôs (garimpeiros, comerciantes de ouro) trocavam pinga e/ou fumo por litro de ouro. Isso acontecia quando os indígenas ainda se mantinham relativamente isolados da vila, a antiga vila. Dessa antiga vila, os moradores foram deslocados desde quando o Santuário comprou o que hoje são suas terras. Muquém, hoje, é referência ao santuário, local onde existia a antiga vila. O lugar abriga árvores seculares, bastante altas, abundantes, a perder de vista. Estando ali, sente-se uma sensação de grandeza. O som dos pássaros é constante, inspirador e ecoa longe. Aparentemente, ali vive um remanescente do Mato Grosso Goiano, "uma extensa área de floresta tropical que uma vez se estendeu por quase todo o centro-norte do estado de Goiás, cobrindo área superior a 40.000 km2 (...) completamente desflorestado ainda no século XX*"* fitofisionomia que depende de solos férteis, chega a 30 metros de altura de dossel, e que chega a ser considerado extinto (SANTOS, 2024, p.11).

Ali existiam casas que foram derrubadas (algumas 'tipo de quilombo mesmo'), postos das companhias de fornecimento de água e energia, escola. Tinha muito açafrão.

O santuário é a quarta igreja construída no local (Figura 12), de que se tem história. A terceira está de pé, logo ao lado (Figura 11), e é utilizada para cultos e celebrações menores, é conhecida como '*a igreja católica'*. A segunda é presente na memória de alguns idosos da comunidade: tinha um palanque de madeira e grandes toras em sua construção (Figura 11). A primeira era toda de pedra e madeira, conta um morador.

Figura 10. Segunda igreja na memória oral da comunidade.

Fonte: registro fotográfico produzido pela autora.

Figura 11. Terceira igreja.

Fonte: registro fotográfico produzido pela autora.

Figura 12. Quarta igreja, Santuário atual.

Fonte: registro fotográfico produzido pela autora.

Segundo o morador, "aquela área toda" do santuário era da Companhia Níquel Tocantins (CNT). A CNT adquiriu a posse da Fazenda Acaba Vida[30], em 1956 (FERRETTI, 2021), sua desapropriação deu origem ao maior projeto de assentamento do município de Niquelândia e do estado de Goiás, também chamado Acaba Vida (FERRETTI, 2021).

Um morador conta que a CNT vendeu a porção de terra à Igreja, e como parte do acordo de venda, doou uma área extra para alocar os moradores da antiga vila fora dos limites dessa gleba, as "terras do Santuário". Esse deslocamento teve início em 1986. O deslocamento da vila foi apoiado também pela prefeitura do município, com casas de placas para a população. Em 1987, é concluída a desapropriação rural por interesse social da Fazenda Acaba Vida para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde consta a apropriação ilegal de terras devolutas (FERRETTI, 2021). Ou seja, se a data do deslocamento informado pelos moradores é precisa, a CNT vendeu parte da terra para a Igreja, reduzindo sua área antes que fosse concluído o processo de desapropriação. Em 2010, a Votorantim compra a CNT.

[30]O primeiro registro do imóvel data de 1756, um registro de Confirmação de Sesmaria para Álvaro Gomes Leal (FERRETI, 2021), aí tem início a formalização local da '*perspectiva do capital que se reproduz ampliadamente ignorando os territórios invadidos que estavam longe de serem terras de ninguém'* (PORTO-GONÇALVES, 2021, p. 1).

Após serem retirados de dentro do Santuário, algumas pessoas não aceitaram a situação e reivindicaram seus direitos de posse. Pressionado, então, o "padre comprou os lotes de algumas pessoas". Mas, a partir de 2000, devido aos regramentos adotados para a gestão da área, as mudanças nas vidas das pessoas da comunidade foram maiores. A gestão que se iniciou em 2000 (e continua até o momento presente) demarcou as terras e proibiu o garimpo ainda naquele mesmo ano. Em 2004, foi concluída a construção do imponente Santuário Diocesano Nossa Senhora da Abadia de Muquém, visando maior projeção do local como centro de peregrinação (D'ABADIA, 2014). Até então, eram os moradores que faziam a limpeza dos terrenos pré e pós romaria, construíam e desfaziam as barracas, vendiam seus produtos, prestavam serviços aos romeiros, assim obtinham renda que dava para o ano.

O comércio que acontecia debaixo das grandes árvores em frente à igreja há séculos, foi transferido para trás do Santuário. Tanto a estrutura das tendas comerciais, quanto dos acampamentos dos romeiros passaram, então, a contar com serviço terceirizado. Para ocupar um ponto na nova área comercial, passou a ser cobrado aluguel (que atualmente tem o valor de um salário-mínimo), adicionais taxas de água, iluminação, saneamento e lixo. Por todo serviço prestado lá dentro, fez-se regra transferir vinte por cento ao Santuário. Essas restrições em relação ao comércio e a prestação de serviços afetou negativamente a renda das famílias, principalmente dos jovens. Os moradores reivindicaram novamente. Diante da situação vulnerável e ameaças, o Santuário adotou fechar os portões (ainda em 2004), após o horário comercial.

Com o fechamento dos portões, quem tinha resistido a deixar o local no primeiro deslocamento ou a vender os lotes passou a estar sob outra pressão, suas vidas limitadas até o impraticável. Atividades cotidianas como ir à escola e ao trabalho implicavam em ter que sair ou entrar na gleba quando o portão já estava fechado. Assim, se sentiram obrigados a sair de lá de dentro. Somente um morador permaneceu com sua gleba lá. Excluída do espaço e de suas principais atividades econômicas, uma das principais preocupações da AQVM é que a comunidade acabe.

Jovens que por vezes ganhavam o suficiente para as despesas do ano com a renda da prestação de serviços ligados à romaria, sem essa fonte de renda, estão buscando oportunidades fora da comunidade. Simultâneo à diminuição de trabalho e renda houve o aumento de preço dos terrenos (ocasionado pelo crescimento da romaria). Essa situação

tem levado muitas famílias a venderem suas posses como tentativa de melhorar a vida. Assim, a comunidade vem tendo sua área reduzida. Na Vila (como os moradores chamam o povoado), boa parte dos lotes são de pessoas que não moram, mas vêm na temporada da romaria ou alugam para os romeiros. No entorno, as vendas de posses a fazendeiros têm aumentado constantemente.

Muitas famílias não têm área suficiente para produzir, ou a condição da área não é adequada por falta de acesso à água, por exemplo. As famílias que têm área para cultivo ou criação produzem para subsistência, mas há incipiente organização na recém-criada Cooperativa Agroecológica dos Produtores Familiares de Niquelândia (Coopeag). A cooperativa tenta ampliar o alcance das vendas por meio do *e-commerce*.

Nesse contexto, alguns membros da diretoria da AQVM têm se esforçado na busca por direitos e reconhecimento que possam melhorar a qualidade de vida comunitária, de forma que todos que assim desejarem, mas principalmente os jovens, tenham como se manter, trabalhar e ficar na comunidade. O que se percebe é que para isso, é necessário romper institucionalmente com o histórico de exclusão.

A não inclusão e a inacessibilidade acontecem mesmo nos pontos comerciais da calçada da Escola Municipal de Primeiro Grau Nossa Senhora D'Abadia. Vizinha ao portão de entrada do Santuário, a calçada da escola é um importante ponto comercial na romaria, pois todos que chegam passam por ali. Ainda que seja uma escola quilombola[31], os membros da AQVM devem pagar taxa normal à prefeitura para vender ali. Essa taxa não é acessível à maioria e se torna mais um motivo pelo qual a comunidade (membros da AQVM) se percebe excluída do principal eixo de sustentação econômica local: a romaria.

Para o registro TICCA, às associações não é obrigatório definir os limites do seu território de vida, no entanto, essa foi uma demanda adotada pela AQVM diante da falta de clareza coletiva sobre a área de seu território, neste momento. Diante das transformações e fragmentações recentes, o grupo precisou de suporte especializado para compreender seu atual território de vida. Para garantir maior liberdade no automapeamento, foi utilizado o método do mapa de esboço (COSTA et al, 2016). Ele é a primeira etapa da Cartografia

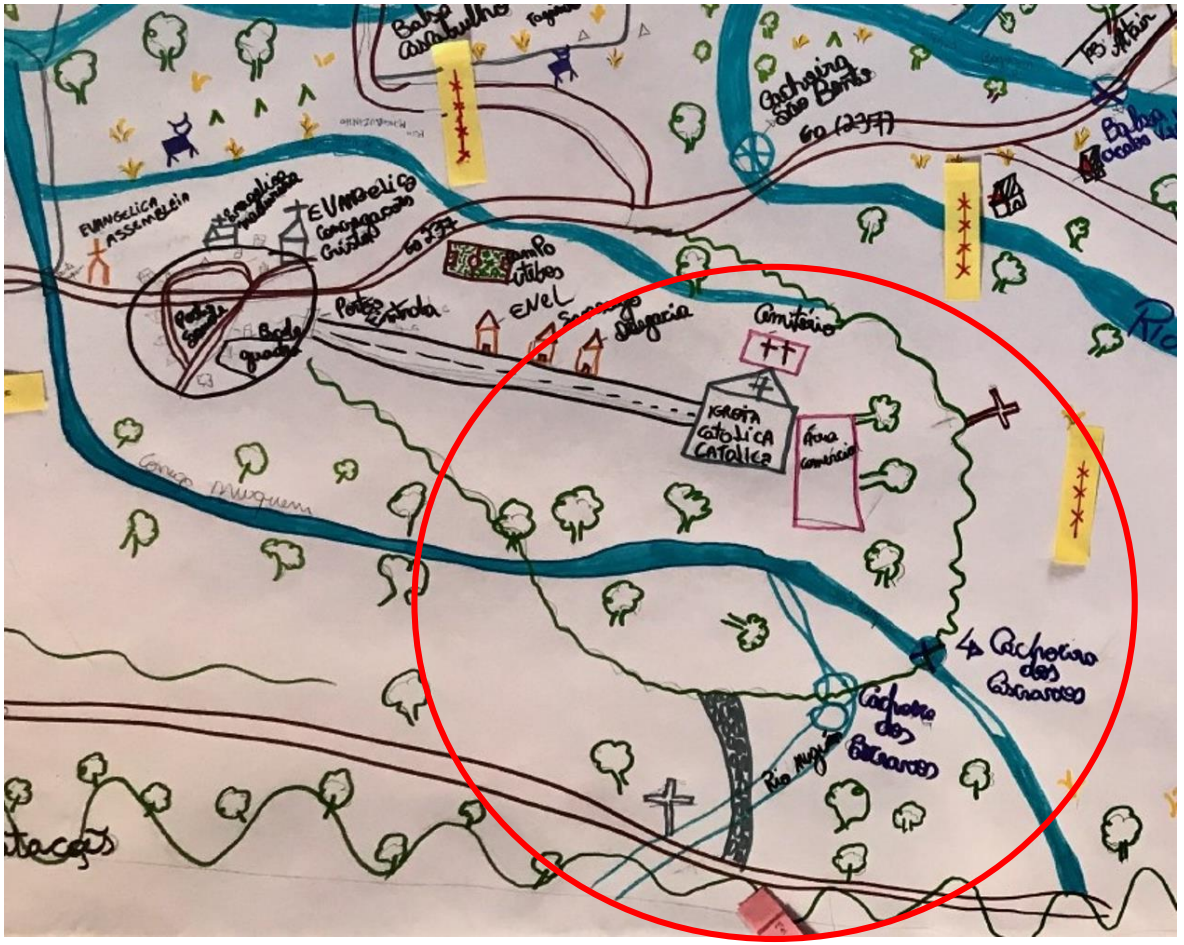
[31] A Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. O Art. 8º, IX dispõe sobre efetivação da gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças. O Art. 9º Parágrafo Único "Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola".

Social, consolidada metodologia de mapeamento com populações locais (ALMEIDA, 1993; ACSELRAD & COLI, 2008), que envolve exercícios coletivos de cunho científico-filosófico (BARGAS & CARDOSO, 2015). A Cartografia Social foi assertiva em trazer elaborações sobre o território como categoria de análise da realidade socioambiental local.

As minas de Traíras – "orgulhosa, culta e rica primeira capital de Niquelândia" (BERTRAN, 1985) – foram as primeiras a serem exploradas, rapidamente o Arraial de Muquém foi encontrado pelos bandeirantes, que em seguida capturaram o quilombo que existia ali, e por certo as pessoas voltaram à condição de escravizados. A madrinha de uma moradora contava que os escravos faziam o caminho de Muquém a Traíras pela serra. "Eles trabalhavam aqui, mas o patrão deles, vamos se dizer, era no Rio Traíras, em Niquelândia". No trecho mais íngreme dessa serra, fizeram uma pavimentação com pedras. "A escadaria parece um pé de moleque, assim, tem todo tipo de pedra, tudo ajeitadinho". "Dizem que essas escadarias foram feitas porque a princesa Isabel naquela época visitou Traíras, que é Tupiraçaba", e veio no Muquém. A escadaria, como é chamada, tem aproximadamente um quilômetro e está em grande parte conservada, ainda que tenha sido bastante utilizada para transporte de animais.

Vestígios do trabalho dos negros escravizados estão também no "leito do rio todo feito de pedra, de um lado e de outro", "colocadas certinho. Desviavam o rio para poder procurar o ouro", dizem os membros da comunidade. Sabe-se que essa foi uma prática comum no Brasil durante o ciclo do ouro. No córrego do Muquém, a Cachoeira dos Escravos é também toda rodeada de pedra. A ocupação historicamente se deu às margens desse córrego, no entorno desses pontos de garimpo, onde existia a antiga vila. São lugares que contam a história e memória quilombola brasileira, goiana, do Muquém e que hoje estão dentro das terras do Santuário, onde também estão: o campo de futebol, o cemitério, um cruzeiro antigo e postos de serviço de energia, água e delegacia, que atendiam à antiga vila e agora funcionam somente na romaria (Figura 13).

Figura 13. Destaque para a área onde estão elementos históricos para os quais se considera nessa pesquisa o reconhecimento do Sítio Histórico do Muquém.



Fonte: Mapa de esboço produzido pela comunidade de Vargem Grande do Muquém, 2022.

Na vila realocada a partir de 1986, hoje estão casas (muitas de não membros da AQVM, que servem ao turismo religioso), o portão de entrada do Santuário, a escola quilombola, a quadra de esportes, o posto de saúde e três igrejas evangélicas, além de pequenos bares e mercearias. Ali corria também o córrego Mingauzinho, hoje seco, e em cujo entorno estão a maioria dos poços que abastecem a vila. Além da vila, o território é composto pelas regiões do Acaba Vida, da Tinhanha, do Passa Sete e do Cascabulho, regiões majoritariamente ocupadas por famílias pertencentes à AQVM e com relações de parentesco entre si. Esses são nomes de cursos d'água, todos afluentes do Rio Bagagem.

Todas elas são acessadas pela GO-237 ou por estradas que a intersectam. Porém, na época da chuva, em alguns trechos, é preciso utilizar balsas para atravessar o Rio Bagagem (balsas do Cascabulho e do Acaba Vida). Essas balsas costumam rodar todo ano, dificultando o acesso das crianças à escola. Cada família tem sua posse e utiliza os recursos de sua área ou de acordo com suas relações.

O território, como um todo, também está fragmentado por fazendas (Figura 14). As áreas que permaneceram sob posse da comunidade quilombola têm maior proporção de área florestada com vegetação nativa e maior presença de frutíferas. As fazendas que estão encravadas no território de vida do Muquém são principalmente de pasto e capim nativo. Entre esses fazendeiros, há alguns nascidos no Muquém (não quilombolas, mas de famílias mais abastadas, também *bagajeiros*), mas a maioria veio de fora e comprou a posse de locais. Em algumas dessas fazendas os quilombolas ainda coletam mangaba, pequi, baru, catolé, cajuzinho, mama cadela. Porém, na maioria das fazendas não é permitida a entrada. Há uma concentração dessas fazendas no entorno do Rio São Bento, onde está a Cachoeira São Bento, tradicionalmente um lugar de encontro e lazer da comunidade (e dos romeiros), por estar bem próxima à vila.

Já as fazendas que estão às margens do território de vida são principalmente de pasto, soja e eucalipto. Apesar de recente, o encurralamento pela soja e pelo eucalipto é visto como veloz. "Antes não tinha soja a menos de 30 km daqui (da vila). Hoje 5 km daqui já tem", afirmou um comunitário. A região da Vargem Grande expressa essa pressão. Localizada entre o cruzamento GO-132/GO-237 e o córrego Muquém, à margem do Rio Bagagem, ali já foi posse de membros da comunidade. Somente uma família não vendeu a gleba e permanece em cinco casas bem próximas entre si. "Muitos quilombolas moram

ali por estarem empregados nas fazendas, o que acontece nas fazendas como um todo", afirmou o mesmo comunitário.

Entre a região do Cascabulho e o Rio Bagagem apresenta-se também o avanço da soja. Antiga área de uso comum para coleta de espécies nativas, aí se instalaram fazendas de pecuária intensiva e recentemente o cultivo de soja. Cascabulho é a menor e única região do território que fica do lado direito (sentido jusante) do Rio Bagagem. Ali quase todos são parentes e as áreas são bem florestadas. A região é atravessada pela Linha de Transmissão de Furnas, conectada ao Lago de Serra da Mesa.

A região do Acaba Vida está quase completamente regularizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como assentamento. Bastante florestada, com pequena proporção de pasto, contrasta com as fazendas pelas quais a estrada vicinal de acesso passa (pasto, poucas árvores e, recentemente, eucalipto). A região da Tinhanha (entre os rios Acaba Vida e Passa Sete) também é quase toda regularizada pelo Incra, a segunda em tamanho, tem bastante áreas florestadas. Passa Sete é a maior região, a que tem maior quantidade de pessoas da AQVM e onde somente uma fazenda, vendida há menos de um ano, é de proprietário de fora.

Em relação à conservação da diversidade biológica, o Santuário comprou a área mais preservada, provavelmente um importante remanescente de Mato Grosso Goiano. No entanto, pela perspectiva de território de vida, ainda que seja uma área particular, faz parte do sentido de pertencimento e ancestralidade quilombola e da garantia de reprodução social, econômica e cultural da comunidade.

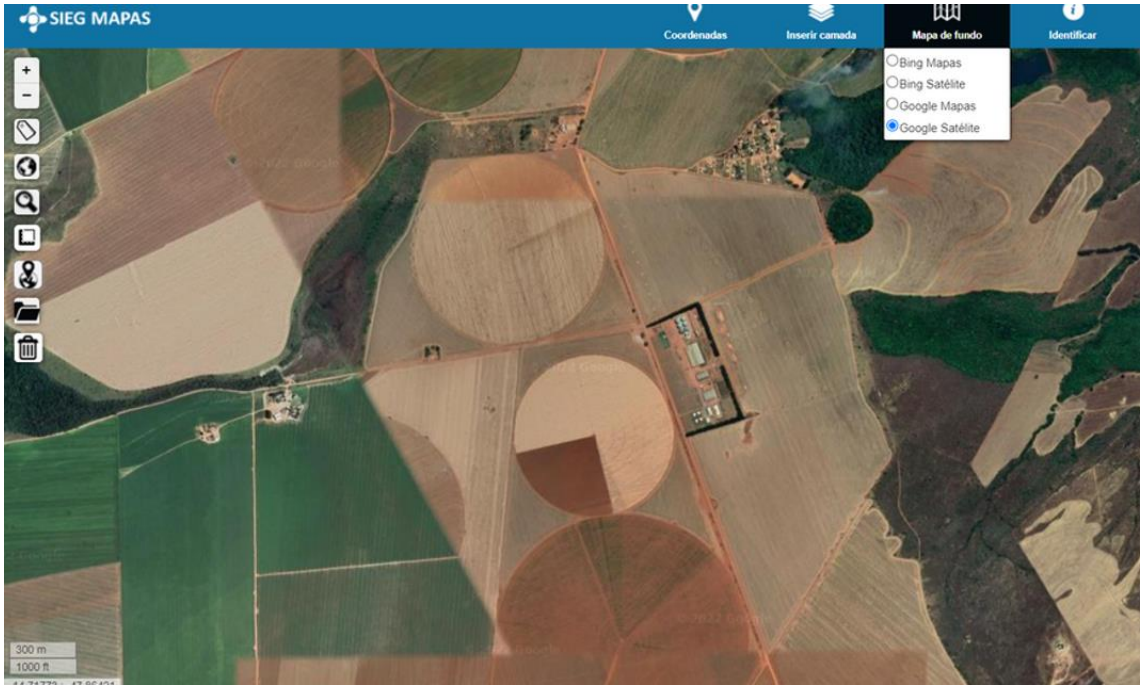
A fragilidade dos recursos hídricos, uma realidade revelada também em outras comunidades no Cerrado, como demonstrei no capítulo anterior, é marcante no território. O Rio Bagagem, de maior vazão na região, nasce em um local conhecido como Buriti Alto, em meio a fazendas de soja e eucalipto, as maiores de todo o seu percurso, e desmatadas entre nas décadas de 1980 e 1990 (Figura 15). Bem próximo à sua cabeceira - que está com pouca água - tem uma barragem e um forte processo erosivo. No curso do rio, há muito assoreamento. Tanto que nas primeiras chuvas morrem muitos peixes em decorrência da falta de oxigênio (devido ao assoreamento e uma possível contaminação por agrotóxico). A pesca hoje é difícil, quase não há peixes. A foz do Bagagem é na Represa de Serra da Mesa.

Figura 14. Fragmentação do território: regiões do Acaba Vida, Tinhanha, Passa Sete, Cascabulho, Vila e Santuário, onde está o Sítio Histórico.

Vargem Grande e Bagaginha: regiões já quase totalmente ocupadas por fazendas, exceção das 5 casas da família de Dito Boas.

Fonte: Mapa de esboço produzido pela comunidade quilombola de Vargem Grande do Muquém, 2022.

Figura 15. Nascente do Rio Bagagem.



Fonte: Sieg Mapas.

Veredas com muitos buritis existem nas regiões ocupadas pela comunidade, nos córregos Passa Sete, Cascabulho e Ferro principalmente - fato que demonstra que a permanência dos quilombolas no lugar oferece resistência à degradação ambiental gerada pelas fazendas. Além dos impactos das novas ocupações, que hoje significam também restrição de acesso ao Rio Bagagem, os moradores recebem os impactos da romaria.

A GO-237 é conhecida como Rodovia dos Romeiros ou Rodovia da Fé. Por ali chegam entre 200 e 400 mil romeiros todo ano, que vêm por Niquelândia, Colinas, Buriti Alto. “De tudo quanto é lugar que você imaginar sai um romeiro’. Por Buriti Alto chegam principalmente os romeiros que vêm caminhando desde a Chapada dos Veadeiros e o Vão do Paranã. Esses passam pela mata do Eduardo, Passa Sete e Tinhanha, antes de chegarem ao Muquém. Na época da romaria, os impactos para a comunidade são muitos: falta de água, lixo mal destinado, a dengue ocasionada pelo acúmulo de resíduos, o barulho constante provoca alguns idosos a deixarem suas casas, o engarrafamento dentro da vila chega a quatro quilômetros, dificultando qualquer atividade normal dos moradores.

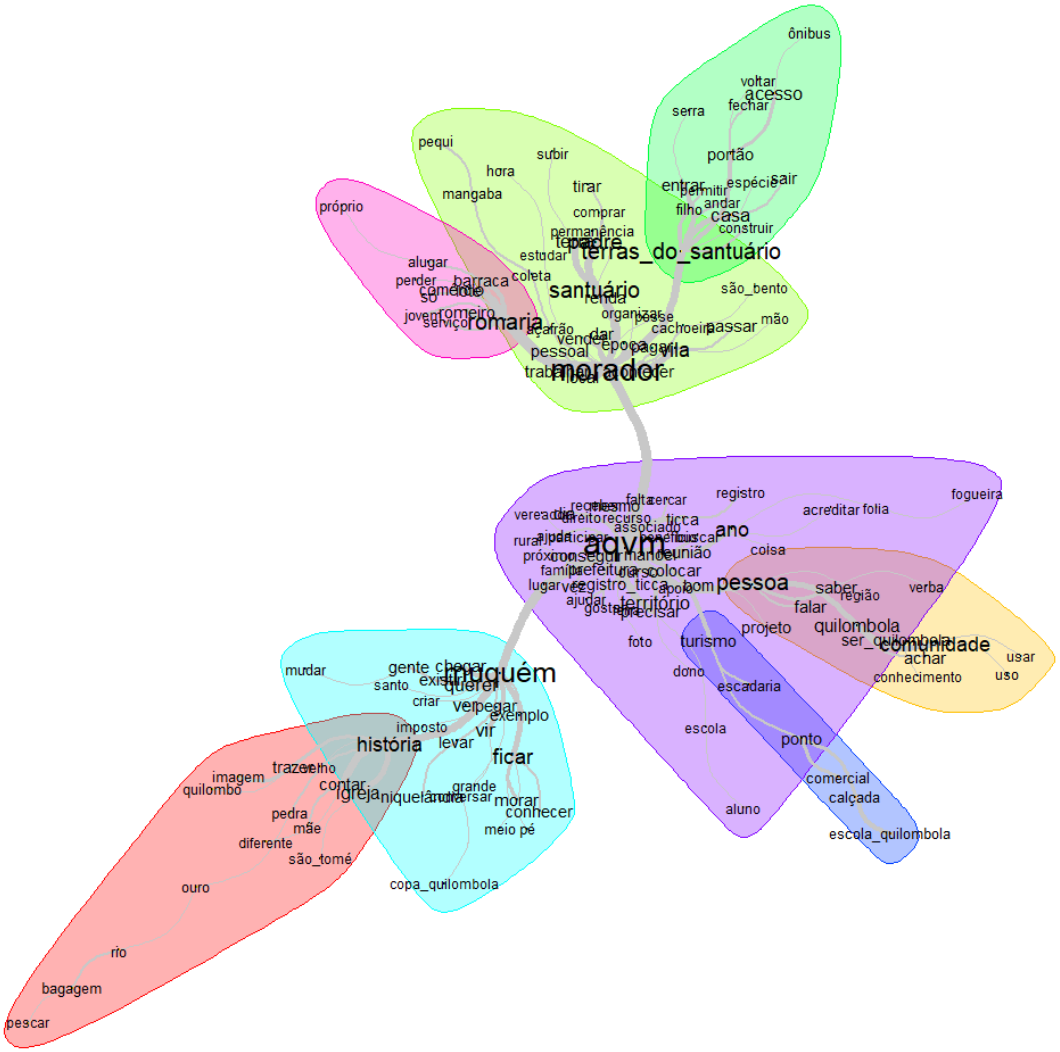
Na próxima página, a Figura 16 representa a análise de similitude realizada por meio do uso do Software Iramuteq, após a codificação do corpus textual dos testemunhos colhidos nas reuniões realizadas em julho e outubro de 2022, respectivamente. Como foi dito anteriormente, o Software foi utilizado como uma forma de validar a análise realizada, mas se demonstrou interessante também como elemento sintetizador e que produz um gráfico visual das informações fornecidas pelos moradores.

É possível observar que o eixo azul escuro agrupou as expectativas socioeconômicas em relação ao registro TICCA, aquilo que a comunidade considera que o registro pode facilitar, como o reconhecimento e acesso às áreas que fazem parte do patrimônio cultural e da história quilombola do Muquém, visto que a restrição de acesso impacta negativamente a qualidade de vida, a geração de renda e ocasiona êxodo dos jovens. Nesse eixo azul escuro estão as palavras: turismo, escadaria, ponto, comercial, calçada, escola quilombola. Esse é o eixo tanto de fragilidade quanto de potencial socioeconômico, a depender do futuro reconhecimento ou não.

Observa-se também na Figura 16 que o vocábulo morador teve grande frequência e esteve majoritariamente relacionado aos vocábulos santuário, romaria e terras do santuário. Dessa forma, reforça-se que essa é uma questão central para os moradores em relação à caracterização socioambiental de seu território de vida.

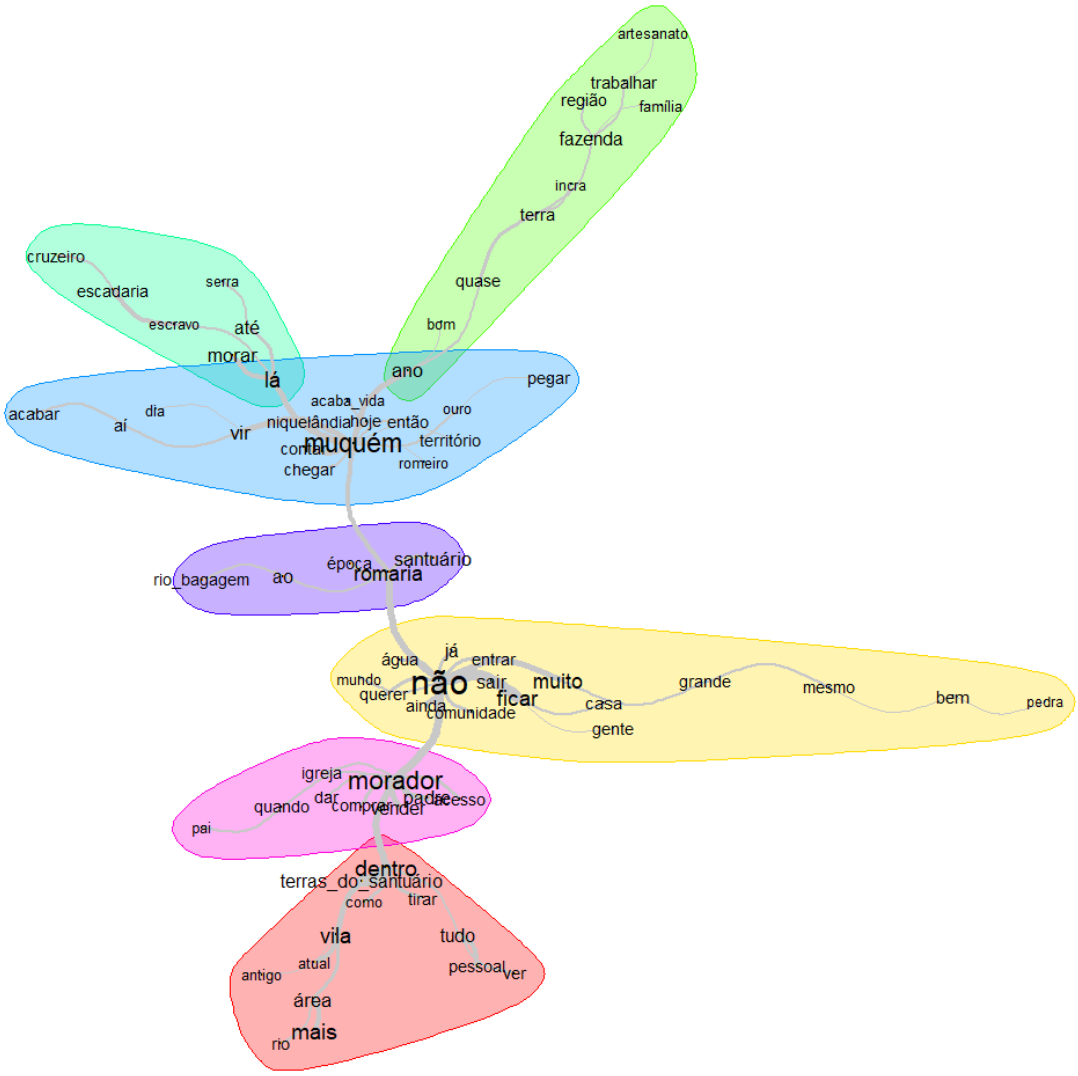
Em relação à Figura 17, produzida com o conteúdo da oficina de desenho do território, ressalta-se a centralidade do vocábulo “não” evidenciando o quanto os moradores se percebem restritos e limitados, excluídos dos bens naturais e possibilidades dentro de seu território. Como um dos ramos mais fortes desse “não”, está a água, que é uma questão importante inclusive para a romaria. Nota-se que a comunidade traz a percepção de que os problemas com o Rio Bagagem, como a poluição e a escassez hídrica, afetam a todos, moradores e romeiros.

Figura 16. Gráfico de análise de similitude realizado pelo Software Iramuteq a partir da reunião de preenchimento do questionário de submissão de dados do Muquém para o seu reconhecimento como TICCA junto à UNEP/WCMC.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Figura 17. Gráfico de análise de similitude realizado pelo Software Iramuteq a partir da reunião de elaboração do mapa de esboço do Muquém.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Os dados levantados junto à comunidade quilombola do Muquém suscitam questões sobre o potencial do registro TICCA. Estando a comunidade fragilizada em relação à titulação de seu território, e reticente em requerer a área do Santuário, o registro TICCA poderia promover o reconhecimento de seu papel na conservação do lugar? O reconhecimento de seu direito de permanência e acesso aos bens naturais? A sua valorização e integração à socioeconomia da romaria? Certamente se isso acontecesse, a condição socioeconômica da comunidade melhoraria.

A comunidade do Muquém tem buscado se mobilizar, mas as ações em torno do registro TICCA despertam interesse apenas de parte da comunidade. Uma das lideranças busca articular a comunidade, enfatizando a importância da participação, do envolvimento das pessoas no processo. A liderança para ação em torno do registro TICCA é exercida por uma mulher, que valoriza sua história, seu lugar, sua comunidade. Está em curso a assimilação e discussão interna das questões e deliberações que a ideia de TICCA suscitou: entre elas a da autodelimitação do território. Mas uma coisa está certa: a intenção de todos os que estiveram presentes às reuniões e oficina não é de tornar manifesto o conflito com a Igreja, o que já aconteceu no passado.

A intenção é reestabelecer o diálogo, se fazer reconhecer e integrar. A comunidade espera que o reconhecimento de seu vínculo e direito de permanecer no território abra as portas novamente do principal vetor socioeconômico do povoado: a peregrinação religiosa e o comércio e serviços associados. Ademais, esperam que o registro TICCA possa fomentar parcerias e a captação de recursos para a implementação de projetos de desenvolvimento local e sustentável em seu território.

Não restam dúvidas de que as áreas da comunidade se tornaram refúgios da biodiversidade. Exemplo disso são as regiões de Cascabulho e Passa Sete, que abrigam veredas, acolhem rios com peixes, diversidade de frutíferas e espécies nativas do Cerrado. A possibilidade de registro da área como TICCA, contudo, parece exigir mais tempo para as articulações da comunidade interna e externamente. A fragmentação do território, a peculiaridade do conflito vivenciado com a Igreja Católica, a partir da criação do Santuário, e a relativa invisibilidade incrementam os desafios da comunidade do Muquém.

O processo de registro TICCA iniciado, contudo, colocou a comunidade em contato com outras organizações e com o Tô no Mapa, um mecanismo brasileiro de automapeamento

territorial, concebido e gerido por organizações da sociedade civil. Passado um ano da primeira deliberação pelo cadastro nessa plataforma, os membros da AQVM decidiram conclui-lo, na reunião ordinária da associação de janeiro de 2024, porém há interesses divergentes entre os associados, em que uns querem cadastrar suas áreas (posses) e outros não. A aproximação do Muquém da noção de TICCA, portanto, deflagrou um processo de mobilização na comunidade em torno do direito ao território.

Esse processo ativou a memória e, em alguma medida, a própria consciência de si, dos vínculos com o lugar e do papel que a comunidade tem na conservação. A partir da discussão inicial em torno do registro TICCA, a comunidade pode também ampliar seu horizonte de possibilidades e dar um novo passo na afirmação de sua re-existência no lugar. Assim, juntam-se a outros povos e comunidades tradicionais e locais *cerratenses* em uma rede contestatória e de luta pela vida.

Gente quer comer, gente quer ser feliz
Gente quer respirar ar pelo nariz
Não, meu nego, não traia nunca essa força, não
Essa força que mora em seu coração

(...)
No coração da mata, gente quer prosseguir
Quer durar, quer crescer, gente quer luzir

(Caetano Veloso)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (TICCAs) podem ser vistos (1) como conceito - por meio das discussões que promovem reconhecimento; (2) como metodologia - ao organizar as informações para a formalização do registro; (3) como rede contestadora de visibilidade em campos de poder como a Organização das Nações Unidas (ONU). De todas as formas, TICCA corrobora o território como catalizador de ações e estratégias emancipatórias (ACSELRAD & VIÉGAS, 2013).

A categoria/instrumento TICCA de reconhecimento social global de territórios tradicionais e locais que conservam chegou ao Brasil recentemente e tem sido difundida por instituições que trabalham no âmbito da cooperação internacional. Como o Brasil já possui um histórico na luta por instrumentos legais de proteção aos territórios, ela pode ser considerada uma camada de auxílio nesse sentido.

Como uma pesquisa exploratória, ao final, consegui traçar uma descrição de como a categoria TICCA foi sendo desenvolvida no campo teórico/conceitual aliado às lutas de coletivos sociais. A pesquisa demonstrou inclusive o papel desempenhado pelas lutas por reconhecimento identitário e territorial de movimentos e coletivos da América Latina para a elaboração de conceitos e estratégias vinculados à noção de território, hoje amplamente aceita, como um espaço de vida, de reprodução social, física e cultural. A noção de TICCA é tributária desse processo.

Como principais benefícios do instrumento, a pesquisa identificou (1) reconhecer um amplo conjunto de povos e comunidade tradicionais e locais como importantes agentes da conservação – inclusive aquelas comunidades sem previsão legal de direitos territoriais específicos, fomentando o entendimento coletivo entre diferentes segmentos do papel que desempenham na conservação; (2) mobilizar as comunidades a se organizarem, por exemplo em processos de auto mapeamento pelo direito do acesso aos bens naturais, manutenção de seus modos de vida e permanência no território; (3) a promoção de solidariedade e estratégias conjuntas entre diferentes segmentos e comunidades, o que já vem acontecendo no bioma Cerrado.

O seu principal apelo é a visibilidade internacional, nacional e local que pode conferir às lutas dos grupos que se reconhecem como tal. Ao mesmo tempo, também pode ser um

instrumento de agregação de valor aos produtos e um certo reforço político nas ações já em curso nos territórios.

Como limites do instrumento, a pesquisa identificou (1) a importância de ter um plano de vida coletiva que conserva para a formalização do registro, onde impactam (2) a desmobilização e a (3) dificuldade de assessoria ou assistência técnica. Como principal risco, a possibilidade de assédio/subalternização no mercado global do clima como consequência da visibilidade internacional das comunidades registradas/documentadas na plataforma (incluindo suas coordenadas geográficas). O mercado do clima é ainda pouco regulamentado no Brasil, principalmente em relação aos contratos com PCTs.

Sejam para Indígenas, Quilombolas, Comunidades de Fundo e Fecho de pasto, Agroextrativistas, Geraizeiros, Assentados, Vazanteiros, Vacarianos, Veredeiros ou Retireiros do Araguaia, os contextos de insegurança hídrica, poluição das águas, desmatamentos no entorno e dentro das áreas, processos de grilagem, expulsões e sobreposições com Reservas Legais ou Unidades de Conservação são muito similares. No contexto ecológico do bioma, chama-se a atenção para a **centralidade da questão hídrica denunciada pelas associações comunitárias**. Muitos desses territórios têm lançado mão de estratégias de autodemarcação participativa e de fortalecimento de suas práticas de manejo e modos de vida próprios, que contribuem para enfrentarem as dificuldades ambientais, sociais e econômicas que vivem nos territórios.

Ademais, a continuidade das práticas já desenvolvidas, o incremento de acessos e tecnologias ecossociais e a permanência no local promovem cinturões verdes, conservação de espécies vegetais, animais, e do valioso sistema hídrico que o Cerrado abriga, incluindo as reservas subterrâneas. Em um bioma altamente fragmentado e ameaçado, essa perspectiva tem o potencial de aumentar os fragmentos preservados e gerar conectividade entre áreas.

A experiência na Comunidade Quilombola de Vargem Grande do Muquém revelou uma situação histórica de conflito com a Igreja Católica, que tem excluído a comunidade de seu lugar de origem. Como as comunidades beneficiadas pelos editais, ela também enfrenta problemas de desmatamento, insegurança e poluição hídrica, exclusão social, histórico de deslocamento e falta de reconhecimento no contexto local. A aproximação com o conceito TICCA suscitou debates sobre o que é o território e a possibilidade de autodemarcação, a definição coletiva desse território e debates sobre suas ameaças e

potencialidades. O registro é percebido como uma oportunidade de angariar parcerias e novos arranjos de governança locais mais inclusivos para os comunitários.

Ao término da pesquisa, não foi possível concluir se o registro TICCA poderia auxiliar no processo de mediação dessa situação, posicionando mais favoravelmente a comunidade no reconhecimento e busca por acesso ao local que hoje está em posse da Igreja e um sítio histórico da ocupação quilombola local. Essa é uma questão que fica para ser respondida no decorrer tempo, após o encerramento deste trabalho, e conforme os desdobramentos próprios do processo no contexto da comunidade.

O apoio internacional bem direcionado pode promover novas composições e arranjos políticos locais que favoreçam um cenário ou implique imposições para um cenário positivo à questão socioambiental dos povos indígenas e comunidades tradicionais-locais que conservam?

O registro chega ao Brasil em um momento de intensa investida dos interesses opostos à causa, que ameaçam de retrocesso ou congelamento as legislações e políticas de proteção territorial. Nesse sentido, essa nova camada parece trazer um fôlego extra, para dinamizar questões importantes, como a possibilidade de proteção legal aos segmentos que ainda não têm isso previsto em Constituição ou decreto. O estudo também comprovou o quanto se perde – social, ambiental e localmente - com os retrocessos recentes em relação ao arcabouço jurídico para o reconhecimento e titulação de territórios tradicionais.

Como futuras questões de pesquisa: como será que as comunidades de outros países que já têm mais tempo de registro estão vivendo os efeitos do registro? Será que o Consórcio consegue prestar um apoio capaz de afastar ameaças, violências, exclusões, degradações ambientais? Ou será que é do Estado que partem as ações mais efetivas nesse sentido, sendo o registro um selo, apenas uma marca que ajuda nesses processos de resistência?

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais: a atualidade do objeto.* In: *Conflitos ambientais no Brasil*. Org. Henri Acselrad, Rio de Janeiro, Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ACSELRAD, H. & COLI, L. R. Apresentação, Introdução, Disputas cartografias e territoriais. In: ACSELRAD, H. (org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Coleção Território, ambiente e conflitos sociais n.1, 2008.

ACSELRAD, H. & VIÉGAS, R. N. Apresentação, Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, H. (org.). Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

AGROSINO, M. *Etnografia e observação participante.* Artmed Editora, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. *Carajás: a guerra dos mapas*. Falangola Editora, 1993.

ALMEIDA, A. W. B. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais.* R. B. Estudos urbanos e regionais, v.6, n.1 / maio 2004.

ANA. Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico. *Consultas públicas sobre condições de operação dos sistemas hídricos dos rios Grande e Paranaíba recebem contribuições até as 8h desta quinta (25).* Publicado em 24/01/2024. Disponível em: https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/consultas-publicas-sobre-condicoes-de-operacao-dos-sistemas-hidricos-dos-rios-grande-e-paranaiba-recebem-contribuicoes-ate-as-8h-desta-quinta-25.

ANC. Assembleia Nacional Constituinte. *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Suplemento B. 27/jan. 1988. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/diarios_anc Acesso em: dezembro de 2024.

ANM. Agência Nacional de Mineração. *Informe minerário – 2021 2º trimestre*. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais>. Acesso em: fevereiro de2022.

ARAÚJO, C.V.J. & SAUER, S. *Mudanças legais recentes favorecendo a grilagem e o descumprimento da função socioambiental da terra no Brasil.* Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 17, n. 44, p. 170-203, abr., 2022.

ARCHER, L. J. et al. *Towards fairer conservation: Perspectives and ideas from early-career researchers*. People and Nature. 00:1–15, 2022.

ARRUTTI, J. M. *Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola*. Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017.

ASSAD, L. T; LITRE, G; NASCIMENTO, E. P. *A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais.* Editora IABS – Instituto Brasileiro Ambiental Sustentável e Editora Abaré, Brasília, 2009.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo.* São Paulo, Edições 70, 2011.

BARGAS, J. K. R & CARDOSO, F. H. *Cartografia social e organização das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil.* Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, V. 10, n.2, 2015.

BARRETO, Pedro. *História - Rio-92*. Desafios do desenvolvimento. A revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ano 7. Edição 56. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid

BENSUNSAN, N. *Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas*. Editora FGV, 2006.

BERKES, F. *Community based conservation in a globalized World*. PNAS, vol. 104, no. 39, 2007.

BERTRAN, P. Niquelândia, 250 anos. Secretaria de Educação e Cultura. Prefeitura Municipal de Niquelândia. Equipe Dr. Joaquim Tomaz de Aquino. Ministério da Cultura – IPHAN pró-memória, 1985.

BERTRAN, P. Desastrem ambientais na capitania de Goiás. Em: Ciência Hoje: revista de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Volume 12, número70, 1991.

BISPO, A. S. *Colonização, quilombos, modos e significações*. Brasília, 2015.

BOHMAN, J. *Critical Theory*. Stanford Encyclopedia of Philosophy. 2005. Disponível em: https://plato.stanford.edu/archives/spr2005/entries/critical-theory/. Acesso em 06.10.2023.

BORBA, C. A. V. *Norte de Goiás: terra de esperança, conflitos e frustrações*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 16, n. 25, 2º sem. 2015.

BORRINI-FEYERABEND, G. & CAMPESE, J. *Self-Strengthening ICCAs – Guidance on a process and resources for custodian indigenous peoples and local communities - draft for use by GSI partners*. The ICCA Consortium, March 2017.

BRASIL. Casal Civil. *Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000*.

BRASIL. *Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.*

BRASIL. *Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no bioma Cerrado (PPCerrado) 4ª Fase (2023 a 2027).* Versão preliminar em consulta pública. 2023.

BRUM, E. *Banzeiro òkòtó: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BUSTAMANTE, M. *Cerrado: o momento decisivo*. Apresentação em Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Câmara dos Deputados. "Lançamento da Consulta Pública do PPCerrado", 13/09/2023. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/apresentacoes-em-eventos/apresentacoes-de-convidados-em-

eventos-de-2023-1/13-09-2023-lancamento-da-consulta-publica-do-ppcerrado. Acesso em: outubro de 2023.

CABRAL, C. P. *Romaria de Nossa Senhora d'Abadia de Muquém- 270 anos da devoção e religiosidade do norte goiano, a cidade itinerante, sociabilidade e a experiência etnográfica e de narrativa digital*. 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, dezembro de 2018, Brasília/DF.

CARNEIRO DA CUNHA, M; MAGALHÃES, S. B; ADAMS, C. *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil [recurso eletrônico]: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças* / Manuela Carneiro da Cunha, Sônia Barbosa Magalhães e Cristina Adams, organizadoras. – São Paulo: SBPC, 2022.

CARVALHO, R. R. L & RICARTE, R. S. *Um quase eterno reencontro: Ailton Krenak e a Assembleia Nacional Constituinte (1987).* Revista Espacialidades [online]. v. 15, n. 2. 2019.2.

CESARINO, L. *Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação Sul-Sul brasileira*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 19-50, jan./jun. 2014.

CLAVAL, P. *O território na transição da pós-modernidade*. GEO*graphia,* Ano 1, N. 2, 1999.

COLEÇÃO TERRA DE QUILOMBOS. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/memoria-quilombola. Acesso em: agosto de 2022.

COSTA, N. O; GORAYEB, A; PAULINO, P. R. O; SALES, L. B; SILVA, E. B. *Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas*. ACTA Geográfica. Boa Vista, 2016.

CUNHA, C. C. & LOUREIRO, C. F. B. *Reservas extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira.* Revista Theomai, nº 20: 2009. Disponível em: http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO20/Index.htm. Acesso em: dezembro de 2023.

D'ABADIA, M. I. V. Diversidade e identidade religiosa: Uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade/GO. 1.ed. E-book. Jundiaí/SP. Paco Editorial. 2014.

DUNKER, C. *Axel Honneth e a teoria do reconhecimento.* Christian Dunker/Falando nIsso 394. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9vSemJiwodQ&t=1309s.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al território". Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), v. 35, p. 89-100, 2015.

FERRETTI, K. D. *Cadeia Dominial e Processo de Desapropriação da Fazenda Acaba Vida, Niquelândia - GO (1756 a 2021).* Dissertação Universidade Federal de Goiás/Escola de Agronomia/Programa de Pós-graduação em agronegócio, 2021.

FIGUEIREDO, I. B; PEDREIRA, J; MOURA, L. C. *Fortalecimento de territórios conservados por comunidades (TICCAs) no Brasil - a experiência do PPP-ECOS*. Brasília: ISPN, 2023.

GERRING, J. *Social Science Methodology: a unified framework.* Cambridge, Cambridge University Press, 2012.

GLASL, F. *The Process of Conflict Escalation and Roles of Third Parties*. In: Bomers, G.B.J., Peterson, R.B. (eds) Conflict Management and Industrial Relations. Springer, Dordrecht. 1982.

GUIMARÃES, B. *O ermitão do Muquém*. Livraria Garnier. 1869.

HAESBAERT, R. *Do Corpo-Território Ao Território-Corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais.* GEOgraphia, v. 22, 2020.

HAESBAERT, R. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina".* 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografía; Universidade Federal Fluminense, 2021. Libro digital, PDF.

HISSA, Cássio Eduardo Vianna. Entrenotas: compreensão de pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HONNETH, A. *Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais*. Em: HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBGE Cidades. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/niquelandia/pesquisa/18/16459 . Acesso em março de 2022.

ICCA CONSORTIUM. Icca and Aichi Targets: The Contribution of Indigenous Peoples' and Local Community Conserved Territories and Areas to the Strategic Plan for Biodiversity 2011-20 (Aichi Targets). Disponível em: https://www.iccaconsortium.org/wp-content/uploads/2015/07/ICCA-Aichi-Targets-2011-2020.pdf. Acesso em agosto 2023.

ICCA REGISTRY. Disponível em: https://www.iccaregistry.org/. Acesso em agosto 2023.

INTERNACIONAL WETLANDS. Texto originalmente publicado por: Iniciativa Comunales de 2017. *Governança comunitária e conservação da natureza: as áreas conservadas pelas comunidades locais (TICCA) e o Registro Internacional do TICCA.* Iniciativa Comunales. Granada e Consórcio ICCA. Traduzido por: Programa Corredor Azul, Wetlands International, para apoiar a Plataforma TICCA Brasil. Disponível em:< https://mupan.org.br/_files/200001274-b3a9ab3a9f/Guia- Plataforma-TICCA-9.pdf>

IORDACHESCU, G. *Convival conservation prospects in Europe – from wilderness protection to reclaimming the commons*. Conservation and Society, 1-11, 2022.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Terra Brasilis: Divisão de Processamento de Imagens, Dashboard de desmatamento (PRODES). Acesso em janeiro de 2024. Disponível em: https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates

IPBES. *The IPBES regional assessment report on biodiversity and ecosystem services for the Americas.* The Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services, 2018.

KOTHARI, A. *Communities, conservation and development*. Biodiversity. V. 14. 2013.

LEITE, I. B. O*s quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. Etnográfica, Etnográfica, Vol. IV (2), 2000.

LEITE, I. B. *O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais*. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3):424, 2008.

LIMA, J. E. F. W & SILVA, E. M. *Recursos hídricos do bioma Cerrado: importância e situação.* Em: SANO, S. M; ALMEIDA, S. P; RIBEIRO, J. F. Cerrado: ecologia e flora. Embrapa Cerrados. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2v. 2018.

LITTLE, P. *Territórios sociais e povos tradicionais no brasil: por uma antropologia da terrirorialidade.* Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290

MALERBA, J. *Conflitos no Campo Brasil 2022: aumento da concentração fundiária, do desmatamento e da violência no campo evidencia as conexões entre as questões agrária e ambiental.* In: Conflitos no campo Brasil 2022 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2023.

MAPBIOMAS. Projeto MapBiomas – Coleção 8.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. Disponível em: plataforma.brasil.mapbiomas.org. Acesso set/2023.

MARETTI, C.C. & SIMÕES, J.F. *TICCAs: Análise da situação legal e da implementação no Brasil; territórios e áreas de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais no Brasil e relações com os conceitos associados aos TICCAs*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). 2020.

MARTINS, A. B. S. P. *Cartografias Sociais e Participativas no Brasil: emergência da prática e principais nuances adotados*.Revista Brasileira de Sensoriamento Remoto, v.1, n.3, 2020.

MAZZETTO, C. E. S. *Ordenamento Territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 19, Editora UFPR, jan./jun. 2009.

MENDES, C. *A Luta dos Povos da Floresta*. Geografia: Pesquisa e Prática Social, Nº 7, 1990. Em: Terra Livre, [S. l.], n. 7, 2015. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/81. Acesso em: 15 dez. 2023.

MMA. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Brasil: 6º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica*. Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais. Brasília – DF, 2023.

MMA[1]. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Dados do DETER/Inpe – julho/2023 e Ações do Governo Federal*. *Biomas Amazônia e Cerrado.* Brasília-DF, agosto 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/desmatamento-na-amazonia-cai-42-5-nos-sete-primeiros-meses-de-2023/apresentacao-coletiva-deter-jul_23.pdf.

NETHERLANDS INSTITUTE OF ADVANCED STUDY (NIAS). Belonging, Mobility and Exclusion - NIAS Conference on Studies of Belonging. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=80OF_3sM7wI&t=125s>.

NOBRE, M. *Desordem do mundo*. Folha de São Paulo, Filosofia. 08/08/1999. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs08089911.htm.

NOBRE, M. *Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica*. Em: HONNETH, A. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

NOGUEIRA, M. *Quando o pequeno é grande: uma análise de projetos comunitários no Cerrado.* São Paulo: Annablume, 2005.

NOGUEIRA, M. & FLEISCHER, S. *Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado.* Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, 2005: 125-157.

OLIVEIRA, K. *Povos e comunidades tradicionais [recurso eletrônico]: metodologias de autoidentificação e reconhecimento* / Karla Oliveira, Sérgio Sauer – Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2021.

OSTROM, E. *A diagnostic approach for going beyond panaceas.* Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America PNAS, v. 104, n. 39, 2007.

PERUTTI, D. C. *Movimentos e(m) desertos: As trilhas da existência entre quilombolas deGoiás*. MANA 27(2): 1-25, 2021.

POMPEU, J; ASSIS, T. O; OMETTO, J. P. *Landscape changes in the Cerrado: Challenges of land clearing, fragmentation and land tenure for biological conservation*. Science of the Total Environment, 906, 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W & QUENTAL. P. A. *Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina.* Revista Latinoamericana Polis. vol.11, n.31, pp.295-332, 2012.

PORTO-GONÇALVES. *Dos Cerrados e de suas Riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico* / Organizadoras: Diana Aguiar (FASE) e Valéria Pereira Santos (CPT). Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Renda da Terra e Conflito de Territorialidades nos Cerrados Brasileiros.* Repositório Institucional da UFSC, 2021.

PREFEITURA DE NIQUELÂNDIA. *História*. Disponível em: https://niquelandia.go.gov.br/historia/ Acesso em: outubro de 2021.

PRIMACK, R. B & RODRIGUES, E. *Biologia da Conservação*. Londrina, 2001.

RAFFESTIN, C. *O território e o poder.* IN: *Por uma geografia do poder.* Trad. Maria Cecília França. Ed. Ática, São Paulo. 1993. 143-158.

RIBEIRO, G. S. Crise global e desenvolvimento econômico local: os impactos da crise econômica mundial em Niquelândia/GO. Dissertação de mestrado. Faculdade Latino-Americana De Ciências Sociais - Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2019.

RIBEIRO, J. F. & WALTER, B. M. T. *As principais fitofisionomias do bioma Cerrado*. Em: SANO, S. M; ALMEIDA, S. P; RIBEIRO, J. F. Cerrado: ecologia e flora. Embrapa Cerrados. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2v. 2018.

RIGOTTO, R. M; SANTOS, V. P; COSTA, A. M. *Territórios tradicionais de vida e as zonas de sacrifício do agronegócio no Cerrado.* Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 13-27, 2022.

ROUGEMONT, L. S. *Quando os sonhos de desenvolvimento produzem monstros: a violência como parte da estratégia de modernização do campo brasileiro.* CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 15, n. 38, p. 334-360, dez., 2020.

SALMONA, Y. B; MATRICARDI, E. A. T; SKOLE, D. L; SILVA, J. F. A; COELHO FILHO, O. A; PEDLOWSKY, M. A; SAMPAIO, J. M; CASTRILLÓN, L. C. R; BRANDÃO, R. A; SILVA, A. L; SOUZA, S. A. *AWorrying Future for River Flows in the Brazilian Cerrado provoked by Land Use and Climate Changes.* Sustainability 15, 4251, 2023.

SANTOS, M. *O retorno do território*. Em: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, E. F. *A paisagem na literatura goiana: o "mato grosso goiano" na obra de Carmo Bernardes.* Geografia, Literatura e Arte, v.4, n.1, p.6-30, jan.2024.

SGP/UNDP. *The Global Environmental Facility (GEF) Small Grants Programme (SGP), United Nations Development Programme (UNDP).* Disponível em: https://sgp.undp.org/about-us-157.html. Acesso em: agosto, 2023.

SILVA, F. A. M; ASSAD, E. D; EVANGELISTA, B. A. *Caracterização Climática do Bioma Cerrado*. Em: SANO, S. M; ALMEIDA, S. P; RIBEIRO, J. F. Cerrado: ecologia e flora. Embrapa Cerrados. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2v. 2018.

SILVA, J. S. & FERRAZ, J. M. G. *Questão fundiária: a terra como necessidade social e econômica para reprodução quilombola*. GeoTextos, vol. 8, n. 1, jul. 2012.

SILVA, M. *Ministra Marina Silva - Lançamento da consulta pública do PPCerrado - Meio Ambiente - 13/09/2023.* Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=piRocsnkZb0. Acesso em: setembro de 2023.

SIMMEL, G. *O conflito como sociação* (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30. 1995.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo, Elefante Ed., 2019, p. 23-74.

SZABLOWSKY, D. *"Legal enclosure" and resource extraction: Territorial transformation through the enclosure of local and indigenous law*. The Extractive Industries and Society 6: 2019.

THOMAS, C. G. *Research Methodology and Scientific Writing*. Springer. E-book. 2021.

TOLEDO, Victor M. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais.* São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TÔNOMAPA. *Mapeamento de comunidades tradicionais: #5 Relatório povoamento do app*. Julho, 2023. Disponível em: https://tonomapa.org.br/#publicacoes.

UNEP-WCMC. *United Nations Environment Programme – World Conservation Monitoring Centre. Como submeter os dados de sua TICCA para bases de dados globais: um manual para povos indígenas e comunidades locais*. UNEP-WCMC: Cambridge, UK. 2020. Disponível em: https://wcmc.io/iccadatamanual.

WALTER, B. M. T; CARVALHO, A. M; RIBEIRO, J. F. *O conceito de Savana e de seu Componente Cerrado*. Em: SANO, S. M; ALMEIDA, S. P; RIBEIRO, J. F. Cerrado: ecologia e flora. Embrapa Cerrados. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2v. 2018.

WITTER, R & SATTERFIELD, T. *The Ebb and Flow of Indigenous Rights Recognitions in Conservation Policy*. Development and change, Vol.50 (4), 2018.

WOLFORD, Wendy. *The Plantationocene: A Lusotropical contribution to the theory*. Annals of the American Association of Geographers, 2021.

APÊNDICE I - Informações projetos 28º e 30º PPP-ECOS.

UF	Município	Org. proponente	Org. beneficiária	Título do projeto	Público-alvo
BA	Correntina	Comissão Pastoral da Terra da Bahia - CPT BA	Associação Comunitária de Preservação Ambiental dos Pequenos Criadores do Fecho de Capão do Modesto e Associação Comunitária de Preservação Ambiental dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto da Cabeceira de Porcos, Guará e Pombas (ACPAG)	Fortalecimento da Autogestão Territorial Geraizeira nos Fundos e Fechos de Pastos de Capão do Modesto, Porcos, Guará e Pombas – Correntina-BA	Geraizeiros; Comunidade de Fundo e Fecho de Pasto
BA	Correntina	Associação Comunitária dos Pequenos Criadores dos Fecho de Pasto (ACCFC)		Fechos de Pastos, territórios manejados e conservados pelas comunidades tradicionais	Comunidade de Fecho de Pasto; Agricultores Familiares
BA	Piatã	Associação Comunitária dos Moradores das Comunidades do Carrapicho, Mutuca, Sitio dos Pereiras e Capão (ACMCCMSPC)		Quilombos da Bocaina e do Barreiro: nossas águas e tradições resgatadas	Quilombolas
BA	Tanque Novo	Associação Comunitária Deoclides Cecílio Silva (AFFPDECS), antiga ASCODECS		Apoio a Comunidade Tradicional de Fecho de Pasto de Magras, Tanque Novo, Bahia	Comunidade de Fecho de Pasto
GO	Cidade Ocidental	Associação Rede Rio São Bartolomeu de Mútua Cooperação (Rede Bartô)	Associação do Território Quilombo Mesquita (ATQM)	Desenvolvimento e fortalecimento das capacidades de gestão do Quilombo Mesquita - Festa do N'golo	Quilombolas
GO	Cavalcante	Associação Kalunga Comunitária do Engenho II		Saberes e fazeres ancestrais do povo Kalunga sobre as plantas medicinais nativas e cultivadas	Quilombolas

MA	Bacabal	Associação Vencer Juntos em Economia Solidaria (AVESOL)	Associação de Moradores, Produtores e Produtoras rurais do Quilombo São Sebastião dos Pretos	Riquezas do Mearim: Estratégia de Gestão dos Recursos Naturais e Segurança Alimentar	Quilombolas; Quebradeiras de Coco Babaçu
MA	Sucupira do Norte	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Pais e Mestres de Sucupira do Norte (ACPMS Sucupira)		Das raízes de sucupira à sustentabilidade no cerrado	Sertanejos, Quebradeiras de Coco Babaçu; e Agricultores Familiares
MG	Riacho dos Machados	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados (STR)	Comunidades Poções, Tapera, Cabaceira, Córrego Verde, Córregos, Marimbo e o Quilombo de Peixe Bravo - pertencentes ao território onde está sendo constituído a RDS:	Conservação da Água e da Vida na RDS Tamanduá e Poções	Agricultores Familiares; Geraizeiros; Quilombolas; Assentados da reforma agrária
MG	Chapada Gaúcha e Januária	Instituto Rosa e Sertão		Ticcas Sertão Veredas-Peruaçu: cartografia social, água e feminino	Quilombolas; Geraizeiros; Vazanteiros; Agricultores Familiares
MG	Montes Claros, Grão Mogol, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas, Rio Pardo de Minas, Fruta de Leite e Padre Carvalho	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM)	Movimento Geraizeiro e Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais	Reconhecimento e proteção do Território Tradicional Vacariano nos vales do Rio Vacaria e Peixe Bravo	Quilombolas; Geraizeiros; Vazanteiros; Vacarianos
MG	Paraopeba, Distrito de Casa Branca	Instituto Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Sustentabilidade - Instituto Sustentar		Adaptando a agroindústria Pontinha de Sabor aos desafios da Pandemia Covid-19	Quilombolas

MS	Nioaque (TI Nioaque, Aldeia Brejão)	Associação Hanaiti Yomomo		Apoio e Fomento a Unidade Multiuso Agroextrativista na Aldeia Brejão	Indígenas Terena
MS	Miranda (TI Cachoeirinha, Aldeia Cachoeirinha)	Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade (CAIANAS)		Ipixáxovokuti: Local de Cura CAIANAS	Indígenas Terena
MS	Caarapó (TI Guyra Roka), Dourados (TI Cerro´i), Guia Lopes da Laguna (TI Paso Piraju), Douradinha (TI Panambi/Lagoa Rica)	Rede de Apoio e Incentivo Socioambiental (RAIS)		Kaiowá kokueí: fortalecimento da produção alimentar de comunidades kaiowá em Mato Grosso do Sul - Brasil	Indígenas Kaiowá e Guarani
MT	Comodoro	Associação dos Jovens Indígenas Nambiquaras - AJINA		Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nambikwara	Indígenas Nambikwara
MT	Luciara	Centro de Direitos Humanos Dom Pedro Casaldáliga (CDHDPC)	Associação dos Retireiros e Retireiras do Araguaia (ARA)	Retireiras do Araguaia e os saberes tradicionais do bordado: tecendo protagonismo socioprodutivo	Retireiros do Araguaia; Assentados da reforma agrária; Agricultores Familiares
TO	Mateiros	FUNATURA	Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores Rurais de Mateiros (ACAPPM)	Apoiando grupos agroextrativistas familiares em cadeias produtivas ecossociais do Cerrado em Mateiros-TO.	Quilombolas; Extrativistas; Artesãos

APÊNDICE II – Síntese de informações sobre contexto territorial dos beneficiários no 28º e 30º PPP-ECOS.

Projeto	Problemas e ameaças	Esforços anteriores e atuais de gestão	Conservação do território	Situação Fundiária
Desenvolvimento e fortalecimento das capacidades de gestão do Quilombo Mesquita - Festa do N'golo	Especulação imobiliária; desmatamento	Demarcação da área; ações p/ integridade territorial; certificação palmares; formação de grupo musical Som do Quilombo; mapeamento patrimônio cultural arquitetônico	Grande quantidade de nascentes, águas termais	RTDI, 2016
Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Nambikwara	Expansão fronteira agronegócio: desmatamento; exploração madeireira ilegal; queimadas; caça e pesca predatória e extrativismo predatório; perda costumes e valores	implantação de sistemas de Produção Agroflorestais; capacitação em produção agroecológica; I Fórum de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas Nambikwaras (2019)	Localizada em uma das maiores áreas de preservação do bioma, com rica biodiversidade da flora e fauna, ecótono Cerrado e Pantanal	Não homologada
Conservação da Água e da Vida na RDS Tamanduá e Poções	Escassez hídrica; falta de chuvas e água; falta água para o município; rico em minério; pressão empresas mineração e reflorestamento	Construção processos da RDS, mais de 15 anos	Ecótono Cerrado e Caatinga, recortes de mata seca; potencial produtivo; beleza natural; sociobiodiverso; única região do município com nascentes e pequenos rios com água	Posse, herança
Fortalecimento da Autogestão Territorial Geraizeira nos Fundos e Fechos de Pastos de Capão do Modesto, Porcos, Guará e Pombas – Correntina-BA	Águas; uso abusivo da reserva hídrica; grilagem verde para implantação de reserva legal; concentração fundiária; registros de trabalho análago à escravidão no município; falta de acesso à crédito no município;	Coletivo de Fundo e Fecho de Pasto do Oeste da Bahia; articulações com a CPT;	"Bastiões" da tradição Geraizeira; plantio em roçados, criação de animais bovinos e ovinos; pastagem nativa; plantas medicinais; disponibilidade hídrica aquífero Urucuia; rio das Éguas, 6 veredas, entre elas vereda do Cupim e Vereda da Cabeceira Alegre; necessário conservação e recuperação de nascentes.	Devolutas; uso comunitário; desforço possessório imediato ou legítima defesa de posse (advertências comunitárias); sua regularização deve se dar em processo de

				arrecadação sumária
Apoio e Fomento a Unidade Multiuso Agroextrativista na Aldeia Brejão	Dificuldade de geração de renda no território; desemprego pós-Covid19; seca, queimadas e derrubadas; assoreamento do rio e nascentes; monocultivos milho, soja, cana e criação de gado;	Reuniões PGTA, diagnóstico de etnomapeamento e etnozoneamento	Produtores produtos orgânicos, arroz, feijão, milho, mandioca, banana, pomares ricos com calendário anual de frutas; Área Antropizada 966,95ha; Vegetação arbustiva ou herbácea nativa 518,2ha; Espelho d'agua contínuo 2,62; Formação Florestal 1494,2 ha.	homologada
TICCA Sertão Veredas-Peruaçu: cartografia social, água e feminino	Crescente pressão sobre os recursos hídricos em áreas vulneráveis, com destaque para as subbacias dos rios Pandeiros, Peruaçu, Mocambo e Itacarambi; grandes monocultivos; comprometimento /secamento de nascentes e cursos d'água; pouco acesso a informações; esvaziamentos dos espaços de tomada de decisão	Produção da polpa do buriti, queijo, farinha de mandioca, rapadura, mel e plantas medicinais; Cooperativa Sertão Veredas; aumento participação de mulheres nos projetos; turismo de base comunitária;	Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu; Terra Indígena Xakriabá; atravessado pelo rio Carinhanha, compõem o território os rios Urucuia, Pardo, Pandeiros, Peruaçu e São Francisco; ecótono Cerrado/Caatinga; questão da água, pouca chuva	Sobreposição com Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Peruaçu e Serra das Araras; 46 comunidades quilombolas, somente 1 titulado
Ipixáxovokuti: Local de Cura CAIANAS	Território pequeno, pressão político-fundiária; baixa produtividade das roças; migração de jovens; "adormecimento" de práticas tradicionais; queimadas; desmatamento em nascentes; proselitismo regilioso externo	Coleta de sementes; levantamento das etnovariedades; produção de mudas; plantios em SAFs; enriquecimento das roças; produção do Cacau Criolo; recuperação ambiental em áreas de uso coletivo	Poluição bacias hidrográficas provocada por atividades agropecuárias e queimadas; desmatamento de nascentes;	Parcialmente regularizado
Saberes e fazeres ancestrais do povo Kalunga sobre as plantas medicinais nativas e cultivadas	Ataques recorrentes para implantação de grandes lavouras e mineradoras; grandes plantações de soja e mineradoras	Participação na criação do regimento interno do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga - SHPCK	Preservado	Parcialmente regularizado

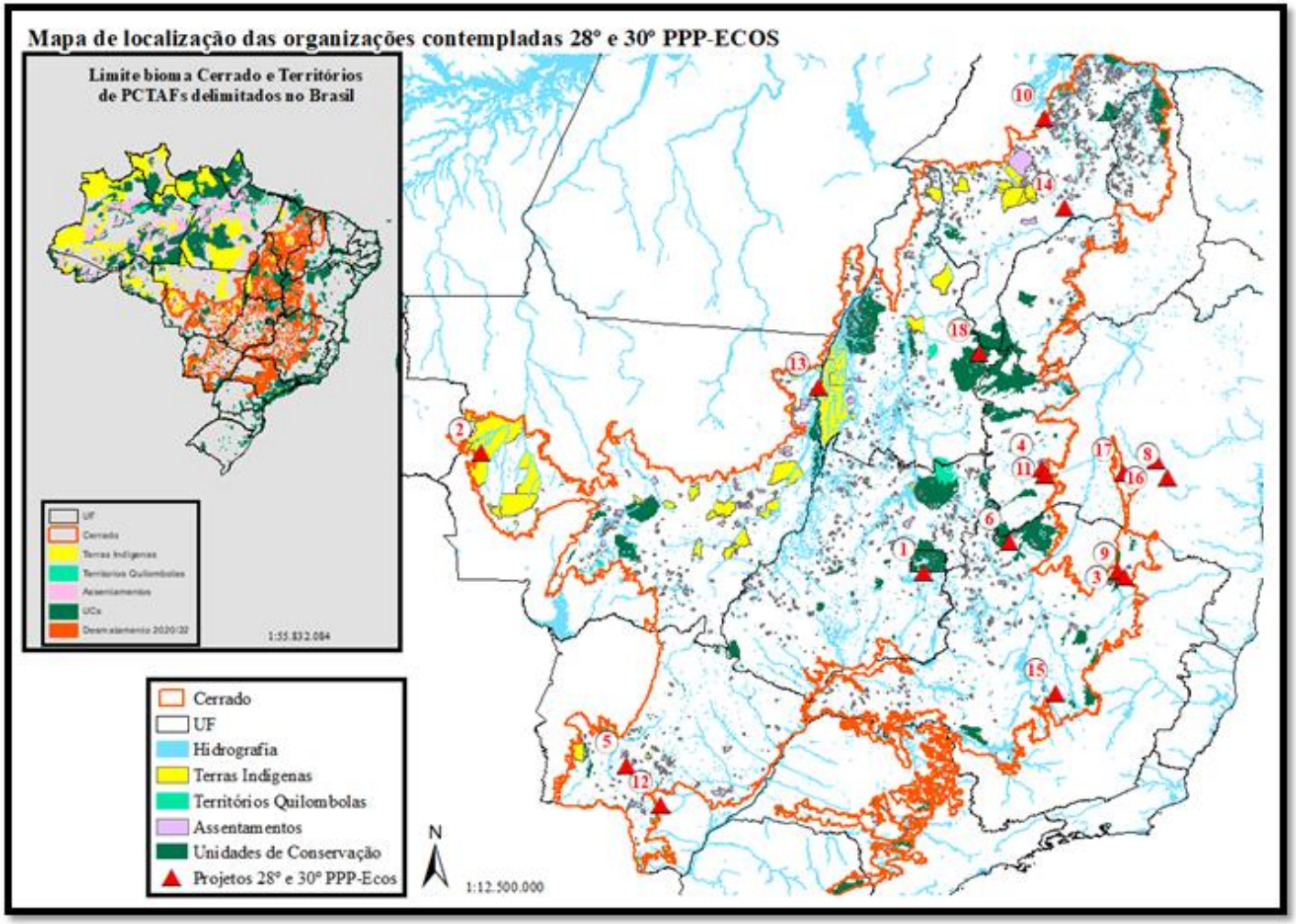
Reconhecimento e proteção do Território Tradicional Vacariano nos vales do Rio Vacaria e Peixe Bravo	Exploração hídrica intensa autorizada pelo poder público; expropriação e grilagem (sobreposição com áreas de reserva legal CAR); mineração (principalmente ouro e ferro) e eucalipto; mineroduto (Projeto Vale do Rio Pardo, Sul Americana Metais, Bloco 8); deslocamento compulsório por barragens do rio Vacarias e do Córrego do Vale; inundação de terrenos férteis	Questionamentos no MPMG (barragens), ação civil pública; "as grotas são as verdadeiras moradas do geraizeiro e do vacariano"; ações de manejo comunitário; luta por projetos de reconverção agroextrativista, reconhecimento de territórios geraizeiros autodemarcados (Território Geraizeiro de Vale das Cancelas) e quilombolas (Quilombo de Peixe Bravo)	Chapadas desmatadas em larga escala para monocultura de eucalipto; grotas morros e vazantes do Vale do Vacaria e Peixe Bravo estão nas mãos das 12 comunidades; espécies da flora, 13 ameaçadas de extinção, 27 endêmicas e 5 novos registros para MG; 21 cavidades subterrâneas, sendo 14 de relevância máxima; quirópteros ameaçados de extinção; Parque Estadual de Grão Mongol e Parque Estadual de Serra Nova; aquíferos; geossistema ferruginoso de Peixe Bravo é o único do Brasil conservado;	Proposta de RDS enviada ao ICMBio (envolvem porções de áreas pública devoluta, privada sem indícios de fraude e pública titulada)
“RIQUEZAS DO MEARIM: Estratégia de Gestão dos Recursos Naturais e Segurança Alimentar”.	Ausência de instrumento de gestão comunitária dos recursos naturais; utilização de agrotóxicos para controle de vegetação espontânea; informalidade e falta de organização	Concessão de Direito Real de Uso; participação na Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ); Reconhecimento de Domínio do território pelo estado do Maranhão	Ecótono (Amazônia, Cerrado e Caatinga); região do médio Mearim (predominância babaçu em decorrência da regeneração pós derrubada das florestas primárias no Brasil colônia); cobertura florestal em diferentes estágios de sucessão, criação de gado nas capoeiras	Território quilombola reconhecido pelo Instiuto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA)

Fechos de Pastos, territórios manejados e conservados pelas comunidades tradicionais.	Grilagem; agronegócio, desmatamento, fechamento de áreas de solta, diminuição da precipitação, da vazão dos rios e ressecamento das nascentes; perda dos regos (canais de irrigação); redução vazão rio Arrojado e nascentes; desaparecimento da fauna; recentes investidas de empreendimentos para PCH	Demarcação e cercamento de áreas coletivas; cursos, oficinas e capacitações; cercamento e isolamento de nascentes; criação da brigada comunitária de incêndio e manejo do fogo; monitoramento permanente das áreas coletivas; casa de apoio no Fecho de Pasto do Clemente; articulação; elaboração de cartilha e folders sobre os territórios; certificação comunidade tradicional SEPROMI/BA	A comunidade vive coletivamente no local há séculos, muitos cultivares já não são mais possíveis; dezenas de nascentes e veredas (10 isoladas para recuperação); 42.000ha Cerrado em pé; 08 fechos de pasto;	2 georreferenciadas, as demais demarcadas pelas comunidades; não regularizadas
Kaiowá kokueí: fortalecimento da produção alimentar de comunidades kaiowá em Mato Grosso do Sul - Brasil	Conflitos territoriais e ambientasis associados à monocultura de soja e bovinocultura; acesso à água; saúde; pequenas dimensões dos territórios; rodovias, agronegócio; insegurança fundiária e produtiva; precariedade ambiental, perda de vegetação nativa, desequilíbrio dos ecossistemas; falta de políticas públicas e de acesso aos órgãos de regularização de terras, vulnerabilidade social, insegurança alimentar, exposição à violência e falta de informação,	Trabalho em mutirão nas roças como espaço de diálogo e fortalecimento coletivo do capital social interno; construção coletiva do que é ser um indígena evangélico	"Tragédia humanitária" - superpopulação, meio ambiente devastado, sem condição de pesca e caça, falta de água e saneamento básico; desaparecimento de cultivares tradicionais como mandioca, milho, tobérculos; realizam pequenos cultivos de mandioca. milho, batata, feijão de corda, amendoim, abóbora, frutíferas e ervas medicinais;	Não demarcadas
RETIREIRAS DO ARAGUAIA E OS SABERES TRADICIONAIS DO BORDADO: tecendo protagonismo socioprodutivo	Grilagem; especulação fundiária; cercas; desarticulação coletiva; conflito, violência; impacto na criação de gado na solta	Demanda por criação de RDS no ICMBio; ação na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) por Termo de Autorização de Uso Sustentável, TAUS	Transição Cerrado e Amazônia, planície do rio Araguaia; redução de área de pasto nativo	Não consolidado, em processo

“DAS RAÍZES DE SUCUPIRA À SUSTENTABILIDADE NO CERRADO”	Expansão soja, eucalipto, bovinocultura extensiva e carvoarias; produção mineral; descaso poder público; queimadas; especulação	ACPMS é mantenedora da Escola Família AGrícola Nossa Senhora Maria Rosa Mística; educação do campo (crianças, adolescentes e jovens); apoio em políticas públicas locais e regionais voltadas ao agroextrativismo;	Ecótono Cerrado, Amazônia e Caatinga; diversidade socio biocultural; potencial turístico; extraordinário cenário bacias higrográficas; grande reserva de recursos hídricos; potencial produtivo de áreas agrícolas, pecuária, extrativismo (babaçu); Parque Estadua do Mirador (PEM), mesorregião Altos do Itaperucu	Ausência de garantia de uso e ocupação da terra
Adaptando a agroindústria Pontinha de Sabor aos desafios da Pandemia Covid-19	falta de acesso a serviços públicos (lixo e transporte); irregularidade do extrativismo e do comércio do minhocaçu; rio Paraopeba atingido pelos rejeitos da Mina Córrego do Feijão (Brumadinho/MG), água imprópria para uso (danos segurança alimentar, do trabalho, psicossociais e de saúde); desmatamento (lavouras e eucalipto); grilagem e venda irregular, retração do território	Educação ambiental; extrativismo; manejo do minhocaçu; projeto pequi (2012); capacitações; feiras e eventos para divulgação dos produtos	570ha de Cerrado; riqueza de espécies com potencial de uso; minhocaçu (espécie endêmica da região central de MG);	RTDI em andamento desde 2015
Quilombos da Bocaina e do Barreiro: nossas águas e tradições resgatadas	Mineração de ferro e manganês nas terras da Bocaina e Mocó (barulho, poeira de pó de rocha, rejeitos), com impactos na saúde humana, agricultura e condições de plantio, assoreamento e contaminação da água; desmatamento agronegócio; saída de jovens	Centro Educacional, casa de farinha, trator comunitário ganho do CAR/BA, participação em conselhos municipais (agricultura, turismo e saúde); construção de casas, banheiros residenciais, barragem o Rio da Chapada para plantio, implantação de cisternas, ampliação do abastecimento pelo poço artesiano comunitário, banco de sementes, mutirões agroecológicos, projeto Chpada Agroecológica; feiras	Extrativismo do babaçu; beneficiamento da cana e da mandioca; grande quantidade de nascentes (algumas assoreadas)	Ausência de RTDI

Apoio a Comunidade Tradicional de Fecho de Pasto de Magras Tanque Novo Bahia	Grilagem, escassez hídrica, queimadas, conflitos dentro e fora da comunidade entre gado solto e roças	Aquisição de cisternas de captação de água das chuvas; certificação como Comunidade Tradicional de Fecho de Pasto (2015, SEPROMI/BA)	Relativamente conservado, impactado por grande incêndio de 2008, prática de caça ainda acontece, animais sumindo	Terras devolutas, áreas particulares e área coletiva (gerais - 2.500ha)
Apoiando grupos agroextrativistas familiares em cadeias produtivas ecossociais do Cerrado em Mateiros-TO.	Restrições de acesso a políticas públicas; venda de propriedades; fracionamento do uso do sole devido a expansão de empreendimentos turísticos; pouca visibilidade dos produtos da terra; decrescimo das atividades de manejo e produção agrícola	Associada à Cooperativa Central do Cerrado; consolidação da cadeia ecossocial do capim dourado/buriti na região; capacitação, educação ambiental e apoio à produção/comercialização de produtos ecossociais; projetos "Rede Jalapão: produção, certificação e comercialização dos recursos naturais do Cerrado no Jalapão" e Cerrado-Jalapão: prevenção, controle e monitoramento de queimadas irregulares e incêndios florestais no Cerrado (PPCerrado); produção de óleos, castanhas, farinhas, doces, biscoitos, desidratados, artesanato.	Parte da APA Estadual do Jalapão; extrativismo e manejo comunitário do capim dourado e buriti; paisagem produtiva; entorno de diversas UC e Territórios Quilombolas; quintais florestais domésticos, pequenas áreas de manejo agrícola e de criação de animais, áreas de manejo agroecológico e de proteção ambiental; manejo integrado do fogo	Posses ou propriedades, sem registro de conflito; não titulada

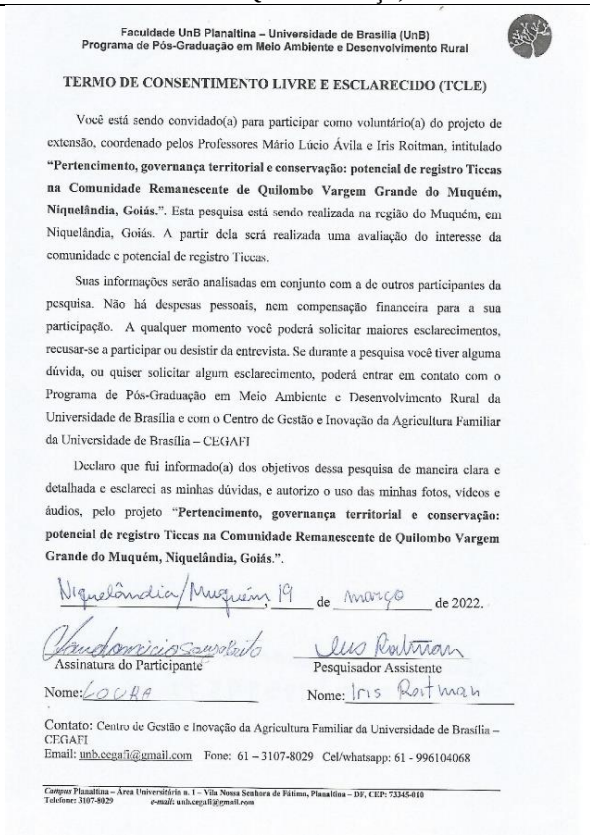
APÊNDICE III - Mapa de localização das organizações contempladas nos 28º e 30º PPP-ECOS.



Fonte: Elaboração da autora. Dados desmatamento: DETER – Alertas de desmatamento no Cerrado feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

APÊNDICE IV - Termos de Consentimento de Livre, Prévio e Informado e listas de presença das reuniões com a Associação Quilombola Vargem Grande do Muquém.

Reunião AQVM – março, 2022.



Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) do projeto de extensão, coordenado pelos Professores Mário Lúcio Ávila e Iris Roitman, intitulado **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás."**. Esta pesquisa está sendo realizada na região do Muquém, em Niquelândia, Goiás. A partir dela será realizada uma avaliação do interesse da comunidade e potencial de registro Ticcas.

Suas informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes da pesquisa. Não há despesas pessoais, nem compensação financeira para a sua participação. A qualquer momento você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir da entrevista. Se durante a pesquisa você tiver alguma dúvida, ou quiser solicitar algum esclarecimento, poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília e com o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI

Declaro que fui informado(a) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas, e autorizo o uso das minhas fotos, vídeos e áudios, pelo projeto **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás."**.

Niquelândia/Muquém, 19 de março de 2022.

Assinatura do Participante

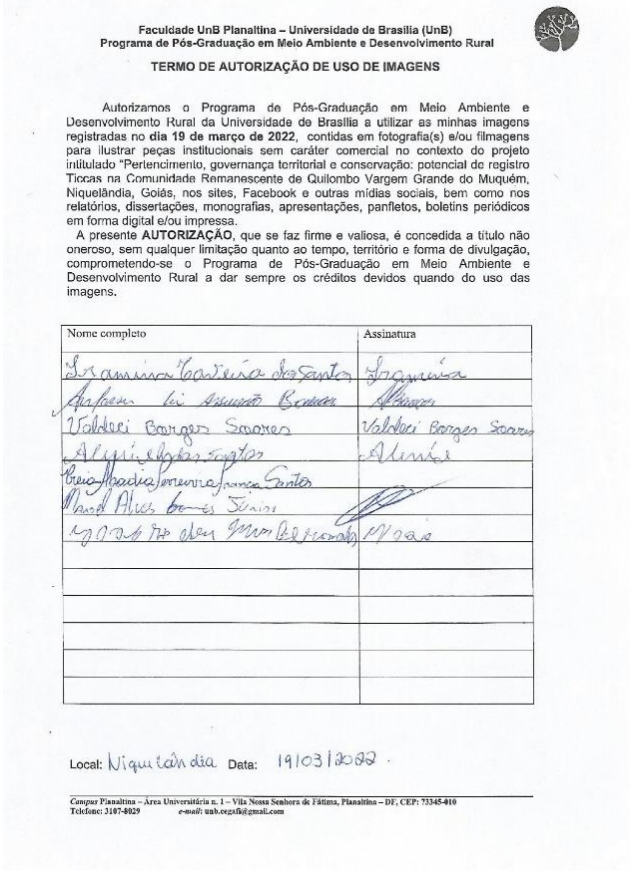
Nome: LOCAR

Pesquisador Assistente

Nome: Iris Roitman

Contato: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Email: unb.cegafi@gmail.com Fone: 61 – 3107-8029 Cel/whatsapp: 61 - 996104068

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 *e-mail:* unb.cegafi@gmail.com



Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS

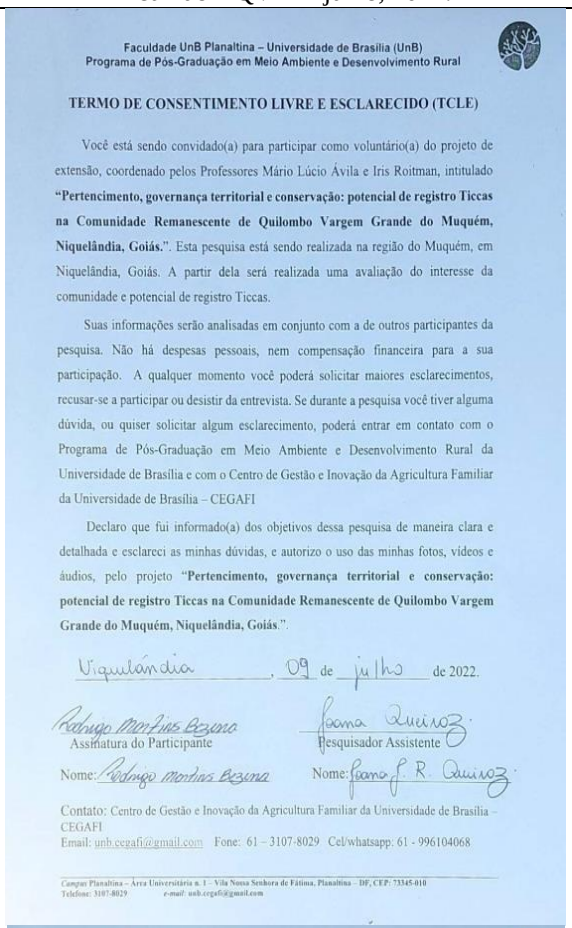
Autorizamos o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília a utilizar as minhas imagens registradas no **dia 19 de março de 2022**, contidas em fotografia(s) e/ou filmagens para ilustrar peças institucionais sem caráter comercial no contexto do projeto intitulado "Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás, nos sites, Facebook e outras mídias sociais, bem como nos relatórios, dissertações, monografias, apresentações, panfletos, boletins periódicos em forma digital e/ou impressa.

A presente **AUTORIZAÇÃO**, que se faz firme e valiosa, é concedida a título não oneroso, sem qualquer limitação quanto ao tempo, território e forma de divulgação, comprometendo-se o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural a dar sempre os créditos devidos quando do uso das imagens.

Nome completo	Assinatura

Local: Niquelândia Data: 19/03/2022.

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 *e-mail:* unb.cegafi@gmail.com



Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) do projeto de extensão, coordenado pelos Professores Mário Lúcio Ávila e Iris Roitman, intitulado **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás.**". Esta pesquisa está sendo realizada na região do Muquém, em Niquelândia, Goiás. A partir dela será realizada uma avaliação do interesse da comunidade e potencial de registro Ticcas.

Suas informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes da pesquisa. Não há despesas pessoais, nem compensação financeira para a sua participação. A qualquer momento você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir da entrevista. Se durante a pesquisa você tiver alguma dúvida, ou quiser solicitar algum esclarecimento, poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília e com o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI

Declaro que fui informado(a) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas, e autorizo o uso das minhas fotos, vídeos e áudios, pelo projeto "**Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás**.".

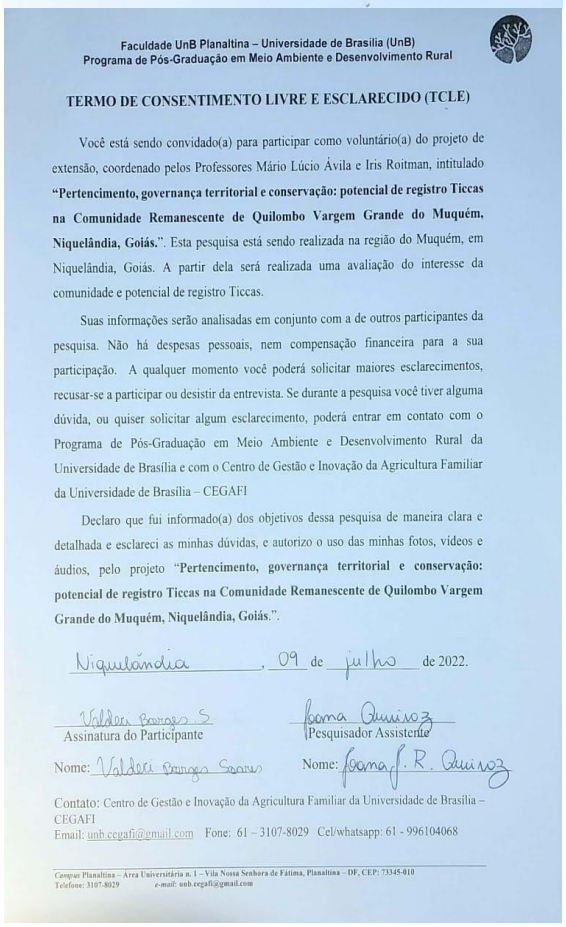
Niquelândia, 09 de julho de 2022.

Assinatura do Participante — Pesquisador Assistente

Nome: Rodrigo Martins Bezerra — Nome: Joana f. R. Queiroz

Contato: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Email: unb.cegafi@gmail.com Fone: 61 – 3107-8029 Cel/whatsapp: 61 - 996104068

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 *e-mail*: unb.cegafi@gmail.com



Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) do projeto de extensão, coordenado pelos Professores Mário Lúcio Ávila e Iris Roitman, intitulado **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás.**". Esta pesquisa está sendo realizada na região do Muquém, em Niquelândia, Goiás. A partir dela será realizada uma avaliação do interesse da comunidade e potencial de registro Ticcas.

Suas informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes da pesquisa. Não há despesas pessoais, nem compensação financeira para a sua participação. A qualquer momento você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir da entrevista. Se durante a pesquisa você tiver alguma dúvida, ou quiser solicitar algum esclarecimento, poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília e com o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI

Declaro que fui informado(a) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas, e autorizo o uso das minhas fotos, vídeos e áudios, pelo projeto "**Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás**.".

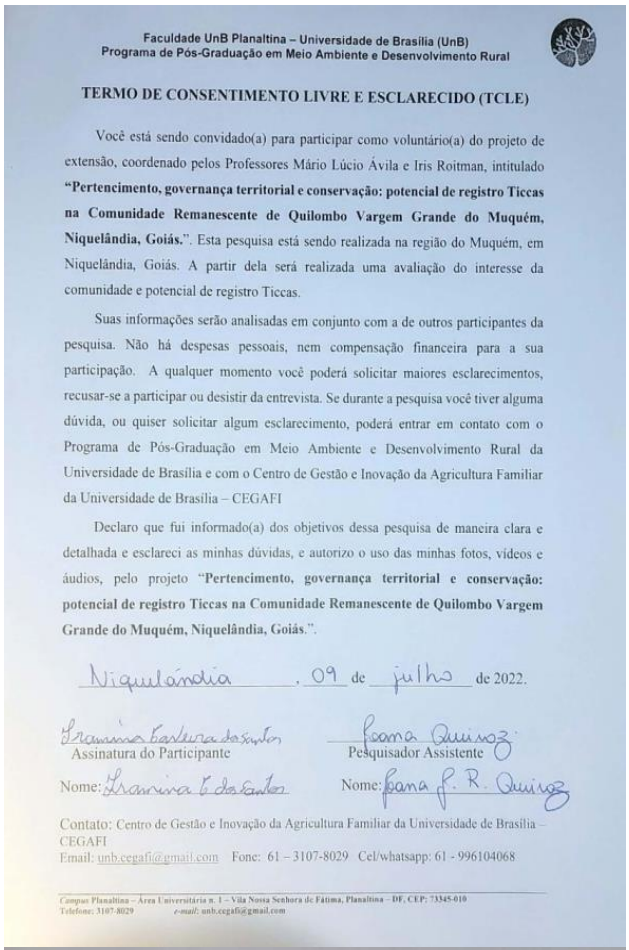
Niquelândia, 09 de julho de 2022.

Assinatura do Participante — Pesquisador Assistente

Nome: Valdeci Borges Soares — Nome: Joana f. R. Queiroz

Contato: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Email: unb.cegafi@gmail.com Fone: 61 – 3107-8029 Cel/whatsapp: 61 - 996104068

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 *e-mail*: unb.cegafi@gmail.com



Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) do projeto de extensão, coordenado pelos Professores Mário Lúcio Ávila e Iris Roitman, intitulado **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás."**. Esta pesquisa está sendo realizada na região do Muquém, em Niquelândia, Goiás. A partir dela será realizada uma avaliação do interesse da comunidade e potencial de registro Ticcas.

Suas informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes da pesquisa. Não há despesas pessoais, nem compensação financeira para a sua participação. A qualquer momento você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir da entrevista. Se durante a pesquisa você tiver alguma dúvida, ou quiser solicitar algum esclarecimento, poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília e com o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI

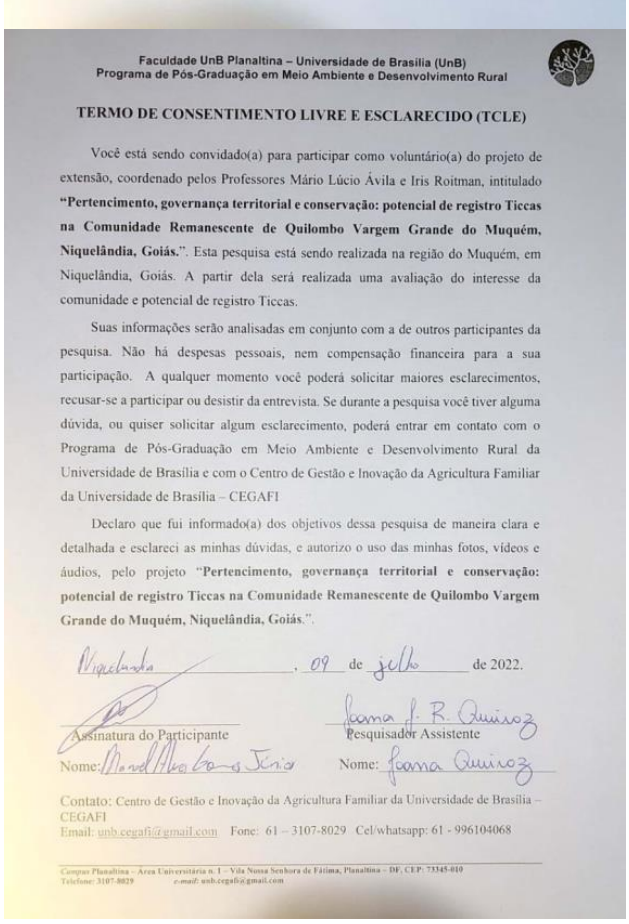
Declaro que fui informado(a) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas, e autorizo o uso das minhas fotos, vídeos e áudios, pelo projeto **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás."**.

Niquelândia, 09 de julho de 2022.

Assinatura do Participante — Pesquisador Assistente

Nome: Iranina E. dos Santos — Nome: Joana J. R. Queiroz

Contato: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Email: unb.cegafi@gmail.com Fone: 61 – 3107-8029 Cel/whatsapp: 61 - 996104068



Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) do projeto de extensão, coordenado pelos Professores Mário Lúcio Ávila e Iris Roitman, intitulado "Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás.". Esta pesquisa está sendo realizada na região do Muquém, em Niquelândia, Goiás. A partir dela será realizada uma avaliação do interesse da comunidade e potencial de registro Ticcas.

Suas informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes da pesquisa. Não há despesas pessoais, nem compensação financeira para a sua participação. A qualquer momento você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir da entrevista. Se durante a pesquisa você tiver alguma dúvida, ou quiser solicitar algum esclarecimento, poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília e com o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI

Declaro que fui informado(a) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas, e autorizo o uso das minhas fotos, vídeos e áudios, pelo projeto "Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás.".

Niquelândia, 09 de julho de 2022.

Assinatura do Participante — Pesquisador Assistente

Nome: Manoel Alves Gomes Júnior — Nome: Joana Queiroz

Contato: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Email: unb.cegafi@gmail.com Fone: 61 – 3107-8029 Cel/whatsapp: 61 - 996104068

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 e-mail: unb.cegafi@gmail.com

Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS

Autorizamos o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília a utilizar as minhas imagens registradas no **dia 19 de março de 2022**, contidas em fotografia(s) e/ou filmagens para ilustrar peças institucionais sem caráter comercial no contexto do projeto intitulado "Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás, nos sites, Facebook e outras mídias sociais, bem como nos relatórios, dissertações, monografias, apresentações, panfletos, boletins periódicos em forma digital e/ou impressa.

A presente **AUTORIZAÇÃO**, que se faz firme e valiosa, é concedida a título não oneroso, sem qualquer limitação quanto ao tempo, território e forma de divulgação, comprometendo-se o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural a dar sempre os créditos devidos quando do uso das imagens.

Nome completo	Assinatura
Aldiagens Paulo Cruz Assunção	[illegible]
Pedro Ramos da silva	
Edith Francisca de Assunção Borges	Borges
Alvina R dos Santos	
Keillim Nayara Assunção Sena	
Emilia pereira pinto	
Miria Soares de Moura da silva	
Vanda montens da silva	[illegible]
[illegible]	[illegible]
Mardalis Soares da Silva	
Marcos Roberto Salgado Borges	
Eurilene da silva Fernandes	
Cassileide M Coelho Sena	

Local: Niquelândia **Data:** 15 de outubro de 2022.

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 *e-mail:* unb.cegafi@gmail.com

CS Digitalizado com CamScanner

Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS

Autorizamos o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília a utilizar as minhas imagens registradas no **dia 19 de março de 2022**, contidas em fotografia(s) e/ou filmagens para ilustrar peças institucionais sem caráter comercial no contexto do projeto intitulado "Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás, nos sites, Facebook e outras mídias sociais, bem como nos relatórios, dissertações, monografias, apresentações, panfletos, boletins periódicos em forma digital e/ou impressa.

A presente **AUTORIZAÇÃO**, que se faz firme e valiosa, é concedida a título não oneroso, sem qualquer limitação quanto ao tempo, território e forma de divulgação, comprometendo-se o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural a dar sempre os créditos devidos quando do uso das imagens.

Nome completo	Assinatura
Edmilson Borges Soares	Edmilson
Micaely Paula Salgado Borges Soares	micaely
[illegible]	
Valdari Borges Soares	Valdari Borges S
Cecilia Martins Coelho	
Gabriela da Silva Fernandes	
Rosa maria F França	
Patricia Borges Soares	
Eunice pereira da silva	
[illegible]	
Valter muros Sodré	
Aldemar Ferreira	
[illegible] F França	

Local: Niquelândia **Data:** 15 de outubro de 2022

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 *e-mail:* unb.cegafi@gmail.com

CS Digitalizado com CamScanner

Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS

Autorizamos o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília a utilizar as minhas imagens registradas no **dia 19 de março de 2022**, contidas em fotografia(s) e/ou filmagens para ilustrar peças institucionais sem caráter comercial no contexto do projeto intitulado "Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás, nos sites, Facebook e outras mídias sociais, bem como nos relatórios, dissertações, monografias, apresentações, panfletos, boletins periódicos em forma digital e/ou impressa.

A presente **AUTORIZAÇÃO**, que se faz firme e valiosa, é concedida a título não oneroso, sem qualquer limitação quanto ao tempo, território e forma de divulgação, comprometendo-se o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural a dar sempre os créditos devidos quando do uso das imagens.

Nome completo	Assinatura
[illegible] Amanda de Assunção B. Sena	[signature]
Adriana da Silva Barbosa	[signature]
Alenice R. dos Santos	
Neuza Fernandes Filho	
Creia Nadia Ferreira França dos Santos	Creia Nadia

Local: Niquelândia **Data:** 15 de outubro de 2022

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 e-mail: unb.cegafi@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) do projeto de extensão, coordenado pelos Professores Mário Lúcio Ávila e Iris Roitman, intitulado **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás."**. Esta pesquisa está sendo realizada na região do Muquém, em Niquelândia, Goiás. A partir dela será realizada uma avaliação do interesse da comunidade e potencial de registro Ticcas.

Suas informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes da pesquisa. Não há despesas pessoais, nem compensação financeira para a sua participação. A qualquer momento você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir da entrevista. Se durante a pesquisa você tiver alguma dúvida, ou quiser solicitar algum esclarecimento, poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília e com o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI

Declaro que fui informado(a) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas, e autorizo o uso das minhas fotos, vídeos e áudios, pelo projeto **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás."**.

Muquém, 15 de outubro de 2022.

Assinatura do Participante
Nome: Alenice R. dos Santos

Pesquisador Assistente
Nome: ____________________

Contato: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Email: unb.cegafi@gmail.com Fone: 61 – 3107-8029 Cel/whatsapp: 61 - 996104068

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 e-mail: unb.cegafi@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) do projeto de extensão, coordenado pelos Professores Mário Lúcio Ávila e Iris Roitman, intitulado **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás.**". Esta pesquisa está sendo realizada na região do Muquém, em Niquelândia, Goiás. A partir dela será realizada uma avaliação do interesse da comunidade e potencial de registro Ticcas.

Suas informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes da pesquisa. Não há despesas pessoais, nem compensação financeira para a sua participação. A qualquer momento você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir da entrevista. Se durante a pesquisa você tiver alguma dúvida, ou quiser solicitar algum esclarecimento, poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília e com o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI

Declaro que fui informado(a) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas, e autorizo o uso das minhas fotos, vídeos e áudios, pelo projeto **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás.**".

Muquém, 15 de Outubro de 2022.

Adriana da S. Barbosa
Assinatura do Participante

Nome: Adriana da Silva S.

Pesquisador Assistente

Nome:

Contato: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Email: unb.cegafi@gmail.com Fone: 61 – 3107-8029 Cel/whatsapp: 61 - 996104068

Digitalizado com CamScanner

Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) do projeto de extensão, coordenado pelos Professores Mário Lúcio Ávila e Iris Roitman, intitulado **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás.**". Esta pesquisa está sendo realizada na região do Muquém, em Niquelândia, Goiás. A partir dela será realizada uma avaliação do interesse da comunidade e potencial de registro Ticcas.

Suas informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes da pesquisa. Não há despesas pessoais, nem compensação financeira para a sua participação. A qualquer momento você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir da entrevista. Se durante a pesquisa você tiver alguma dúvida, ou quiser solicitar algum esclarecimento, poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília e com o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI

Declaro que fui informado(a) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas, e autorizo o uso das minhas fotos, vídeos e áudios, pelo projeto **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás.**".

Muquém, 15 de outubro de 2022.

Assinatura do Participante

Nome: Bruna Aparecida Ferreira França Santos

Pesquisador Assistente

Nome:

Contato: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Email: unb.cegafi@gmail.com Fone: 61 – 3107-8029 Cel/whatsapp: 61 - 996104068

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 *e-mail*: unb.cegafi@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) do projeto de extensão, coordenado pelos Professores Mário Lúcio Ávila e Iris Roitman, intitulado **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás.**". Esta pesquisa está sendo realizada na região do Muquém, em Niquelândia, Goiás. A partir dela será realizada uma avaliação do interesse da comunidade e potencial de registro Ticcas.

Suas informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes da pesquisa. Não há despesas pessoais, nem compensação financeira para a sua participação. A qualquer momento você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir da entrevista. Se durante a pesquisa você tiver alguma dúvida, ou quiser solicitar algum esclarecimento, poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília e com o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI

Declaro que fui informado(a) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas, e autorizo o uso das minhas fotos, vídeos e áudios, pelo projeto "**Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás**.".

Muquém, 15 de outubro de 2022.

Assinatura do Participante

Nome: Ana Maria Ferreira Franca Santos

Pesquisador Assistente

Nome:

Contato: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Email: unb.cegafi@gmail.com Fone: 61 – 3107-8029 Cel/whatsapp: 61 - 996104068

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 *e-mail*: unb.cegafi@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) do projeto de extensão, coordenado pelos Professores Mário Lúcio Ávila e Iris Roitman, intitulado **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás.**". Esta pesquisa está sendo realizada na região do Muquém, em Niquelândia, Goiás. A partir dela será realizada uma avaliação do interesse da comunidade e potencial de registro Ticcas.

Suas informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes da pesquisa. Não há despesas pessoais, nem compensação financeira para a sua participação. A qualquer momento você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir da entrevista. Se durante a pesquisa você tiver alguma dúvida, ou quiser solicitar algum esclarecimento, poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília e com o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI

Declaro que fui informado(a) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas, e autorizo o uso das minhas fotos, vídeos e áudios, pelo projeto "**Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás**.".

Muquém, 15 de Outubro de 2022.

Valderi Borges Soares
Assinatura do Participante

Pesquisador Assistente

Nome: Valderi Borges Soares

Nome:

Contato: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Email: unb.cegafi@gmail.com Fone: 61 – 3107-8029 Cel/whatsapp: 61 - 996104068

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 *e-mail*: unb.cegafi@gmail.com

Digitalizado com CamScanner

Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) do projeto de extensão, coordenado pelos Professores Mário Lúcio Ávila e Iris Roitman, intitulado **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás."**. Esta pesquisa está sendo realizada na região do Muquém, em Niquelândia, Goiás. A partir dela será realizada uma avaliação do interesse da comunidade e potencial de registro Ticcas.

Suas informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes da pesquisa. Não há despesas pessoais, nem compensação financeira para a sua participação. A qualquer momento você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir da entrevista. Se durante a pesquisa você tiver alguma dúvida, ou quiser solicitar algum esclarecimento, poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília e com o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI

Declaro que fui informado(a) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas, e autorizo o uso das minhas fotos, vídeos e áudios, pelo projeto **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás."**.

Muquem, 15 de outubro de 2022.

Gercilene Da Silva Barnabé
Assinatura do Participante

Pesquisador Assistente

Nome: Gercilene da Silva Barnabé

Nome:

Contato: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Email: unb.cegafi@gmail.com Fone: 61 – 3107-8029 Cel/whatsapp: 61 - 996104068

Digitalizado com CamScanner

Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) do projeto de extensão, coordenado pelos Professores Mário Lúcio Ávila e Iris Roitman, intitulado **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás."**. Esta pesquisa está sendo realizada na região do Muquém, em Niquelândia, Goiás. A partir dela será realizada uma avaliação do interesse da comunidade e potencial de registro Ticcas.

Suas informações serão analisadas em conjunto com a de outros participantes da pesquisa. Não há despesas pessoais, nem compensação financeira para a sua participação. A qualquer momento você poderá solicitar maiores esclarecimentos, recusar-se a participar ou desistir da entrevista. Se durante a pesquisa você tiver alguma dúvida, ou quiser solicitar algum esclarecimento, poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília e com o Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI

Declaro que fui informado(a) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci as minhas dúvidas, e autorizo o uso das minhas fotos, vídeos e áudios, pelo projeto **"Pertencimento, governança territorial e conservação: potencial de registro Ticcas na Comunidade Remanescente de Quilombo Vargem Grande do Muquém, Niquelândia, Goiás."**.

Muquem, 15 de outubro de 2022.

Neuza Fernandes Reis
Assinatura do Participante

Pesquisador Assistente

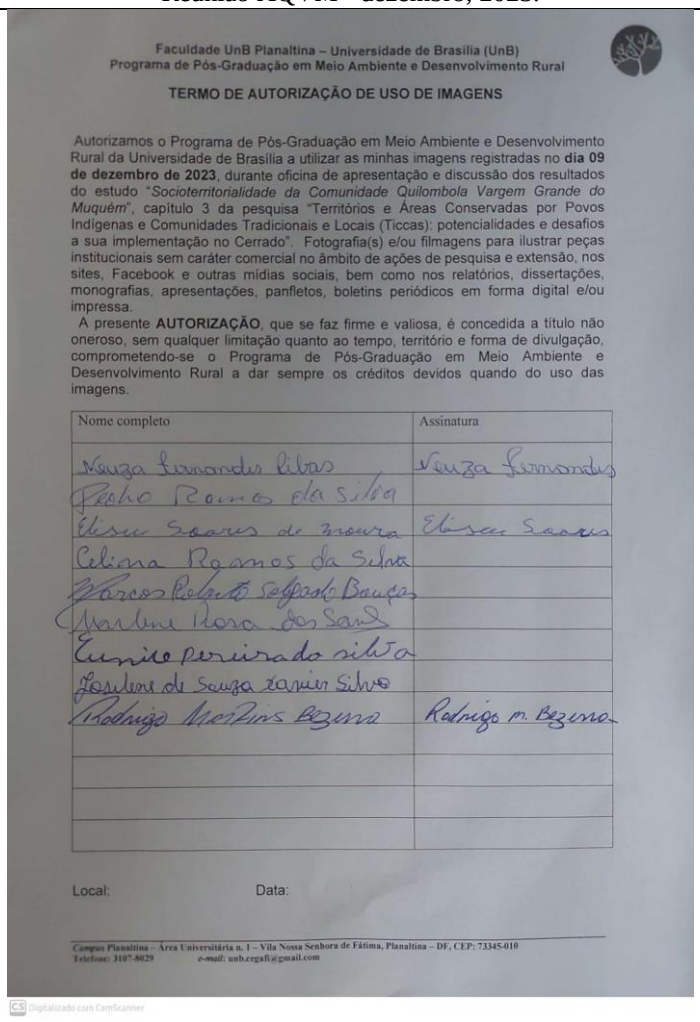
Nome: Neuza Fernandes

Nome:

Contato: Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília – CEGAFI
Email: unb.cegafi@gmail.com Fone: 61 – 3107-8029 Cel/whatsapp: 61 - 996104068

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 *e-mail:* unb.cegafi@gmail.com

Digitalizado com CamScanner



Faculdade UnB Planaltina – Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS

Autorizamos o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília a utilizar as minhas imagens registradas no **dia 09 de dezembro de 2023**, durante oficina de apresentação e discussão dos resultados do estudo "*Socioterritorialidade da Comunidade Quilombola Vargem Grande do Muquém*", capítulo 3 da pesquisa "Territórios e Áreas Conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais (Ticcas): potencialidades e desafios a sua implementação no Cerrado". Fotografia(s) e/ou filmagens para ilustrar peças institucionais sem caráter comercial no âmbito de ações de pesquisa e extensão, nos sites, Facebook e outras mídias sociais, bem como nos relatórios, dissertações, monografias, apresentações, panfletos, boletins periódicos em forma digital e/ou impressa.

A presente **AUTORIZAÇÃO**, que se faz firme e valiosa, é concedida a título não oneroso, sem qualquer limitação quanto ao tempo, território e forma de divulgação, comprometendo-se o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural a dar sempre os créditos devidos quando do uso das imagens.

Nome completo	Assinatura
Vanza Fernandes Lobas	Vanza Fernandes
Pedro Ramos da Silva	
Elisan Soares de Moura	Elisan Soares
Celiana Ramos da Silva	
Marcos Roberto Serpa de Barros	
Marlene Rosa dos Santos	
Eunice Pereira da Silva	
Josilene de Souza Xavier Silva	
Rodrigo Martins Bezerra	Rodrigo M. Bezerra

Local: Data:

Campus Planaltina – Área Universitária n. 1 – Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina – DF, CEP: 73345-010
Telefone: 3107-8029 *e-mail:* unb.cegafi@gmail.com

Digitalizado com CamScanner